



Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação de Portalegre



**AS LUDOTECAS COMO ESPAÇOS LÚDICOS,
CULTURAIS, TRANSVERSAIS E INTERGERACIONAIS**

Setembro

2011

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação

**As Ludotecas como espaços lúdicos, culturais, transversais e
intergeracionais**

Célia Maria Rodrigues Serafim Gil

Dissertação elaborada sob a orientação do Professor Doutor Avelino Bento, apresentada ao Instituto Politécnico de Portalegre com vista à obtenção do grau de Mestre em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local.

AGRADECIMENTOS

Quero que estas primeiras palavras sejam a expressão da minha profunda gratidão a todos quanto me ajudaram, apoiaram e me deram o incentivo incondicional.

Ao Professor Doutor Avelino Bento que orientou todo o estudo de uma forma amigável, dedicada e disponível, a que juntou sempre um grande espírito de abertura e rigor científico, contribuindo, decisivamente, para o enriquecimento global do estudo.

Aos meus filhos, Matilde e Martim, que são a luz da minha vida e a lição mais profunda de ética, dignidade e amor.

Ao Carlos, meu marido, amor e amigo, pelo inestimável apoio, pela sua bondade e por tudo o que representa para mim.

Ao presidente, vereadores, colegas e trabalhadores do Município de Avis, a participação, cooperação directa ou indirecta neste estudo, a disponibilidade de tempo e colaboração.

Os meus sinceros agradecimentos!

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	4
ÍNDICE DE GRÁFICOS / FIGURAS	5
SIGLAS	6
RESUMO	7
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	11
PROBLEMÁTICA	13
CAPÍTULO I	16
Investigação teórica: Fundamentação Conceptual e Enquadramento.....	16
1 – Enquadramento histórico, sociológico e comparativo da implementação de ludotecas em Portugal e no Mundo.	16
2 - Conceitos de Ludotecas.....	22
3 - Desenvolvimento Local e Animação Sociocultural.....	28
CAPÍTULO II	37
Caracterização do Contexto Institucional.....	37
1 - Estrutura Organizacional.....	37
2 - Política local desenvolvida no âmbito educativo, cultural, e intergeracional.....	50
CAPÍTULO III	55
1ª Parte.....	55
Metodologias do estudo.....	55
1 - Características do estudo e opções metodológicas.....	55
2 - Opções Metodológicas e Procedimentos.....	60
3 - Descrição das opções para a recolha de dados.....	64
2ª Parte.....	66
Informação recolhida: Tratamento, Ordenação e Apresentação.....	66
1 – Análise da informação recolhida.....	66

2 – Apresentação dos resultados	87
CAPÍTULO IV	91
Cenário de intervenção local com um programa cultural, transversal e intergeracional	91
1 – Construção de um programa de intervenção	91
2 - Metodologia.....	94
3 - Especificação das Acções	96
4 - Estrutura Organizativa do Programa	98
CONCLUSÃO	102
BIBLIOGRAFIA	106
ANEXOS.....	111
Anexo A - Publicação no Diário da República, 2.ª série, N.º 8, 12 de Janeiro de 2011	112
Anexo B - Ficha de identificação das crianças e jovens que frequentam as Ludotecas.	115
Anexo C - Mapa de assiduidade das crianças.....	117
Anexo D - Plano geral de actividades das Ludotecas Municipais dos últimos dois anos.	119
Anexo E - Protocolo de cooperação entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Solidariedade e da Associação Nacional de Municípios, de 28/7/98.....	175
Anexo F - Proposta de Regulamento das Ludotecas do Município de Avis.	181
Anexo G - Guião das entrevistas	188
Anexo H - Inquéritos por questionário.....	191
Anexo I - Notas de imprensa.	194

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I - Características gerais das Ludotecas do Município de Avis	40
Quadro II - Caracterização de actividades	40
Quadro III - Principais projecto ou temáticas	41
Quadro IV - Actividades do âmbito sociocultura	43
Quadro V - Organização e planificação das actividades de Animação sociocultural	46
Quadro VI - Organização e planificação das actividades de animação sociocultural em articulação com o projecto educativo da escola	47
Quadro VII - Pessoal afecto ao sector de Unidade Orgânica Educação e Infância do Município de Avis 2011	51
Quadro VIII - Estrutura organizacional e metodológica do universo do estudo	62
Quadro IX - Categorias do guião de entrevistas	65
Quadro X - Categorização das unidades de registo relativas aos princípios orientadores das ludotecas.....	70
Quadro XI - Categorização das unidades de registo relativas espaços lúdicos como estratégia ao desenvolvimento do território	73

ÍNDICE DE GRÁFICOS / FIGURAS

Gráfico n.º 1 - Composição socioprofissional de cada um dos espaços lúdicos	45
Gráfico n.º 2 - Índice de Envelhecimento	48
Gráfico n.º 3 - Total de inscrições	77
Gráfico n.º 4 - Total de Inquéritos	77
Gráfico n.º 5 - Distribuição da amostra por idades	78
Gráfico n.º 6 - Profissão do Encarregado de Educação	79
Gráfico n.º 7 - Motivos de frequência	80
Gráfico n.º 8 - Tempo de frequência	81
Gráfico n.º 9 - Desenvolver interesses individuais e de grupo	81
Gráfico n.º 10 - Desenvolver actividades de Animação Infantil	82
Gráfico n.º 11 - Promoção do desenvolvimento pessoal e social	83
Gráfico n.º 12 - Diversidade das actividades	84
Gráfico n.º 13 - Função do Serviço/ Atendimento	85
Gráfico n.º 14 - Função do Serviço/ Horário	86
Gráfico n.º 15 - Sugestões de melhoria	87
Figura 1 - Relação e articulação das Lutotecas	92
Figura 2 - Dinâmica de intervenção sociocultural	93
Figura 3 - Princípios que suportam o programa de Intervenção sociocultural das Ludotecas Municipais de Avis	94
Figura 4 - Metodologia.....	95
Figura 5 - Programa cultural, transversal e intergeracional.....	96
Figura 6 - Estrutura organizativa do programa de intervenção	98

SIGLAS

ANM – Associação Nacional de Municípios

IAC - Instituto de Apoio à Criança

ITLA - Associação Internacional de Ludotecas

IPA- Associação Internacional para o Direito de Brincar.

IPSS – Instituição Particular de solidariedade Social

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

CAF- Actividades da Componente de Apoio á Família;

AECS – Expressões como Actividades de Enriquecimento Curricular com as crianças do 1º ciclo.

INE – Instituto Nacional de Estatística

ME – Ministério de Educação

MTSS - Trabalho e da Solidariedade Social

RESUMO

O princípio que suporta esta investigação está relacionado com a necessidade de construir no colectivo o intercâmbio, a promoção das tradições locais, a criação de pontos de encontro, a preservação e divulgação da identidade cultural. A este princípio junta-se a necessidade de criar espaços alternativos de socialização, onde as Ludotecas Municipais emergem como espaços lúdicos, dinâmicos e facilitadores da interacção da criança com os seus pares, com os mais velhos, com os adultos e com o mundo.

O interesse do estudo vai, no sentido, de conhecer e analisar a intervenção das Ludotecas Municipais de Avis, de verificar o impacto que estas têm junto da população ao nível transversal, cultural e intergeracional, assim como o de criar necessidades de se reflectir sobre a forma como o poder local assume a sua responsabilidade nas práticas socioculturais do território.

Como metodologia foi desenvolvido um trabalho com características de estudo de caso, com objectivo de responder à questão central: **Qual o protagonismo e a importância das Ludotecas Municipais do Município de Avis como instrumentos preferenciais de acção cultural, transversal e intergeracional?**

A fazer parte das dimensões conceptuais, o estudo apresenta *as Ludotecas como espaços de educação não formal e informal*, emergindo com *práticas culturais transversais e intergeracionais, através da animação sociocultural e do animador*. Conteúdos que articulam com os dados fornecidos pelo estudo empírico, analisando as dinâmicas decorrentes das acções e compreendendo o carácter plural das práticas.

Para a recolha de dados recorreremos, à análise documental, à elaboração de inquéritos por questionário e entrevista. Todos estes instrumentos permitiram obter respostas às questões orientadoras, assim como concretizar os objectivos do estudo.

O estudo que desenvolvemos permitiu concluir que as Ludotecas Municipais do Município de Avis são espaços que favorecem e estimulam o desenvolvimento de actividades lúdicas. Permitiu, por outro lado, considerar a elaboração de um programa de intervenção sociocultural capaz de fomentar a criação e fruição de hábitos culturais, transversais e intergeracionais.

Finalmente assume as ludotecas como instrumentos preferenciais, enquadradas numa estratégia comunitária a quatro dimensões: a primeira, a dimensão política, utilizada como um meio para promover a democracia; depois, a dimensão cultural,

utilizada como objecto de expressão e cultura popular; a terceira como uma dimensão transversal com a atitude e postura interdisciplinar; finalmente, a quarta dimensão, educação intergeracional com o objectivo de manter a memória cultural local e a sustentabilidade social das populações.

ABSTRACT

LUDOTECAS AS LUDIC, CULTURAL, TRANSVERSAL AND INTERGENERATIONAL SPACES.

The principle that supports this research is related to the need to build on the collective the exchange, the promotion of local traditions, the creation of meeting points, the preservation and dissemination of cultural identity. To this principle joints the need to create alternative spaces for socialization, where the Ludotecas Municipals emerge as recreational areas and facilitators of the dynamic interaction of children with their peers, with older, with adults and with the world.

The interest towards the study is to know and analyze the intervention of the Ludotecas Municipals of Avis, to verity the impact that they have near the population, at a transversal, cultural and intergenerational level, as to create the need to reflect on how the local government assumes their responsibility in the sociocultural practices of the territory.

As methodology, was developed a paper with characteristics of case study, aiming to answer the central question: What is the protagonism and importance of Ludotecas Municipals of the Município of Avis as preferred instruments of the cultural, transversal, cultural and intergenerational activity?

Doing part of the conceptual dimensions the study presents the Ludotecas Municipals as spaces of formal and informal education, emerging with cultural, intergenerational and transversal practices, through the animation and sociocultural animator. Contents that articule with the data provided by the empirical study, analyzing the dynamics arising from the actions and include the plural nature of the practices.

For data collection, we used the content analysis, prepared questionnaire enquires and interview. All these instruments permitted to obtain answers to the guiding questions and fulfill the objectives of the study.

The developed study allows us to conclude that the Ludotecas Municipals do Município of Avis are spaces that encourage and stimulate the development of leisure activities. On the other side it allowed considering the elaboration of a socialcultural intervention program capable of promoting the creation and fruition of cultural, transversal and intergenerational habits.

Assuming the Ludotecas Municipals such as preferred instruments, framed in a community strategy to four dimensions: first, the political dimension, used as a means to promote democracy, then the cultural dimension, used as an object of expression and popular culture, the third as a transversal dimension with the attitude and the interdisciplinary approach and finally the fourth dimension, intergenerational education in order to keep the local and cultural memory and the social sustainability of populations.

INTRODUÇÃO

O trabalho de investigação surge no âmbito do Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local ministrado pela Escola Superior de Educação de Portalegre.

O presente estudo pretende caracterizar os espaços lúdicos existentes no Município de Avis tendo, como objectivo central, verificar se aqueles fomentam a criação e fruição de hábitos culturais transversais, intergeracionais, e se facilitam mudanças ao nível social, cultural e educativo. Os conteúdos centram-se no tempo que as crianças e jovens passam fora da família e da escola, nos contornos que estes podem adquirir na sua formação e crescimento, aliados à necessidade de criar espaços de socialização.

O primeiro capítulo será ocupado com uma incursão pelos domínios da fundamentação teórica, de um conjunto de aspectos que se afiguram como relevantes para o nosso propósito: o enquadramento histórico, sociológico e comparativo da implementação de ludotecas em Portugal; conceitos de ludotecas, de cultura, de relações transversais, intergeracionais e de animação sociocultural.

Apresenta pressupostos teóricos relacionados com dinâmicas de animação sociocultural em contexto de espaços lúdicos, a sua articulação e eventual impacto em mudanças na comunidade local, construindo uma sustentabilidade que fortalece a nossa base de trabalho.

No segundo capítulo apresentamos o contexto das Ludotecas no Município de Avis, formalizando uma caracterização sociocultural, económica e geográfica do contexto, direccionada para a implementação, organização e reflexão de como o poder local assume a responsabilidade nas práticas socioculturais desenvolvidas.

No terceiro capítulo centrar-nos-emos no domínio do estudo empírico, focalizando a nossa atenção na descrição dos processos metodológicos que adoptamos no âmbito da investigação e na definição da amostra, nos instrumentos de recolha, na análise de dados utilizados e nas conclusões parcelares da análise documental utilizada.

Sendo o nosso campo de trabalho circunscrito a um estudo de caso, focalizado nas Ludotecas Municipais, criadas bem no coração de um concelho rural do interior do norte alentejano, apresentamos uma caracterização sociocultural, económica e

geográfica do contexto, a que lhe juntaremos uma outra direccionada para a própria organização institucional.

No quarto capítulo, terminamos com a apresentação de um cenário de intervenção sociocultural, teoricamente sustentado, decorrente da prospecção feita no terreno e que se assumirá como uma, entre outras, possibilidade de resolução da questão que inspirou todo o estudo.

PROBLEMÁTICA

A necessidade de construir no colectivo o intercâmbio, a promoção das tradições locais, a criação de pontos de encontro, a preservação e divulgação da identidade cultural, aliada, à necessidade de criar espaços alternativos de socialização, que proporcionem às crianças oportunidades de escolher, manusear, dialogar com os brinquedos, promover actividades lúdicas em articulação com o programa “ *Escola a Tempo Inteiro*”¹, leva-nos à problematização da questão central que enunciaremos mais à frente.

As Ludotecas do Município de Avis aparecem, no presente estudo, como eixo paradigmático para nos guiar na exploração, análise, descrição e interpretação dos dados da realidade a auscultar. Também para se sentir as necessidades e enunciar objectivos que contribuam para o emergir das Ludotecas como uma variável fundamental na articulação de gerações. Finalmente, aparecem como um instrumento que contribuem para algumas soluções relacionadas com as questões do desenvolvimento sociocultural local.

Para que a problemática seja entendida, tal como o nosso objecto de estudo, é importante recorrer à fundamentação teórica, pesquisas, descrições de experiências próximas do campo de investigação e que contribuam para a problematização da pesquisa, que assenta essencialmente na observação dos factos e do apoio da literatura consultada.

A fazer parte das dimensões conceptuais do presente estudo temos *as Ludotecas como espaços de educação não formal e informal, emergindo com práticas culturais, transversais e intergeracionais, através da animação sociocultural e do animador*.

Ferreira e Neto afirmam que é a multiplicidade “ (...) *de vivências e de experiências lúdicas que favorece o desenvolvimento da personalidade e ajuda a criança a crescer*” (Ferreira e Neto 1992)². Consideram as Ludotecas meios privilegiados para facilitar a redução das desigualdades sociais, espaços de encontro para adultos e adolescentes, onde se favorece as relações entre uns e outros, locais de

¹Termo preconizado no despacho 12591/06 de 16 de Junho de 2006.

²Ferreira, P. & Neto, C. (1992). A situação actual das ludotecas em Portugal. In *Actas do V Encontro Nacional de Ludotecas* (pp. 27-46). Porto: Associação de Ludotecas dp Porto.

valorização pessoal e do grupo através de diversidade de experiências de expressão, criação e socialização.

Ideias defendidas por João Amado e Leonor Santos na publicação na revista portuguesa de pedagogia “*Estudo e divulgação das práticas lúdicas*” em 1992³, onde defendem os espaços como um pólo dinamizador e facilitador da interacção da criança com os seus pares, com os mais velhos, com os adultos e com o mundo.

O modelo específico de Ludotecas implementadas pelo Município de Avis teve, como ponto de partida, a leitura de *O Jogo Infantil (organização das ludotecas)* de SOLÉ, Maria de Borja (1992)⁴ e as ideias também defendidas por João Amado e Leonor Santos, publicadas na revista portuguesa de pedagogia, “*Estudo e divulgação das práticas lúdicas*” em 1992.⁵

O estudo foi motivado pela necessidade de caracterizar e conhecer a intervenção das Ludotecas Municipais de Avis, o impacto que estas têm junto da população ao nível transversal, cultural e intergeracional, tal como, a necessidade de se reflectir sobre a forma como o poder local assume a sua responsabilidade nas práticas socioculturais do território.

A pertinência do estudo passa, também, por uma reflexão sobre a concepção dos planos de actividades das Ludotecas Municipais, pela definição de objectivos, das possibilidades que oferecem às diferentes dimensões de formação, do desenvolvimento dos interesses lúdicos e educativos das crianças, constituindo os objectivos principais e o centro da investigação.

Problematizando o objecto de estudo, identificamos a seguintes questões orientadoras: Como são constituídas as Ludotecas Municipais do Município de Avis? Qual a composição socioprofissional de cada um dos espaços? Quais são os documentos que sistematizam as linhas de orientação, os conceitos, actividades, normas e regulamentação? São espaços imutáveis no prolongamento do Jardim de Infância e da Escola? As ludotecas respondem de um modo satisfatório aos interesses lúdicos e

³ Amado, João e Santos, Leonor, (1992) “Estudo e divulgação das práticas lúdicas”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Ano XXVI, nº 3, pp. 516-524.

⁴ Solé, Maria de Borja, *O Jogo Infantil (organização das ludotecas)*. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança, 1992.

⁵ Amado, J.;Santos,L., *ob. cit*, 1992.

educativos dos utentes? Constituem um meio de reduzir as desigualdades sociais, de inclusão social e para a produção de sociabilidades?

O interesse do estudo vai no sentido de analisar as Ludotecas como espaços lúdicos, culturais, transversais e intergeracionais, apresentando uma investigação tipo estudo de caso.

As respostas às questões orientadoras, do nosso objecto de estudo, poderão sugerir a elaboração de um programa de intervenção sociocultural que leve as Ludotecas a emergir como instrumento preferencial de acções e dinâmicas culturais, transversais e intergeracionais, capaz de se reflectir no desenvolvimento da Comunidade Local.

A escolha do território de Avis e das Ludotecas, no âmbito educativo, social e cultural, como universo e delimitação do objecto de estudo, está relacionada com o facto de exercer a profissão no Município de Avis como técnica superior de educação. Nesta escolha pesaram, também, as afinidades com profissionais de várias áreas, que facilitarão o acesso a fontes importantes para a recolha de informação do processo que pretendemos investigar.

Tendo em conta o princípio enunciado, é formulado o seguinte problema de investigação: **Qual o protagonismo e a importância das Ludotecas Municipais do Município de Avis como instrumentos preferenciais de acção cultural, transversal e intergeracional?**

CAPÍTULO I

Investigação teórica: Fundamentação Conceptual e Enquadramento

1 – Enquadramento histórico, sociológico e comparativo da implementação de ludotecas em Portugal e no Mundo.

A palavra *Ludoteca* é proveniente do latim: *Ludus* que significa jogo, brincadeira, festa, a qual foi aglutinada com a palavra *Theca*, que tem como significado estajo ou local para se conservar algo.

Relativamente à sua origem não se sabe com precisão qual a data e local das primeiras Ludotecas. Há quem as situe na Índia (Nova Deli), porém, segundo pesquisas da pedagoga Maria Borja Solé⁶, a primeira ludoteca surgiu em 1934, em Los Angeles, Califórnia, pela senhora Infield, cidadã americana de origem dinamarquesa. Em 1963 a Suécia inaugurou a sua primeira ludoteca em Estocolmo organizada por professoras, com o objectivo de orientar e realizar empréstimo de brinquedos a famílias com filhos com necessidades especiais, visando estimular o brincar. A partir de 1967 surgiram na Inglaterra as primeiras *toy-libraries* (bibliotecas de brinquedos), com o objectivo de conceder empréstimo domiciliário de brinquedos aos seus usuários. A França teve a sua primeira ludoteca em 1967 e o Brasil inaugurou em 1973, em São Paulo, a brinquedoteca da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Em Portugal, a primeira ludoteca foi criada em Maio de 1975 pelo Centro de Paralisia Cerebral em Lisboa, sobretudo para as crianças deficientes, utentes da instituição, mas igualmente aberta a todas as crianças da comunidade circundante.

“No início da década de oitenta pelo menos duas ludotecas existiam já no nosso país. Uma no Centro de Paralisia Cerebral em Lisboa, apoiada inicialmente pela “Spastic Society” [de Londres], que lhe ofereceu uma quantidade significativa de jogos e equipamento em 1976, dando origem à mais antiga Ludoteca do país para crianças deficientes. Uma outra em Évora (...) realizou um projecto comunitário com empréstimo de jogos e brinquedos para as escolas eborenses.

Em 1983, o Instituto de Apoio à Criança (IAC) deu início a um projecto de pesquisa e divulgação de ludotecas. Na sequência deste trabalho surgiram a partir de

⁶ Solé, Maria de Borja, *ob.cit.*, 1992.

1985, um pouco por todo o país, ludotecas de várias origens. Neto (1992)⁷ afirma que cerca de metade das ludotecas existentes tiveram início em movimentos de origem autárquica e reflectem a necessidade sentida pelos responsáveis da comunidade em preencher adequadamente os tempos livres das crianças, especialmente das mais carenciadas. No entanto, tal não significa que crianças pertencentes a outros estratos sociais as não frequentem”. (p. 55)⁸

No atelier “Ludothèque et formation”, que partilhou com profissionais do Brasil e Canadá, Natália Pais referiu que “perante a comunidade e o público em geral as ludotecas têm sido reconhecidas como uma ajuda valiosa tanto no que respeita à educação, à socialização e à sensibilização de pais e professores quanto à importância do jogo no desenvolvimento global e/ou específico de crianças e jovens.”⁹

1.1 - O direito ao tempo livre, ao lazer e ao prazer na infância

O Sector da Actividade Lúdica do Instituto de Apoio à Criança, criado em 1983, tem vindo a promover a defesa do direito de brincar e a criação de ludotecas e espaços lúdicos em Portugal.

Trabalha em cooperação com várias estruturas a nível nacional, nomeadamente Universidades, Escolas Superiores de Educação, Hospitais, Autarquias, Escolas, Jardins de Infância, IPSS, etc., e detém representação em organizações internacionais como a ITLA, Associação Internacional de Ludotecas e o IPA, Associação Internacional para o Direito de Brincar.

Leva a cabo os seguintes programas: a defesa do direito de brincar, o apoio técnico à criação de espaços lúdicos, a função educativa e cultural do jogo e do brinquedo, a orientação técnica e científica de trabalhos de investigação e de estágios, a formação, a documentação e a informação.

⁷ Neto (1992), *cit por* Pessanha, Ana Maria de Sousa Gomes de Araújo - Comportamento lúdico de dois grupos de crianças de meios sócio-culturais diferentes. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana, 1994. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Doutor em Motricidade Humana, na especialidade de Ciências da Motricidade. P.55.

⁸ Pessanha, idem, *ibid.* 1994 p. 55

⁹ Natália Pais: “*Dar vida ao jogo e ao brinquedo na ludoteca*” in: Artigo sobre 11º Congresso Internacional de ludotecas. Boletim do IAC. Lisboa n.º 90, (Outubro Dezembro de 2008) P. 8-9. Participantes de todo o mundo reuniram - se na Cité des Sciences et de l’Industrie de la Villette, em Paris, para reflectir em torno do tema.

No que se refere à defesa do direito de brincar, os principais objectivos são: garantir o 31º artigo da Convenção dos Direitos da Criança, ou seja, o direito a brincar e a jogar; valorizar o significado que a criança pretende dar ao objecto brinquedo e ao seu projecto de vida, reconhecer o papel pedagógico, educativo e sociocultural, que a actividade lúdica desempenha na vida de cada indivíduo; e finalmente, evidenciar as relações entre a actividade lúdica e as actividades desenvolvidas nos planos de educação, ensino, saúde e da vida cultural. Encarar o brincar, não apenas em termos de estrutura de prazer, mas também como uma ligação do ponto de vista preventivo e na relação com as várias entidades.

1. 2 - Origem, funções e objectivos das Ludotecas em Portugal

Para além da escola, onde estão depositadas fortes expectativas, no que respeita aos contributos e atributos que lhe estão confiados e se lhe reconhecem enquanto *locus* apropriado para a sua prossecução, as orientações institucionais estendem-se, ainda, a outras estruturas legalmente vocacionadas e, concomitantemente, vinculadas à criação de espaços dedicados à ocupação dos tempos livres das crianças. É o caso das entidades promotoras de actividades de tempos livres¹⁰, quase sempre instituições particulares de solidariedade social, que vão tendo alguma expressão em alguns contextos locais, constituindo, indubitavelmente, um meio com potencialidades para ajudar a resolver a questão em apreço.

Todavia, é importante ter sempre presente que, paralelamente, se assiste ao florescer de uma oportunista mercantilização dos tempos livres das crianças, onde o lema é, essencialmente, “armazenar” e o objectivo, o lucro proveniente das participações oficiais e dos pais que, à falta de alternativas, se têm de sujeitar ao que aparecer. Talvez o surgimento de diversas e diversificadas ofertas institucionais de qualidade consiga sustentar este negócio que, a todos, parece aproveitar, menos às crianças.

Socialmente temos assistido ao aparecimento de formas pensadas e construídas com o objectivo de promover a ocupação de algum do tempo do quotidiano das crianças, especificamente do que fica entre a escola e a casa.

¹⁰ Reguladas pelo Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, e apoiadas pelo Estado, através dos Centros Regionais de Segurança Social.

No fundo, ao falarmos no uso que socialmente está prescrito para este tempo, que nem a instituição escolar, nem a família de hoje se podem ocupar, entregue, por isso, à consignação de instituições do nosso tempo, mais não fazemos do que registar o emergir de uma verdadeira e deliberada institucionalização do dia-a-dia da vida das crianças, que vai preocupando todos quantos se interessam pelas questões da infância. “Encontrei no meio urbano, refere Pinto (2000)¹¹, uma situação preocupante do ponto de vista das crianças, que é o tempo que passam institucionalizadas. De manhã na escola e à tarde numa instituição de ocupação de tempos livres que funciona com a mesma lógica”.

Este quadro, que nos evidencia um cenário de clara clausura, em que se está a tornar o quotidiano da nossa geração mais pequena, é importante que se olhe para ele com uma nova perspectiva, alicerçada numa vontade firme de lhe alterar o sentido que entretanto, adquiriu de uma forma perversa para o crescimento harmonioso dos nossos concidadãos mais pequenos. Esta realidade, de facto, “constitui um dos mais fortes inibidores do desenvolvimento de um pensamento autónomo, que é suposto, (e desejável) ocorrer na infância” (Sarmento, 2000 p: 24).¹²

Nos últimos anos verificamos um esforço no sentido da escola dar resposta ao problema da ocupação dos tempos livres das crianças sendo, exemplo disso, a tentativa de criação da “Escola a tempo inteiro”¹³. Porém, muito embora seja uma tentativa de resolver o problema das famílias que não têm onde deixar os seus filhos enquanto trabalham, esta filosofia faz com que as crianças passem cada vez mais tempo na escola, diminuindo-lhes o tempo para outras actividades, tais como brincar.

Urge a necessidade de pensar na quebra da rotina face às actividades lectivas, apontando soluções efectivas de alteração de espaços e abrindo-se horizontes aos saberes e à cooperação da comunidade. A Ludoteca procura desenvolver estratégias e pistas de organização, em que se estabelecem as diferenças face à organização da componente curricular, quanto a espaços, materiais, grupo, tempo e actividades.

¹¹ Pinto (2000): Tema que aborda com alguma profundidade no estudo *A Televisão no Quotidiano das Crianças, de Julho de 1986*. P. 103 e 104.

¹² Sarmento (2000): *As Crianças e as Organizações: desafios à gestão das instituições para a infância. Cidade Solitária*, n.º 4: p. 24-27.

¹³ Cf. Despacho n.º 12 591/2006.

As sociedades actuais caracterizam-se por uma restrição da comunicação humana de significativos espaços de convivência, aspecto que em muitos casos, e de forma crescente, afecta também os ditos “círculos privados”, de entre os quais se encontram a família e os grupos afins. De certa forma podemos dizer que as relações com os objectos substituem as relações com as pessoas. O desenvolvimento das relações sociais e dos valores de convivência surgem assim subjugados face à cultura de competição entre indivíduos e ao materialismo.

Neste contexto, a comunicação social e as novas tecnologias, de entre as quais se destacam a televisão e a internet, assumem um papel de grande relevo, apresentando-se como um espaço informal de socialização sobrevalorizado.

Sendo assim, é importante que as Ludotecas se assumam como espaços alternativos de socialização, para proporcionar às crianças oportunidades como: escolher, manusear, dialogar com os brinquedos e materiais lúdicos; participar em actividades lúdico-pedagógicas diversas; brincar e interagir com os seus pais, familiares, outras crianças; desenvolver uma perspectiva colectiva em detrimento da perspectiva individualista dominante; proporcionar aos pais e outros públicos a (re) descoberta do prazer de fazerem coisas em conjunto.

Tradicionalmente a Ludoteca é: *“Local onde a criança pode obter brinquedos em regime de empréstimo e onde brincar directamente com o brinquedo, tendo a possibilidade de apoio do ludotecário ou animador infantil. Assim, consideramos ludotecas infantis aquelas instituições recreativo-culturais especialmente pensadas para crianças e adolescentes, que têm como prioridade desenvolver a personalidade da criança principalmente através do jogo e do brinquedo. Com essa finalidade possibilitam, favorecem e estimulam o jogo infantil, oferecendo às crianças tanto os elementos materiais necessários – brinquedos, material lúdico, espaços de jogos fechados e abertos – como as orientações, ajuda e companhia que necessitam para jogar e brincar”* (Solé, 1992)¹⁴. Segunda a autora as ludotecas poderão ter várias funções:

Pedagógica – *Ao disponibilizar brinquedos que favorecem o desenvolvimento integral da criança, a ludoteca educa e é um meio privilegiado para promover a imaginação e o espírito lúdico. A ludoteca possibilita descobertas, uma maior compreensão do mundo envolvente e vivências de emoção.*

¹⁴ Solé, *ob.cit.*, 1992 p.127

Sociais – *Estes espaços proporcionam igualdade de acesso de todas as crianças a um determinado número de brinquedos. Atenuar as diferenças sócio – culturais, ao nível do aspecto económico, assim como a explicação das regras ou instruções, transformando – se no local onde o individuo pode obter e usufruir de brinquedos adequados à sua faixa etária.*

Culturais – *Numa óptica de ludoteca de bairro, estes espaços podem converter-se em centros de animação infantil, juvenil e familiar, com um amplo campo de possibilidades recreativas-formativas. As crianças podem fazer novos amigos e os pais podem relacionar-se com outros pais, num ambiente não profissional, descontraído e calmo.*

Educativas – *Para pais e educadores, promovendo acções de formação esclarecedoras, divulgando informação acerca de brinquedos e actividades lúdicas, bem como sobre a infância.*

Comunitárias – *Na ludoteca, as crianças podem encontrar companheiros de jogo, desenvolvendo competências de compreensão e cooperação junto dos outros. Além disso, nos casos em que haja um sistema de cedência de brinquedos, permite desenvolver a responsabilidade individual e também o cumprimento de normas para a conservação de bens comunitários.*

Familiares – *Na medida em que pode reavivar a brincadeira e o jogo no seio familiar, traduzindo-se numa melhoria de relações entre gerações, principalmente entre pais e filhos (Solé, 1992)¹⁵. As Ludotecas, sendo espaços Lúdicos, não podem estar desligadas da cultura e de exercer as suas práticas, as quais tem variadas formas de se manifestarem, de se utilizarem em proveito individual e finalmente de se reflectirem no colectivo, neste caso na própria comunidade.*

Acima de tudo o importante é que a Ludoteca se configure como um local onde as crianças possam experienciar o prazer de brincar, escolher brinquedos, conhecer outras actividades, alargar experiências relacionais, e onde os pais encontrem resposta a algumas das suas necessidades parentais (apoio, informação, formação, etc.), robustecendo a sua relação com as crianças.

¹⁵ Solé, *ob.ci.*, 1992.

2 - Conceitos de Ludotecas

Segundo Annie Chiarotto, (1991)¹⁶ o conceito de Ludoteca é, presentemente, muito vasto, ultrapassando a ideia de um local onde se guardam jogos e brinquedos. Essa ideia inicial foi-se modificando e, hoje em dia, esta é considerada não só como um espaço de reflexão e de aprendizagem, como até um espaço que não se quer escolarizado nem impregnado de qualquer carácter caritativo ou assistencial.

Segundo Ferreira e Neto¹⁷, as ludotecas, fixas ou itinerantes, constituem um espaço lúdico por excelência que, possibilita, favorece e estimula o jogo infantil, tanto porque oferece às crianças os objectos e materiais que lhe são necessários, como as orientações, a partilha com o outro e, finalmente, a ajuda e companhia de que a criança necessita para expandir o seu entusiasmo através do jogo. Ferreira e Neto afirmam, também, que é esta multiplicidade “ (...) *de vivências e de experiências lúdicas que favorece o desenvolvimento da personalidade e ajuda a criança a crescer*”.¹⁸

Referenciado por alguns autores, estes espaços, para além de serem meios privilegiados para facilitar a redução das desigualdades sociais, devem tornar-se, também, espaços de encontro para adultos e adolescentes onde se favoreçam as relações entre uns e outros, mas também em locais de valorização pessoal e de grupo, através de uma diversidade de experiências de expressão, criação e socialização¹⁹

Dadas as múltiplas funções e objectivos de uma Ludoteca, entendemos que a mesma deve constituir-se como um pólo dinamizador e facilitador da interacção da criança com os seus pares, com os mais velhos, com os adultos e com o mundo.

Concordamos com Isaura Abreu²⁰, quando afirma que é importante a família e a escola saber que a Ludoteca não é um substituto de qualquer destas instituições, uma vez que permite que a criança se “construa” e adapte continuamente a um mundo que muda cada vez mais depressa, através de um ambiente lúdico, saudável e enriquecedor.

¹⁶ Chiarotto, Annie, *Les Ludothèques*. Editions du Cercle de la librairie, 1991.

¹⁷ Ferreira, P. & Neto *ob.ci.*, 1992. p.28

¹⁸ Idem, *ibid*

¹⁹ Garon, 1997; Thiebault, 1992. Amado e Santos, 1992; Solé, 1991

²⁰ Abreu, Isaura, et al. (1990), *Ideias e Histórias: Contributos para uma Educação Participada*, Lisboa, I.I.E.

No atelier “Explorer la spécificié de la ludothèque”²¹, no qual participaram profissionais franceses e belgas, Leonor Santos propôs a criação de um documento que sistematiza as linhas orientadoras, define os conceitos, critérios, normas e regulamentação face aos espaços, aos materiais, competências dos técnicos e avaliação de boas práticas a nível internacional. Na sua opinião, o reconhecimento legal dos espaços lúdicos deverá reflectir a melhoria de qualidade, a identificação de perfis e a uniformização dos modelos internacionais, o qual será alcançado se, em cada país, forem estabelecidos contactos com as respectivas entidades competentes.

2.1 - Espaços de Educação não formal e informal

Criar condições que permitam educar “num espírito de paz, dignidade, tolerância, igualdade e solidariedade”²²

Diz Paulo Freire *“Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação”* (Freire, 1997:50)²³.

A educação formal tem objectivos claros e tem como espaço as escolas e Universidades. Depende de directrizes centralizada no currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. As educações não formais são mais difusas, menos hierárquica e menos burocrática.

Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de progressão. Podem ter duração variável e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

²¹ Leonor Santos: Artigo sobre 11º Congresso Internacional de ludotecas. Boletim do IAC. Lisboa n.º 90, (Outubro Dezembro de 2008) P. 8-9.

²² Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989.

²³ Freire, Paulo (1997). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. P.50.

O tempo da aprendizagem na educação não formal é flexível; respeita as diferenças e as capacidades de cada um. Uma das características da educação não formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo como à criação e recriação dos seus múltiplos espaços.

Segundo Maria da Glória Gohn (1999:98-99)²⁴, a educação não formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso é muitas vezes associada à educação popular e à animação comunitária. A educação não formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas, em todo o mundo, como “*educação ao longo de toda a vida*” (conceito difundido pela UNESCO). Como previa Herbert Marshall McLuhan (1969)²⁵, na década de 60 e que deu o necessário impulso ao grande debate sobre o que está a “*acontecer ao Homem nesta idade de rápida aceleração tecnológica*”.²⁶ O planeta tornou-se a nossa sala de aula e a nossa morada, a inovadora ideia da “*Aldeia Global*”²⁷. O ciberespaço rompeu com a ideia de tempo e espaço próprio para a aprendizagem. O espaço da aprendizagem é aqui, em qualquer lugar; o tempo de aprender é hoje e sempre.

No âmbito da Educação não formal incentivam-se a dinamização de projectos lúdicos, que qualifica outras formas de socialização e aprendizagem, que podem ocorrer em contextos de trabalho, nas relações de vizinhança, na vida comunitária, associativa e nos movimentos sociais em geral. A actividade lúdica pode assim ser uma modalidade educativa capaz de resgatar a participação e a cidadania para o espaço público e comunitário de Educação, com a pertinência de partir de temas e actividades concretas para o enunciado de conteúdos a abordar transversalmente.

Diversos autores (Bittencourt; Ferreira, 2002, Santos, 2006; Soares; Porto, 2006, Pimentel, 2006)²⁸ defendem que as actividades lúdicas são actividades primárias, que

²⁴ Gohn, Maria da Glória, *Educação não-formal, educador (a) social e projectos sociais de inclusão social* (1999:98-99)

²⁵ McLuhan, Herbert Marshall, *Communication in the Global Village. In This Cybernetic Age*, edited by Don Toppin. 158-67. New York: Human Development Corporation

²⁶ Idem, *ibid.*

²⁷ Idem, *ibid.*

²⁸ Bittencourt et al., 2002. cit por Castilho, Jaqueline et al., *Conteúdos lúdicos, expressivos artísticos na educação formal*. Educ. rev. N.º.33. Curitiba 2009

trazem grandes benefícios de vários pontos de vista: físico, psíquico, intelectual, cognitivo, social, moral, afectivo, emocional, pedagógico, estético, artístico e cultural.

Os estudos que articulam os benefícios do lúdico, ao desenvolvimento da pessoa humana, acrescentam ainda os benefícios fisiológicos e psicossociais, relacionados com a saúde e com o desenvolvimento motor; com a formação do carácter, com a tolerância, da cooperação ao rendimento escolar; com o desenvolvimento de funções mentais como a atenção, a memória, o raciocínio e com desenvolvimento da linguagem nas suas diversas possibilidades. Acrescenta ainda Miranda, 2002; Gomez, 2001; Estrada, 2001. Lorenzetto, 2001,²⁹ que o comportamento desencadeado pelas actividades lúdicas é também uma das formas de estimular a capacidade de expressão, onde Schwartz, 1999,³⁰ define algumas relações, entre o lúdico, expressão e a arte, dizendo que possuem uma carga afectiva e emocional, a qual intervém positivamente nos indivíduos.

Segundo Cavaco (2002)³¹ a modalidade de educação informal resulta de uma aquisição de saberes por via experiencial, como em espaços familiares, comunidades locais e em todos os locais que o processo educativo ocorra de forma menos estruturada, sistematizada e institucionalizada. Esta aquisição de conhecimentos, através da aprendizagem experiencial, é realizada pelo reajustamento constante das várias experiências que vão sendo adquiridas pelo indivíduo.

Educação informal ocorre sem obediência a quadros e a regras objectivos explícitos e, concomitantemente, se realiza ao arrepio de qualquer formalidade socialmente imposta ou sistematicamente copiada por um programa de socialização institucionalmente dirigido. Não tendo “*o mesmo carácter estruturado e institucionalizado da escola ou da família, nem por isso pode ser considerado menos importante no desenvolvimento infantil*” (Pinto, 2000: 73)³².

²⁹ Moreira, J. C. C.; Schwartz, G. M. Conteúdos lúdicos, expressivos e artísticos na educação formal Educar em Revista, núm. 33, 2009, pp. 210-211 Sociedade Brasileira de Zootecnia Brasil.

³⁰ Idem, *ibid.*

³¹ Cavaco, C. (2002). Aprender fora da escola: percursos de formação experiencial. Lisboa. Educação-Formação.

³² Pinto, Manuel (2000). *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Porto: Edições Afrontamento

Referenciados e estudados por inúmeros autores, (Brougère, (1995) Huizinga, (1980) Caillois, (1990) Neto, (1998), et al.)³³ o jogo, os brinquedos e a brincadeira constituem, também, um referencial incontornável do processo desenvolvimento do ser humano, enquanto verdadeiros mediadores entre o indivíduo e a realidade ou meio privilegiado por onde ocorrem interações significativas fundamentais para o seu crescimento como ser social.

2.2 - Perspectiva transversal e intergeracional de Educação

Ramos (2005) refere que, “*o apoio à criança e ao idoso passa, também, por apoiar a família como um sistema interactivo, (...), necessitando as famílias lhes sejam proporcionados recursos para cumprir os seus papéis, por uma comunidade responsável e solidária e por um estado que promova políticas e práticas adequadas*”.³⁴

Torna-se premente não só encarar a educação como algo mais que proporcionar/transmitir conhecimentos mas, também, e acima de tudo, um meio de ligação do indivíduo à comunidade, para promover a expressividade, a comunicação, a criatividade e a confiança.

A concepção de educação limitada no tempo e ao espaço está condenada, pois na realidade o ser humano está em constante aprendizagem, tal como é referido por Lopes (2008: p. 411), “*Ninguém é suficientemente culto que não tenha nada para aprender, por outro lado, ninguém é tão ignorante que não tenha nada para ensinar*”.³⁵

As transformações sociais, culturais e laborais começam na infância e estendem-se até à geração dos idosos. Os avós evidenciam conhecimentos e saberes entre as várias gerações, muitas vezes desvalorizados nos contextos escolares. Como defendem Otero e Corominas “*a educação é a primeira e primordial tarefa da cultura, os avós não*

³³Brougère, Gilles (1995), *Brinquedo e Cultura*, S. Paulo – Brasil, Cortez Editora; HUIZINGA, Johan (1980), *Homo Ludens*, S. Paulo – Brasil, Editora Perspectiva, S.A.; CAILLOIS, Roger (1990), *Os Jogos e os Homens*, Lisboa, Editora Cotovia; NETO, Carlos (1998), *O Desenvolvimento da Criança e a Perspectiva Ecológica do Jogo*, em Krebi, Rui, Coletti, Fernando e Beltram, Thaís (Orgs.) *Discutindo o Desenvolvimento Infantil*, Brasil, Sociedade Internacional Para o Estudo da Criança.

³⁴Ramos, N. (2005). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 39, n.º1, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: *Relações e solidariedades intergeracionais na família – Dos avós aos neto*, Universidade de Coimbra, pp. 211.

³⁵ Lopes, Marcelino. 2008. *Animação sociocultural em Portugal* (2ª edição). Amarante: Intervenção.

educam seus netos, mas facilitam extraordinariamente – com a sua acção cultural, a sua educação.” (Otero, 2006) ³⁶

Os avós possuem uma cultura extensa, reflexo das experiências e das vivências acumuladas, reflectidas e amadurecidas. Este conjunto de experiências e saberes já vividos, fazem parte de uma cultura e de um tesouro familiar enriquecido e com marcas muito próprias. Atendendo à questão: *Que oportunidades a escola dá aos avós de transmitirem todo o seu saber acumulado e de reforçarem a sua identidade cultural?* Ramos (2005, p.200-203)³⁷ refere que, (...) *as gerações são portadoras de memória familiar e colectiva, de discursos e representações, participando na perpetuação de valores e na construção de novas identidades e trajectórias individuais e grupais, (...) oferecem ao indivíduo um meio de estruturação do tempo social, pela distinção do passado, do presente e do futuro (...) e que a família continua a representar o lugar privilegiado de desenvolvimento, socialização, cuidados, protecção, altruísmo e solidariedade.* Natália Ramos (2005, p.195)³⁸ menciona que a qualidade dos vínculos afectivos, relacionais e comunicativos entre as gerações são muito importantes, propícios e promissores do desenvolvimento pessoal, cultural e social, do bem-estar, da qualidade de vida dos indivíduos, da produção de novas relações e formas de solidariedade inter-gerações mais duradouras.

A partilha de histórias de vida entre avós e netos, adultos e crianças, podem fortalecer pontos de comunicação, elos de ligação entre as várias experiências culturais, relações familiares, a construção de novos sentidos, na interacção comunicativa e formativa.

Os diálogos intergeracionais poderão ser uma das estratégias multiculturais a usar na investigação, com tendência antropológica, onde os dados poderão surgir a partir do diálogo intergeracional (avós e netos). Nesta perspectiva, Ramos (2005, p. 195), ³⁹ refere que, *“as famílias plurais, multigeracionais e multiculturais de hoje, entrecruzam se gerações e culturas, espaços e tempos, memórias e identidades,*

³⁶Otero, O .F .&Corominas, F.(2006) Fazer Família Hoje, <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo216.shtml>, página web 3 de 4.

³⁷ Ramos, N. (2005) Idem, ibid. p 200-203.

³⁸ Ramos, N. (2005) ob.cit.p.195

³⁹ Ramos, N. (2005) Idem, ibid p. 195.

experiências e saberes, conflitos e rupturas, mas, também, diversas formas de altruísmo e solidariedade e múltiplas transformações. Ramos (2005, p.211)⁴⁰ refere ainda que, *o apoio à criança e ao idoso passa, também, por apoiar a família como um sistema interactivo, (...), necessitando as famílias lhes sejam proporcionados recursos para cumprir os seus papéis, por uma comunidade responsável e solidária e por um estado que promova políticas e práticas adequadas.* Com base nesta evidência, o sistema educativo actual deve tornar possível a coabitação da educação formal, da não formal e da informal.

Diz Formosinho (1987)⁴¹ que uma educação informal deficiente, fruto do baixo nível sociocultural e económico da família, dificulta o acesso a bens culturais (livros, revistas, cinema, jornais, teatro, jogos.); não proporciona um bom ambiente de estudo e, em muitos casos, os jovens são retirados precocemente da escola para o mundo do trabalho, influenciando grandemente o seu (in) sucesso escolar, sendo certo que o contrário potencia e promove situações de progresso bem mais optimistas.

3 - Desenvolvimento Local e Animação Sociocultural

A complexificação da sociedade trouxe consigo a necessidade de respostas para problemas cada vez mais abrangentes e complicados. Tornou necessário repensar e promover novas formas de actuação da Administração Pública e, em particular, da Administração Local no domínio educativo existindo, assim, a necessidade de idealizar e implementar modelos alternativos de organização dos serviços e das actividades públicas.

O processo de transformação social não afecta somente as estruturas económicas ou demográficas, mas toda a realidade social. Actualmente, todo este processo de transformação tem produzido perturbações na coesão e ajuste da cultura, na integração social e na adaptação pessoal. A intervenção das populações, no cenário de

⁴⁰ Ramos, N. (2005) ob.cit. p.195.

⁴¹ Formosinho, João (1987). A Educação Informal da Família. In *Cadernos de Análise Social da Educação. O Insucesso Escolar em Questão*. Braga: Universidade do Minho; BOURDIEU, P. The Forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.) *Handbook of theory and research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood Press, 1986. P.241-258.

globalização, tem como objectivo central a procura de respostas para a promoção do desenvolvimento socioeconómico.

Actualmente, a problemática do desenvolvimento local⁴² (especialmente, no que concerne a espaços em meio rural) coloca-se com redobrada ênfase, quando estamos perante regiões deprimidas, onde os sintomas da crise, provocada por políticas neoliberais, se faz sentir de uma forma bastante acentuada e onde se torna premente encontrar novas respostas para um problema que tem âmbito global, mas que ao nível local assume também uma dimensão muito alargada.

No seguimento do modelo neoliberal, o desenvolvimento de políticas de litoralização (e sem que tivessem sido tomados em linha de conta factores como a diversidade e a especificidade de cada processo) fez com que os territórios situados em meios rurais e periféricos sofressem de forma acentuada as consequências dessas mesmas políticas. Assistimos nestas regiões a fenómenos como:

- a) Continuado decréscimo da população residente e, logo, transformando estes territórios em territórios envelhecidos onde as pirâmides etárias demonstram populações duplamente envelhecidas, ou seja, onde a população jovem é escassa e a população idosa bastante volumosa;
- b) Tendência para uma emigração acentuada pois os territórios não têm capacidade para satisfazer as expectativas das populações mais jovens, com níveis de qualificação escolar mais elevados;
- c) Carência de mão-de-obra qualificada e incapacidade para manter os indivíduos que possuem maiores qualificações;
- d) Incapacidade para manter a sua população e para atrair outras;
- e) Elevada dependência de uma actividade económica que está sujeita às regras ditadas pelos padrões neoliberais de desenvolvimento e que, de acordo com as expectativas do capital, pode a qualquer momento, desaparecer totalmente, fomentando mais um conjunto de excluídos;

⁴² Podemos tomar como referência o conceito de desenvolvimento local de Xavier Greffe, citada por Domingos Afonso Braga (1993) em que o desenvolvimento local é visto como “um processo de diversificação e enriquecimento das actividades económicas e sociais num determinado território a partir da mobilização e da coordenação dos seus membros e das suas energias. Será assim, um produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projecto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais, fazendo dum espaço de contiguidade um espaço de solidariedade activa.

f) O desemprego e o emprego precário manifestam-se nestes territórios de forma muito acentuada.

Antes de mais, importa efectuar um enquadramento teórico conceptual do Desenvolvimento. Podemos encontrar dois paradigmas distintos que tentaram responder de forma bastante diferente à necessidade de promover o desenvolvimento dos países, das regiões, dos locais. O conceito tem evoluído com a própria evolução da sociedade e aquilo que hoje apelidamos de Desenvolvimento, nem sempre possuiu as características que hoje lhe atribuímos.

A história recente mostra-nos que este conceito esteve estritamente ligado, quase de forma exclusiva, ao conceito de crescimento económico. As teorias do Desenvolvimento estavam ligadas a um conjunto de ideias-chave como economicismo, quantitativismo, produtivismo, consumismo, industrialismo, tecnologismo, hegemonizações consideradas como modelos de desenvolvimento. São grandes as semelhanças entre os conceitos, a premissa neoliberalista e esta concepção de Desenvolvimento, o denominado desenvolvimento funcional.

Roque Amaro (1991)⁴³ reforça este tipo de desenvolvimento, polarizado e desequilibrado, onde a marginalização de algumas regiões é uma evidência, que trata as questões regionais numa perspectiva auto cêntrica e que assenta na divisão da especialização territorial do trabalho.

Em relação ao papel desempenhado pelas populações locais, o paradigma funcionalista considera-as como meros objectos que, somente, têm a função de executar um processo previamente definido, baseado na desregulamentação, liberalização e privatização e onde as questões sociais foram relegadas para um plano secundário, não se demonstrando importantes no âmbito político. Existia pois, um distanciamento face àquilo que representava o local. Não devemos esquecer que uma das premissas da ideologia dominante é a hegemonização.

Como podemos constatar, também no nosso país, tem sido a perspectiva dominante, sendo o seu resultado mais evidente a litoralização da economia e da sociedade.

De forma a dar resposta ao paradigma funcionalista, surge uma nova tese que preconiza o desenvolvimento com base na participação da população, no sentido da sua

⁴³ Amaro, Rogério Roque (1991): “Lógicas de espacialização da economia portuguesa”, in Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 10, pp. 161-182.

mobilização. Por outro lado, nesta concepção, defende-se a integração dos recursos endógenos como peça fundamental do desenvolvimento local e a existência de uma política baseada nas capacidades de cada região. Estamos perante o denominado Paradigma Territorialista. O envolvimento dos agentes e actores locais é um vector fundamental pois se estes não se revirem no processo, certamente, não irão mobilizar qualquer tipo de esforço para que o desenvolvimento seja concretizado.

Na concepção Territorialista de desenvolvimento, deve-se potenciar e valorizar aquilo que cada região possui de particular, relativamente às outras regiões, e o que a torna diferente. Esta singularidade poderá constituir-se como factor de afirmação e de desenvolvimento. É importante que as comunidades locais e regionais possuam o poder de delinear, de decidir os seus processos e estratégias a mobilizar, para alcançar o desenvolvimento. São as populações que melhor conhecem e reconhecem as suas necessidades, os seus recursos, as suas debilidades e as suas potencialidades.

Contudo, devemos referir que, apesar de se privilegiar uma abordagem baseada no âmbito local, nos recursos endógenos, não devemos possuir uma perspectiva reducionista do desenvolvimento e devemos ter presente que não é possível empreender políticas de desenvolvimento desligadas e totalmente independentes dos espaços que rodeiam o local, os espaços regionais, nacionais e até mesmo internacionais. Não esqueçamos que estamos perante um contexto global. Um local existe com uma relação articulada com outros locais e logo, não estamos perante uma abordagem localista.

Importa reconhecer que os recursos endógenos, por si só, não são garante de sucesso, ou seja, de desenvolvimento. Como refere Roque Amaro (1996, p. 18), *“Há caminhos de desenvolvimento, não há um caminho de desenvolvimento. Isso tem que ver justamente, com questões de descentralização e com a valorização da participação e autonomia, entendida não como auto-suficiência, mas como capacidade para integrar o exógeno (...)”*⁴⁴

A educação, tal como os diversos sectores da sociedade, são reflexos do modelo de desenvolvimento preconizado em cada momento. A forma tradicional de organização da Administração Pública baseia-se na organização burocrática, assente no modelo weberiano que se caracteriza, essencialmente, por um sistema hierárquico, onde os

⁴⁴ Amaro, Rogério Roque; *Descentralização e Desenvolvimento em Portugal – algumas perspectivas, tendo especialmente em conta a questão da educação; A Administração da Educação: os caminhos da descentralização*; Actas do Seminário do Fórum Português de Administração Educacional; Edições Colibri; Faculdade de Letras de Lisboa; p.18, 1996.

membros das organizações executam as tarefas de acordo com regras e procedimentos padrão. Este modelo é suportado pela competência técnica e pela divisão do trabalho. No âmbito da Educação, este período foi marcado pela disciplina, hierarquia, racionalização e abstracção “*Ou seja, desligado da vida e inculcando na criança uma visão hierárquica e ordenada da vida*” (Amaro, 1996, p.24)⁴⁵

Contudo, o modelo neoliberal tem vindo a perder defensores e começa-se a assistir a uma redefinição de propostas relativas ao desenvolvimento, onde a Escola Pública volta a assumir protagonismo. Actualmente, a tendência dos Estados é a descentralização. Um pouco por todo o lado assistimos a fenómenos de descentralização de competências dos Estados Centrais em direcção à Administração Regional ou Local.

As Autarquias Locais, pela sua natureza e proximidade dos cidadãos e agentes locais, assumem posição privilegiada para poderem constituir-se como dinamizadoras dos processos de participação e co-decisão das estratégias de desenvolvimento dos territórios.

Ao longo dos anos tem-se assistido ao acentuar da intervenção das Autarquias Locais no campo da Educação. Os Municípios estão obrigados a desenvolver uma outra realidade, as denominadas iniciativas próprias. Como nos diz Paulo Louro e Pedro Aires Fernandes (2004, p.277) “*As autarquias vêm desenvolvendo todo um conjunto de acções de âmbito social, cultural, desportivo e também pedagógico, definidas em conjunto com as escolas e outros parceiros educativos (...)*”⁴⁶

Tudo parece coincidir na importância da administração, da população e dos recursos comunitários, ajustarem os papéis dentro da comunidade e nos processos levados à prática para procurar melhorar o bem-estar e qualidade de vida das populações. É na perspectiva multisectorial do desenvolvimento local e partindo do posicionamento da Animação sociocultural face aos processos de desenvolvimento, que apontaremos alguns desafios que exigem uma acção comunitária de base participada e consciente, um trabalho com os grupos sociais.

Segundo Américo Nunes Peres (2004) como citado em Lopes (2008: p. 149): “*Assumimos a animação sociocultural como uma estratégia política, educativa e cultural de emancipação individual e colectiva, assente num conjunto de práticas de*

⁴⁵ Idem, ibid. P. 24

⁴⁶ Louro, Paulo e Fernandes, Pedro Aires; *A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da Área Metropolitana de Lisboa*; Análise Psicológica, p. 273 -287, 2004.

investigação social, participação e acção comprometida. Um processo fundamentalmente centrado na promoção de participação consciente e crítica de pessoas e grupos na vida sociopolítica e cultural em que estão inseridos, criando espaços para a comunicação interpessoal".⁴⁷

Conforme adverte Bento, Avelino (2003 p.114)⁴⁸, " *Se fizéssemos uma grelha com objectivos de comparação, notaríamos que há um discurso pedagógico comum, que articula vontades, mudança e apelo à participação. Há também uma estratégia comum que propõe regras e objectivos conducentes à valorização social e cultural, individual e colectiva. Enfim, há uma praxis comum, que considera definitivamente a animação sociocultural como objecto e o indivíduo como sujeito do processo cultural.*"

Avelino Bento diz também que em Portugal, " *Só a partir de 25 de Abril de 1974, a animação sociocultural tomou proporções de uma filosofia de intervenção. Do nosso ponto de vista, como uma estratégia de enquadramento da sociedade a quatro dimensões: a primeira, a dimensão política, utilizada como objecto da democracia; depois, a dimensão cultural, utilizada como objecto de expressão popular; a terceira, a dimensão social, utilizada como objecto de afirmação individual e colectiva; finalmente, a quarta dimensão, a educativa, utilizada como objecto da Educação permanente (...).*" (2003 p.102)⁴⁹.

Segundo Pereira, Vieits e Lopes (2008)⁵⁰ a Animação Sociocultural transformou-se num sopro de ar fresco e renovador que penetrou e, em alguns casos, impregnou a *praxis* social e a *praxis* educativa. Defendem ainda que, tanto no trabalho social como na prática educativa, tem-se recorrido à Animação Sociocultural como forma de estímulo e motivação nestes campos de acção socioeducativa.

A Animação sociocultural direccionada para os processos de desenvolvimento local deve privilegiar novas formas de olhar a realidade na perspectiva das gentes,

⁴⁷ Lopes, Marcelino. *Animação sociocultural em Portugal* (2ª edição). Amarante: Intervenção. P.149 2008.

⁴⁸ Bento, Avelino "Teatro e Animação - outros percursos do desenvolvimento sociocultural no Alto Alentejo". Edições Colibri, Lisboa.P.114, 2003.

⁴⁹ Bento, A. (2003) *ob.cit* p.102

⁵⁰ Pereira, José, Vieits, Manuel & LOPES, Marcelino.2008. *A Animação Sociocultural e os desafios do Século XXI*. Portugal: Intervenção.

trabalhar com elas um conjunto de competências, valores e princípios, como as suas raízes culturais, no sentido da valorização da auto-estima e da cultura.

3.1 - A Animação Infantil e Comunitária como dinâmica cultural, transversal e intergeracional

A Animação acontece nos métodos de desenvolvimento da comunidade através de um conjunto de iniciativas, desde que haja o envolvimento activo e comprometido dos grupos sociais nas práticas de acção comunitária

Segundo Lopes (2008: p. 315)⁵¹ o desenvolvimento da Animação infantil surgiu com o Portugal democrático, ganhando expressão como forma de Animação socioeducativa. Teve como objectivo central complementar as funções atribuídas tradicionalmente à escola, pela via da Educação Não Formal.

A acção da Animação na Infância foi traduzida na execução de actividades de carácter lúdico, destinadas a crianças entre os 8 e os 13 anos de idade, as quais se podem desenvolver independentemente ou em articulação com a Educação Formal.

A Animação Comunitária encontra um campo fértil de actuação no fomento do associativismo, nas actividades de voluntariado e do trabalho juvenil, nas políticas de educação cívica e de pedagogia de consciência crítica, nas iniciativas que promovam a identidade comunitária nomeadamente, a promoção do património cultural e natural, símbolo vivo da cultural local.

A cultura materializa-se num conjunto de práticas sociais e culturais identitárias de uma comunidade e do território. Ela é constituída por artefactos construídos e trabalhados pelo colectivo, é um património rico em diversidade cultural e símbolo material da memória colectiva. A cultura é um recurso endógeno do território e das suas comunidades, ela poderá ser potenciadora de novas dinâmicas socioculturais e constituinte de emprego. Um horizonte no qual as pessoas são parte activa integrante dos processos de desenvolvimento local.

A dinamização da actividade cultural numa visão de sustentabilidade social e microeconómica das populações é certamente um desafio para os territórios e para os responsáveis das políticas de desenvolvimento. A Animação Sociocultural pode

⁵¹ Lopes, (2008) Idem, ibid p.315

contribuir para um projecto de coesão social, de “avalanche económica” através da cultura, um recurso endógeno comunitário.

Segundo Goldfarb e Lopes, (2006,⁵²) os programas intergeracionais surgiram recentemente, na medida em que a questão do envelhecimento e da velhice se tornou mais evidente, aliado à necessidade da manutenção da memória cultural local.

3.2 - Pedagogia da participação

O Poder Local deve funcionar como dinamizador da participação das populações. No entanto, essa participação deve ser consequente, isto é, dela devem resultar planos e projectos assumidos por todos, mobilizadores de vontades, recursos e tarefas dos actores locais que interagem na procura de meios e caminhos para o bem comum, de forma eficiente e eficaz, assumindo a economia ao serviço das populações, não como elemento de perturbação e de empobrecimento de uma maioria em favor de uma minoria.

Segundo Peres Cardoso e Lopes (2002,p. 16,17)⁵³ a Animação Sociocultural é uma metodologia de intervenção, assente num conjunto de práticas sociais que visam gerar processos de participação com o fim de promover o desenvolvimento pessoal, social, cultural e educativo do ser humano.

Este processo parte das pessoas, dos grupos, ou de uma comunidade delineada territorialmente, tendo como elemento chave a participação comprometida com um processo de desenvolvimento. Promover a Animação Sociocultural é levar e elevar o ser humano à autonomia e à emancipação, anulando a passividade, a resignação e o fatalismo. Partilha da mesma opinião Ander-Egg (2000), tal como é referido por Lopes (2008: p. 403): “ (...) a Animação Sociocultural trata de superar e vencer atitudes de apatia e fatalismo em relação ao esforço por «aprender durante toda a vida» que é o substancial da educação permanente”.⁵⁴

⁵² Goldfarb, D.C; Lopes, R.G.C. Avosidade: a família e a transmissão psíquica entre gerações. In: Freitas E. V; Py L *et al.* *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p. 1374-1382.

⁵³Lopes, Marcelino. Peres, Américo. Cardoso, Carlos. “ Animação Sociocultural: Educação, Âmbitos, Recursos e Animadores” In. *2.ªs Jornadas Internacionais de Animação Sociocultural*, Chaves, Pólo da UTAD e Departamento de Artes e Ofícios, pp.16-17, 2002.

⁵⁴ Lopes (2008) Idem, *ibid* p.403

Assim, e de acordo com Sánchez (1997)⁵⁵ a Animação Sociocultural apresenta-se como um movimento de Educação Social que, tomando como finalidade a dinamização social, persegue a consciencialização (promovendo actividades *para* os grupos) e a participação (desenvolvendo actividades *com* os grupos), gerando ou estruturando processos/iniciativas estáveis e autónomas onde a comunidade esteja amplamente envolvida.

⁵⁵ Sánchez, A. S. (1997). *La animación hoy. Una respuesta a la realidad social*. Madrid: Editorial CCS.

CAPÍTULO II

Caracterização do Contexto Institucional

1 - Estrutura Organizacional

Um contexto é um espaço e um tempo cultural e historicamente situado, um aqui e agora específico. É o elo de união entre as categorias analíticas dos acontecimentos macro sociais e micro sociais. O contexto é um mundo apreendido através da interacção e o quadro de referência mais imediato para actores mutuamente envolvidos. *O contexto pode ser visto como um arena, delimitada por uma situação e um tempo, onde se desenrola a actividade humana. É uma unidade da cultura*”⁵⁶ (Walsh et al., 2003)

As Ludotecas do Município de Avis, objecto sobre o qual vai incidir o nosso estudo de caso, são sete no total, uma em cada freguesia, à excepção da freguesia do Maranhão. Os equipamentos são de cariz socioeducativo, com pessoal habilitado para o efeito, e têm como público-alvo as crianças do Concelho e as respectivas famílias (pelo apoio prestado após o horário escolar e no acompanhamento das refeições das crianças durante a componente lectiva).

O art. 161 da Constituição, da Lei-Quadro 159/99 de 14 de Setembro, estabelece o quadro de transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais bem como da intervenção da Administração Central e da Administração Local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. Este artigo consagra os princípios constitucionais da descentralização e da autonomia do Poder Local. Este diploma pretende “*elencar as atribuições das autarquias locais, a sua natureza, as competências dos órgãos municipais, as modalidades e o prazo de transferências dessas competências para os municípios, estabelecendo ainda mecanismos de aferição do processo de descentralização administrativa*” (Costa, 1993, p.18).⁵⁷

⁵⁶ Walsh, Daniel. *Investigação etnográfica com crianças: Teorias, métodos e ética*. Lisboa : Fundação Calauste Gulbenkian, 2003.

⁵⁷ Costa, M. & Neves J. (coord.) (1993). *Actas do Colóquio “Autarquias Locais e Desenvolvimento” realizadas em Braga, em Novembro de 1991*. Biblioteca das Ciências do Homem. Edições Afrontamento.

Ao abrigo do Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Solidariedade e a Associação Nacional de Municípios, de 28/7/98⁵⁸, as autarquias contratam pessoal não docente para trabalharem com as crianças nos períodos para além das 25 horas de actividades educativas/lectivas. Este Protocolo assume a implementação de um programa de Expansão da Educação Pré-Escolar que contempla todas as crianças que frequentem o Pré-Escolar da Rede Pública, ou seja, as crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino obrigatório.

Com o programa do anterior Governo de José Sócrates são transferidas novas competências para os Municípios⁵⁹, resultantes de um consenso negocial entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Verifica-se na Educação uma importância crescente da actividade desenvolvida pela Administração Local.

Nesta linha de acção tem-se verificado significativas experiências de cooperação entre o Ministério da Educação e as autarquias nos últimos tempos. Neste processo, o poder local tem revelado uma capacidade crescente de intervenção, desenvolvendo iniciativas locais em torno da resolução de problemas, nomeadamente, a prestação de serviços de alimentação às crianças, o transporte escolar, a construção e manutenção dos equipamentos, a gestão de pessoal não docente e a oferta de actividades de complemento curricular.

O reforço da capacidade de decisão e de responsabilização das comunidades locais, estimulando o estabelecimento de parcerias na resolução dos problemas educativos, abre novas perspectivas na vida das escolas e integra-as nas dinâmicas promotoras do desenvolvimento local.

1.1 - Ludotecas Municipais do Município de Avis – Estudo caso

A necessidade de procurar encontrar no terreno formas sustentadas, de dar um encaminhamento consistente e proporcional ao crescimento integral das crianças, para fazer delas bons cidadãos, abrir horizontes a novos saberes e à cooperação de todos, foi o que originou a criação de espaços lúdicos pelo Município de Avis.

⁵⁸ Ministério da Educação (1998). *Qualidade e Projecto na Educação Pré-Escolar*. Departamento da Educação Básica Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

⁵⁹ Decreto-Lei n.º 144/2008

No Município de Avis existem sete ludotecas com princípios que assentam de modo a promover a prossecução dos direitos universais das crianças, a igualdade de oportunidades de acesso aos brinquedos, jogos e actividades lúdicas e ao direito de brincar conforme art. 31º da Declaração dos Direitos da Criança. Considerando a sua missão e as especificidades da região onde desenvolve a sua intervenção, os objectivos das ludotecas são os seguintes:

Aumentar a eficiência e eficácia das intervenções sobre as problemáticas mais prementes que afectam as crianças do município; promover um trabalho conjunto com as famílias em geral, mas com um enfoque particular na intervenção em situações de exclusão social, no sentido da sensibilização, participação e conhecimento da importância do desenvolvimento integral da criança; incentivar a participação das comunidades nas iniciativas desenvolvidas, respeitando a originalidade e particularidade dos seus contextos, contribuindo para uma maior integração das crianças e respectivas famílias; promover o bem-estar e o desenvolvimento pessoal e social da criança, com base em experiências de vida democrática, numa perspectiva de pluralidade cultural e de educação para a cidadania; qualificar a formação de todos os intervenientes no processo de animação sócio Comunitária.

Os espaços lúdicos surgiram no ano 2004, à excepção da Ludoteca Municipal de Avis que abriu no início do ano 2000. Todos têm duas salas amplas com luminosidade, foram equipadas com o mobiliário novo, no início de 2006, com jogos didácticos variados e material de desgaste para uso das crianças durante as actividades que elas próprias pretendem desenvolver.

Os jogos existentes são variados e dividem-se em jogos funcionais, de ficção, de construção e colectivos, como os brinquedos que permitem à criança analisar o mundo e construir a sua personalidade.

O espaço está dividido em três zonas distintas: zona para brincar e experimentar brinquedos, zona de jogo e zona de actividades artísticas ou de expressão plástica, em que a criança se sente a vontade para realizar actividades próprias de sua idade, revelando suas habilidades, capacidades, inteligências, competências e potencialidades numa atmosfera lúdica, recreativa e persuasiva. O espaço é acolhedor, colorido e com uma panóplia de materiais à disposição, *“especialmente pensados para crianças e*

adolescentes, que têm como prioridade desenvolver a personalidade da criança principalmente através do jogo e do brinquedo”⁶⁰

Quadro I - Características gerais das Ludotecas do Município de Avis

Características gerais das ludotecas	
Espaço e Materiais	Espaço “aberto” ou distribuído por ateliês de livre escolha. Materiais versáteis
Grupo	Grupo diferente – pode reagrupar crianças de diferentes turmas e idades, a cargo de um ou mais adultos com funções de animador.
Tempo e Actividades	Variável, muito flexível. Ofertas diversificadas, no interior ou no exterior, que a criança escolhe livremente ou ateliês alternativos de escolha da criança. Actividades planeadas e avaliadas em função do bem-estar, do prazer das crianças e também em resposta às necessidades dos pais
Horário	Funcionam todos os dias da semana, menos ao fim semana, das 10h às 12h e das 14 às 19h.

Quadro II - Caracterização de actividades

Actividades	Síntese descritiva	Destinatário	Calendário/local
Actividades permanentes: CAF- Actividades da Componente de Apoio à Família; AECS – Expressões como Actividades de Enriquecimento Curricular com as crianças do 1º ciclo.	Actividades de expressão plástica, artística, expressão corporal, dramática e musical, promoção à leitura, jogos lúdicos no interior e exterior dos espaços.	Todas as crianças e jovens do Concelho de Avis dos 3 aos 14 anos, familiares e residentes interessados em participar.	A programação das actividades consta do plano anual das ludotecas.
Actividades articuladas com o Projecto Educativo do Agrupamento de escolas de Avis.	Visitas de estudo, passeios e festas da localidade, espaços organizados de descoberta, partilha e de desenvolvimento pessoal, cultural e social dos intervenientes.	Comunidade Educativa	A Programação das actividades consta na Agenda Pedagógica do Município.

⁶⁰ Solé, *ob.ci.*, 1992, p.31.

Actividades em interação com comunidade local	Actividades de animação comunitária tendo em contas as festas e tradições da localidade	Comunidade Local	Datas comemorativas. Festas e tradições da comunidade Todas as actividades estão programadas no plano anual.
------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------	------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro III - Principais projecto ou temáticas

Projecto/ temática	Calendarização	Parceiros	Principais actividades
Feira das Sopas “Saber Comer. Para Saber Viver”	Outubro – No âmbito das actividades programadas para o Dia Mundial da Alimentação	Agrupamento de escola de Avis; Associação de pais; Centro de Saúde; Biblioteca Municipal.	Confeccionar sopa para participar na feira; Realizar a festa “ Saber comer para melhor crescer ” Convívio recheado de saborosas surpresas que vão desde a música à dança.
Festa das Bruxas “ Doçura ou Travessura ”	Outubro	Agrupamento de escola de Avis; Juntas de Freguesia	Recriação do mistério e crenças tradicionais da terra;
O Magusto a “Aproximar Gerações”	Novembro	Rancho folclórico de Avis; Juntas de Freguesia do Concelho.	Reviver a tradição de S. Martinho de forma lúdica e criativa;
“A Minha Terra no Natal”	Dezembro	Juntas de freguesia; Empresas da localidade; Agrupamento de escolas de Avis;	Teatros de Natal; Presépio vivo; Distribuição de mensagens de natal.
“Vamos Cantar as Janeiras” Entoar as vozes para dar as boas vindas ao novo ano. Dar o mote, para que a tradição perdure.	Janeiro	Agrupamento de Escolas de Avis; Santa Casa da Misericórdia; Biblioteca Municipal; Juntas de Freguesias; Associação de Reformados; Centros de Convívio.	Pesquisar costumes e tradições da localidade; Cantar as típicas cantorias da tradição portuguesa para desejar a todos um feliz ano novo.
Desfile de Carnaval – Tradicional arruada do Entrudo em Avis e Freguesias.	Fevereiro ou Março	Toda a população do Concelho	Organização de desfiles de Carnaval em todo o Concelho.
Avisestórias	Março	Professores, educadores de infância, animadores socioculturais, técnicos de biblioteca, bibliotecários, público em geral.	Encontro de Contadores de Histórias. Serão de Contos.
Mosteatro – No âmbito do Dia Mundial do Teatro	Março	Juntas de Freguesia; Grupos de teatro amador existentes no Concelho. Agrupamento de escola de Avis;	Apresentação de peças de teatro pelas Ludotecas Municipais
“Feira Medieval”	Maior	Pais; familiares e todos os interessados em participar;	Participação no Cortejo Régio pelas ruas do Burgo

		População em geral.	Bailias e Folias no pátio do Castelo. Banca e taberna com produtos medievais
“ Festa da Criança ” Dia Mundial da Criança	Junho	Agrupamento de escola de Avis; Associação de pais; Centro de Saúde.	Dinamização do espaço com actividades lúdica.
Festas de Aniversário das Ludoteca Municipais	Em sintonia com as datas de abertura de cada um dos espaços lúdicos	Associação de pais; Associações de teatros existentes no concelho	Apresentação de um DVD de acções de animação lúdica pretendendo, assim, dar visibilidade ao trabalho desenvolvido por Educadoras e crianças frequentadoras dos centros lúdicos.
Espectáculo com as Ludotecas Municipais, no âmbito do Dia Mundial da Dança .	Abril	Alunos do 1º ciclo que frequentam as AECS	Realizar um Festival de dança com as crianças das AECS. Organização e selecção de músicas, coreografias, caracterização e cenários.
Comemoração dos Santos populares	Mês De Junho	Juntas de Freguesias do Concelho de Avis; Santa casa da misericórdia de Avis; Centro Comunitário Antunes Tropa de Benavila; Centro Cultural dos trabalhadores do Município de Avis; Empresários do Concelho	Transformar o Concelho de Avis num palco de tradição e música popular.
Ludo- Acampamento Destinado a todas as crianças que frequentam as Ludotecas Municipais do Concelho de Avis,	Final de Agosto	Associação de Pais; Centro Cultural dos trabalhadores do Município de Avis; Juntas de freguesia de Avis; Empresários do Concelho e do Alentejo	Proporcionar conhecimento sobre a prática do acampamento e participar em várias actividades de preservação da natureza, de educação e sensibilização ambiental.
Acções de formação Encontro com agentes educativos (Seminário e Workshops).	Avis História – Encontro de contadores de histórias; Encontro de Educação Workshops	Biblioteca Municipal; Agrupamento de Escolas de Avis; Fundação Abreu Calado;	Workshops: de Marionetas (fantoques) e Animação do Livro e da Leitura/ 2007; Expressão Dramática/2008; A importância dos contos de Fadas/2009; Expressões “Brincar, rir e ser Feliz”/2010.
Estágios	Todo o Ano	Protocolos com várias Instituições público privadas	Protocolos aprovados pela assembleia Municipal de Avis

Quadro IV - Actividades do âmbito sociocultural

Peças Teatro	Espectáculos musicais	Variedades de rua
Menina do Mar/ 2007 As Letras que Falam – 2007 Canção de Lisboa/ 2007 A Viagem fantástica pelos mais belos contos da Disney / 2007 Os 7 cantos do mundo / 2008 Natal mais brilhante da Carochinha, na Aldeia das Brincadeiras / 2008 D. Quixote / 2008 Os Sapatos Rotos no Baile/ 2008 Jasmim /2009 Planeta Azul / 2009 Annie / 2010 Da Varanda do Mestre / 2010	Espectáculos de Dança Folclore tradicional Dançar e bailar ao ritmo dos contos /2010 Alice no país das Maravilhas/2011	Desfiles de Carnaval Feira Medieval Cortejos históricos Presépio Vivo Marchas Populares Cantar as janeiras

O principal objectivo define-se como “o *“fruir” por parte da criança, aliado à sua segurança e bem-estar, privilegiando-se a livre escolha e a brincadeira espontânea*” (Ministério da Educação, Ministério de Trabalho e Ministério da Segurança Social, 1997, p.6).⁶¹

As ludotecas assentam os seus objectivos de forma a promover a prossecução dos direitos universais das crianças e, em particular, a igualdade de oportunidades de acesso aos brinquedos, jogos e actividades lúdicas e ao direito de brincar conforme art. 31º da declaração dos direitos da criança, definindo como objectivo global e geral: ***Favorecer o desenvolvimento da pessoa humana numa dinâmica de inter-actuação Lúdica.***

Pretendem aumentar a eficiência e eficácia das intervenções sobre as problemáticas mais prementes que afectam as crianças do concelho, através de uma abordagem pelo lúdico (Educação Não Formal), que incide directamente na Educação Formal. Promover um trabalho conjunto com as famílias em geral, mas com um enfoque particular na intervenção em situações de exclusão social, no sentido da sensibilização, participação e conhecimento da importância do desenvolvimento integral das crianças.

⁶¹ Ministério da Educação, Ministério da Solidariedade e Segurança Social (1997). *Educação Pré-Escolar. Perguntas e Respostas*. Lisboa: Gabinete para a expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

Incentivar a participação das comunidades nas iniciativas desenvolvidas, respeitando a originalidade e particularidade dos seus contextos, contribuindo para uma maior integração das crianças e respectivas famílias.

Promover o bem-estar e o desenvolvimento pessoal e social da criança, com base em experiências de vida democrática, numa perspectiva de pluralidade cultural e de educação para a cidadania;

As funções de animação lúdica e pedagógica das ludotecas estão relacionadas com os objectivos educativos e socioculturais do próprio projecto. Sendo assim podemos definir:

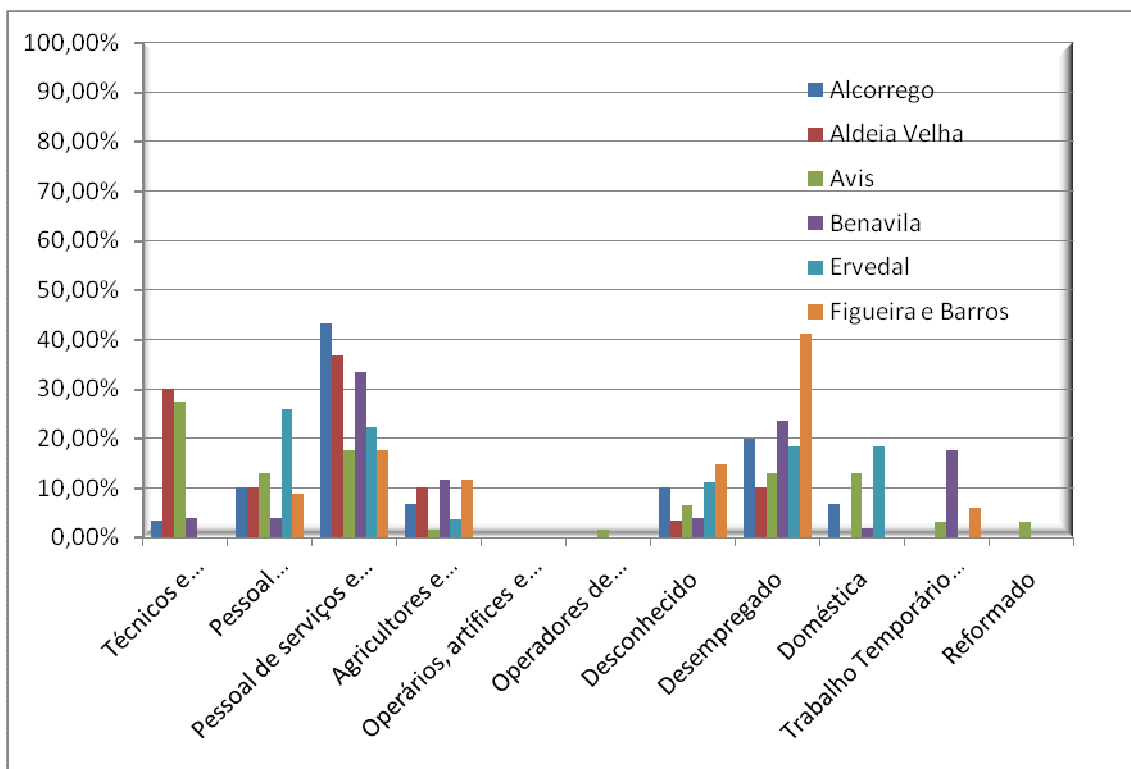
a) Função Comunitária e Sociocultural – A intervenção das ludotecas pode enquadrar-se na intervenção directa com as crianças e jovens atendendo a todo o contexto social envolvente, indispensável ao seu próprio funcionamento, de forma recíproca. Apoiar e apoiar-se na comunidade, valorizando a sua diversidade cultural e institucional.

b) Função sócia económica - Estes espaços pode contribuir para separar a desigualdade de oportunidades de crianças e jovens dos meios sociais mais carenciados, não só em termos de material lúdico, como de acompanhamento de espaços alternativos alheios ao estatuto sócio económico.

c) Função de avaliação, investigação e desenvolvimento - Função essencial ao processo de crescimento de qualquer organização. Esta avaliação conjunta do desempenho é importante para a sinergia de esforços, já que para além da planificação e desenvolvimento de iniciativas no âmbito da actividade lúdica, se revela fundamental para uma prática de auto – crítica essencial ao trabalho de equipa.

1.2 - Composição sócio-profissional das Ludotecas Municipais

Gráfico n.º1 - Composição sócio -profissional de cada um dos espaços lúdicos



Fonte: Fichas de identificação das crianças e jovens que frequentam os espaços lúdicos

A composição sócio-profissional dos pais das crianças estende-se pelas várias categorias profissionais, com relevância nos técnicos e profissionais de nível intermédio, em Avis, serviços e comércio por todo o concelho, e na freguesia de Benavila e Figueira um elevado número de pais desempregados e com trabalho temporário.

Verificamos que em todas as freguesias existe uma larga faixa de pais/ Encarregados de Educação, com profissão ao nível dos serviços e da produção. Que em Avis e Aldeia Velha, cerca de 30% pertencem aos quadros de técnicos superiores e 10% relacionado com trabalho agrícola. Figueira e Barros, a freguesia com maior percentagem de desempregados.

1.3- Estratégias de trabalho das Ludotecas Municipais

A principal estratégia de trabalho parte do aproveitamento dos recursos comunitários existentes, organizando e prestando um serviço, que vai de encontro aos verdadeiros interesses das populações, resultando daí uma prática de execução de projectos continuados, os quais, articulam práticas comuns e respeitam a especificidade da comunidade.

Quadro V - Organização e planificação das actividades de Animação sociocultural

Acções	Método	Equipa				
		Técnicos superiores	Animador sócio cultural	Animadores de Ludotecas	Coordenador	Chefe de Divisão sócio - cultural
Organização e planificação dos projectos	Implicação e envolvimento de todos os intervenientes					
Divulgação dos projectos	Redes informáticas	Propostas de actividades	Proposta de actividades Culturais e intergeracionais	Levantamento de recursos existente e dos interesses e necessidades sentidas.	Compilação das propostas e organização do plano em articulação com o projecto educativo	Organização e desenvolvimento do plano integrado no plano de actividades da divisão sócio cultural do município.
Avaliação periódica dos processos e dos resultados	Inquéritos por questionário aos Encarregados de Educação ou a outros elementos da comunidade.					

A organização da planificação de actividades tem um carácter flexível, mas respeita os princípios de um trabalho de equipa, com papéis definidos, conforme as capacidades para alcançar os objectivos.

Quadro VI - Organização e planificação das actividades de animação sociocultural em articulação com o projecto educativo da escola

Ação	Método	Programa	Quadro legal
Organização e planificação das actividades da componente do apoio à família, conforme Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Solidariedade e a Associação Nacional de Municípios, de 28/7/98	Participação do coordenador das Ludotecas Municipais nas reuniões dos Educadores de Infância do agrupamento de escolas	Actividades lúdicas no âmbito da Educação pré - escolar	O art. 161 da Constituição, da Lei-Quadro 159/99 de 14 de Setembro; Protocolo de Cooperação, de 28/7/98 Lei nº 147/97, de 11 de Junho
Organização e planificação das Expressões no âmbito das AECS	Participação dos professores das Expressões ⁶² nas reuniões dos professores das AECS; Participação dos professores das Expressões nos Conselhos Docentes do 1º ciclo; Participação dos professores das Expressões nas reuniões do departamento das expressões artísticas da escola.	Actividades lúdicas no âmbito das AECS	Despacho n.º 12 591/2006 (2.a série).

A planificação das actividades é flexível, mas não perde o seu carácter intencional. Esta flexibilidade de programas, espaços e estrutura organizativa, proporciona ao indivíduo, ou grupo, que desenvolva as suas capacidades e interesses de uma forma bem significativa, isto porque, a educação não formal dá uma ênfase preferencial ao desenvolvimento de métodos de aprendizagem participativos.

1.4 - Enquadramento local, social e histórico do Concelho de Avis

O Município de Avis, “ *as terras do Mestre*”, é hoje o resultado de muitas histórias, recentes e antigas. O passado deixou as suas marcas nos monumentos, nas histórias e nas tradições que se mantêm ainda vivas pelo trabalho dos historiadores, pela sabedoria popular e pela memória das gentes que, com a sua arte e engenho, as transpõem para o artesanato, que nasce da sua dedicação, e para a gastronomia, que reflecte as riquezas e os hábitos locais. O Concelho está inserido na Região Alentejo e insere-se no Distrito de Portalegre. Este concelho faz fronteira, a Norte, com o Concelho

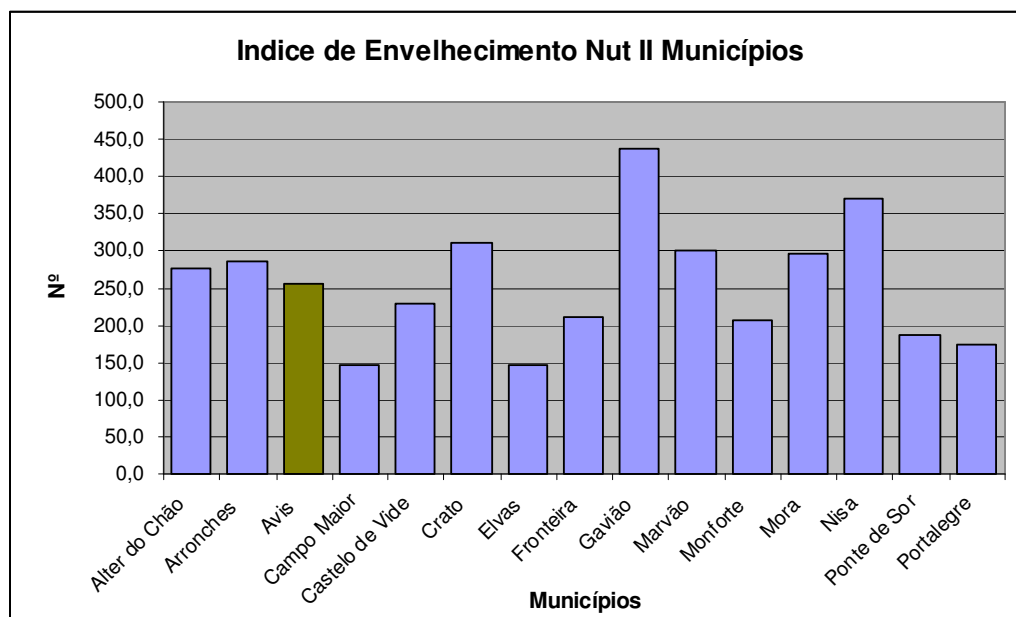
⁶² Educadora de infância e professora do 1º ciclo a exercer funções de técnicas superiores nas ludotecas Municipais

de Alter do Chão, a Oeste com Ponte de Sor, a Este com Fronteira e a Sul com Sousel e Mora.

A superfície total do Concelho é de 606 Km², por onde se estendem oito freguesias – Alcórrego, Aldeia Velha, Avis, Benavila, Ervedal, Figueira e Barros, Maranhão e Valongo. A densidade populacional do Concelho é de 8.2 hab/Km², verifica-se assim uma densidade mais baixa do que a verificada para o Alto Alentejo (18.9 hab/Km²)⁶³

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Alentejo 2007, este concelho possui 4968 habitantes. À semelhança da generalidade dos Concelhos do interior do país, este território apresenta uma estrutura etária envelhecida, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)⁶⁴, o Índice de envelhecimento⁶⁵ do Concelho é de 256,1 indivíduos por cada 100 jovens.

Gráfico n.º 2 – Índice de Envelhecimento



Fonte: INE, 2007

⁶³ Cf. Anuário Estatístico da Região Alentejo 2007; INE, Lisboa; download em 26 de Fevereiro de Outubro de 2009.

⁶⁴ Estimativas Provisórias da População Residente 2007; Lisboa; INE; 2008. disponível na internet via www.ine.pt, download em 29 de Outubro de 2008.

⁶⁵ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos

Quanto à população por grupos etários, de acordo com as Estimativas populacionais produzidas pelo INE (2007) verificamos que 11% da população residente no Concelho tem entre 0 e 14 anos, 10% tem entre 15 e 24 anos, 50% da população possui idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos e 28% dos indivíduos têm 65 ou mais anos.

De acordo com os dados do Diagnóstico Social do Concelho – Rede Social - O Sector Terciário abrange o maior número de activos em Avis (52%). O peso do Sector Primário (19%) possui ainda valores significativos no Concelho, apesar de ter vindo a perder importância no número de pessoas empregadas mantém-se, num valor acima da média nacional. O sector secundário abrange cerca de 29% dos activos.

Neste Concelho verifica-se que o desemprego é predominantemente feminino, à semelhança de todo o Alentejo, fortemente influenciado pelo carácter sazonal das actividades agrícolas.

No que concerne aos indicadores relacionados com a Educação no Concelho verifica-se a seguinte situação:

De acordo com o Recenseamento *Geral da População*, Censos 2001, a maior parte da população residente no Concelho não possuía qualquer nível de instrução ou então esse era bastante baixo. Nesta data apenas 4.5% da população possuía o 3º Ciclo do Ensino Básico completo. Contudo, salientamos o facto de que a população que não sabe ler nem escrever (22.21%) tem mais de 60 anos de idade pois, nos grupos etários anteriores a percentagem é bastante baixa. E a tendência de possuir apenas o 1º ciclo do ensino básico tem maior expressão a partir do grupo etário com mais de 40 anos. A população mais jovem tem os seus maiores valores em níveis de instrução mais elevados, nomeadamente no 2º e 3º ciclo e ensino secundário.

Quando se trata de população sem qualquer nível de instrução, este fenómeno é particularmente sentido nas mulheres. Cerca de 60% da população que não possui qualquer nível de instrução é do sexo feminino, principalmente a partir dos 65 anos de idade. Quanto ao ensino superior, as mulheres também possuem uma maior percentagem neste indicador, representando mais de 50% da população com ensino superior completo. Neste caso estamos a falar de grupos etários entre os 20 e os 34 anos.

No que concerne ao nível de escolarização, de acordo com o Anuário Estatístico da Região Alentejo 2007, constata-se a seguinte situação: A taxa de pré-escolarização⁶⁶ é de 98.3%, valor muito semelhante ao verificado no Alto Alentejo (98.7%) e superior ao verificado quer na Região Alentejo (91.1%) quer no país (78.5%). A taxa bruta de escolarização – ensino básico⁶⁷ é de 111.7% e a taxa bruta de escolarização - ensino secundário⁶⁸ é de 93.5%. A taxa de retenção e desistência no ensino básico é de 11.5%, este valor está ligeiramente acima do verificado na *Nut II* em que se insere o Concelho mas é bastante semelhante à taxa existente no Alentejo.

Ao nível de estabelecimentos de ensino, verifica-se a existência de 4 estabelecimentos de ensino pré-escolar, a funcionar nas Freguesias de Alcórrego, Avis, Benavila e Ervedal. As freguesias de Aldeia Velha e Figueira e Barros têm a possibilidade de o frequentar duas vezes na semana. As crianças de Maranhão são transportadas pelo Município para Alcórrego e as crianças de Valongo, para Benavila.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino do Concelho onde se lecciona o 1º ciclo do ensino básico, estes são 5, a saber, Alcórrego, Avis, Benavila, Ervedal e Figueira e Barros. Nenhum dos estabelecimentos de ensino possui menos de 10 crianças.

Quer o segundo quer o terceiro ciclo do Ensino Básico possuem 1 estabelecimento de ensino público – Escola Mestre de Avis. Existindo ainda uma escola que confere o 3º ciclo de ensino básico mas é de carácter privado. No Concelho de Avis não existe nenhum estabelecimento público de ensino secundário. Contudo, existe um estabelecimento privado – Escola Profissional Abreu Callado.

2 - Política local desenvolvida no âmbito educativo, cultural, e intergeracional

O enquadramento do sector da Educação no âmbito da estrutura organizacional do Município de Avis, encontra-se integrado na Unidade Orgânica de Educação e

⁶⁶ Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população total residente dos 3 aos 5 anos.

⁶⁷ Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino básico e a população total residente dos 6 aos 14 anos.

⁶⁸ Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino secundário e a população total residente dos 15 aos 17 anos

Infância com a competência de Planificar, coordenar e controlar acções de natureza socioeducativa, enquadráveis nos domínios das escolas e ludotecas municipais, segundo o despacho n.º 1069/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 8, 12 de Janeiro de 2011.

Os recursos humanos, afectos a esta unidade Orgânica constata-se, a existência de um considerável conjunto de técnicos – superiores e técnico-profissionais - com formações em áreas diversas.

Quadro VII - Pessoal afecto ao sector de Unidade Orgânica Educação e Infância do Município de Avis 2011

Pessoal - Educação 2010	Nº
Professor do Ensino Básico	2
Educador de Infância	2
Serviço Social	1
Psicólogo	2
Professor	4
Assistente Técnico de Educação	12
Assistente Operacional	2
Auxiliares de Acção Educativa	2
Total	27

Fonte: Mapa de Pessoal 2010

Foi na década de oitenta e noventa que se operaram grandes alterações ao nível da transferência de atribuições e competências do Estado Central para os Municípios. Podemos citar como exemplo os seguintes diplomas legais:

1. *Lei 159/99 de 14 de Setembro* - Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais
2. *Lei 7/2003 de 15 de Janeiro* – Institui os conselhos municipais de educação, regulando as suas competências, a sua composição e o seu funcionamento e as Cartas Educativas regulando o seu processo de elaboração e aprovação e os seus efeitos.
3. *Despacho 12591/2006 de 16 de Junho* - Regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico. Conjugado com o *Despacho 14460/2008 de 26 de Maio*.

4. *Decreto-lei 75/2008 de 22 de Abril* - regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário

Da análise efectuada a diversos documentos⁶⁹ produzidos pelo Município verificou-se existir ainda um vasto conjunto de apoios que não se enquadram na legislação de descentralização de competências que tem sido efectuada pelo Estado Central para os Municípios mas são apoio concedidos ao abrigo da Lei 159/99 de 14 de Setembro e com base na Lei Constitucional 1/2005 de 12 de Agosto. Deste modo, em Avis existem as seguintes Iniciativas próprias no âmbito do sector da Educação:

- 1 Acesso gratuito a programa e projectos municipais como o Ensino da Natação nas Freguesias, a Escola de BTT, o Clube de Remo, a Orquestra Juvenil e Escola de Acordeão.
- 2 Cedência gratuita de transporte para visitas de estudo, iniciativas no âmbito do desporto escolar ou outras a todas as escolas do Concelho.
- 3 Disponibilização de actividades de prolongamento do horário escolar e de ocupação de tempos livres com a utilização gratuita das Ludotecas Municipais.
- 4 Utilização gratuita dos espaços de acesso à internet existentes no Concelho.
- 5 Desenvolvimento da iniciativa “A Hora do Conto” em todas as escolas, ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, nas Freguesias do Concelho. Esta actividade prende-se com o desenvolvimento de iniciativas de promoção da leitura.

Na definição das estratégias de actuação para o desenvolvimento do nível de vida de um determinado país nas suas mais diversas vertentes, o Estado, entidade responsável por uma política interna e externa de que depende o desenvolvimento harmonioso e sustentado da comunidade, deve ter sempre em conta a influência que a dimensão cultural tem no desenvolvimento social e económico de uma sociedade.

Esta política cultural materializa-se num conjunto de práticas sociais e culturais identitárias de uma comunidade e do território. Ela é constituída por artefactos construídos e trabalhados pelo colectivo, é um património rico em diversidade cultural e símbolo material da memória colectiva. A cultura é um recurso endógeno do território e

⁶⁹ Regulamentos de Apoio e documentos informativos.

das suas comunidades, podendo ser potenciadora de novas dinâmicas socioculturais e constituinte de emprego. Um horizonte no qual as pessoas são parte activa integrante dos processos de desenvolvimento local.

A ideia de cultura deve ser concebida como elemento de inclusão social, uma responsabilidade de um conjunto de instituições, museus, autarquias, centros culturais, teatros e associações, que têm um papel activo em projectos de desenvolvimento comunitário no contexto cultural. A auto-estima das pessoas pode ser trabalhada desde a cultura, desenvolvendo processos de consciencialização, atitudes e comportamentos sustentáveis.

2.1 - Perspectiva de animação educativa nas Ludotecas do Município de Avis

A animação sociocultural nas Ludotecas tem que sustentar a sua acção num projecto de educação para o desenvolvimento, entendido como forma de educar para o sentido cívico, para a formação de cidadãos conscientes e participantes no próprio processo de desenvolvimento. A educação para o desenvolvimento está direccionada para a provocação da mudança de mentalidades, atitudes e comportamentos do indivíduo e do grupo. A animação sociocultural enquanto método educativo tem que educar para a solidariedade, para a responsabilidade colectiva, para a auto-estima e valorização da cultura do território.

Porque falamos de animação, educação para o desenvolvimento e participação, o desafio actual não se centra em transmitir conhecimentos a partir de um programa preconcebido, com conteúdos elaborados à margem da participação das gentes e da sua realidade, dos seus saberes e experiências mas, de um currículo aberto. Os programas educativos em contexto de educação não formal deverão ser um convite à construção do conteúdo programático, ou seja, a partir das vivências comunitárias desenhar um programa curricular. Um projecto de educação comunitária valorizadora da cidadania activa, de estudo da realidade social envolvente, um tempo de discussão e busca de soluções num processo de educação permanente.

A perspectiva de Animação Sociocultural nas Ludotecas Municipais pode despoletar acções mobilizadoras de vontades, partindo da realidade social e das reais necessidades das populações, facilitando canais de comunicação, de encontro, de realização pessoal e colectiva.

2.2 - Espaços lúdicos como contexto para a integração entre gerações na comunidade local

O cidadão assiste à promoção cultural de uma forma passiva e consumista, em que os técnicos produzem algo direccionados ao mercado cultural, tendo sempre em conta o produto e a sua aquisição. Existe uma grande necessidade de promover dinâmicas culturais que prevejam o envolvimento do indivíduo, no sentido de o promover e potenciar num meio que é dele e para ele.

É urgente criar uma dinamização cultural activa, em locais que a intervenção a todos alcance, na rua, na escola, no bairro, na praça e em locais que, mesmo culturais e recreativos, não limitem o acesso a um direito que a todos assiste de uma forma igualitária e democrática.

Para uma realidade como a do concelho de Avis é urgente a implementação, na comunidade, processos endógenos que estimulem a educação para a criatividade e potenciem a capacidade inovadora no indivíduo, ao mesmo tempo que promovam o desenvolvimento das suas aptidões e das suas competências sociais. Uma intervenção que facultará ao indivíduo os instrumentos e conhecimentos necessários para que, autónoma e conscientemente, seja ele o protagonista do seu próprio desenvolvimento, participando num processo geral que englobará a participação de todos os indivíduos em particular e a sociedade em geral.

A partir de estruturas como as dos espaços lúdicos, da sua abertura e de outras instituições, podem-se criar projectos de intervenção que fomente um processo cultural participado e que funcione como motor para a criação de novas estruturas culturais, dinâmicas e activas, que proporcione a integração entre gerações, impulsione a cultura local para um estágio de desenvolvimento, reconhecendo a capacidade de solidariedade, de promoção de valores de liberdade e cidadania.

CAPÍTULO III

1ª Parte

Metodologias do estudo

1 - Características do estudo e opções metodológicas

A habitual distinção entre investigação qualitativa e quantitativa refere-se a uma diferença importante em relação à recolha e análise dos dados. Assim, as abordagens qualitativas concentram-se na descrição e análise de elementos específicos de informação, considerados individualmente, para compreender o seu significado e produzir uma visão de situação em que foram gerados. Pelo contrário, as abordagens quantitativas centram-se nas agregações de múltiplas informações em unidades substantivas, com o intuito de gerar frequências, medidas, comparações e inferências estatísticas.

De acordo com Pacheco (1995)⁷⁰, em vez de centrar o debate na questão da dicotomia quantitativo/qualitativo seria mais importante determinar a natureza e a finalidade da investigação, pelo que o paradigma da investigação educacional partiria da síntese dialéctica dos dois métodos e, mais do que limitar-se a explicar ou compreender, visaria melhorar a educação através de uma atitude reflexiva e crítica. Esta é também a finalidade da nossa investigação: melhorar a educação. Por isso consideramos que um estudo de caso seria a estratégia de pesquisa que melhor serviria o nosso propósito, recorrendo a abordagens qualitativas e quantitativas.

O método de trabalho estudo de caso que adoptámos vai de encontro à análise que pretendemos fazer, dado que poderá ser conduzido por várias perspectivas, sejam elas qualitativas ou quantitativas: *“Embora seja frequentemente de natureza qualitativa, na colecta e no tratamento de dados, pode também centralizar-se no exame de certas propriedades específicas, de suas relações e de suas variações e recorrer a métodos quantitativos”* (Bruyn, 1991, p. 225).⁷¹

⁷⁰ Pacheco, J.A. (1995). *O pensamento e a acção do professor*. Porto: Porto Editora.

⁷¹ Bruyn, P., Herman J. & Schoutheete, M. (1991). *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais* (trad. Port.). Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora.

1.2 - Apresentação e descrição do objecto de estudo

A apresentação da nossa problemática assenta na observação dos factos e no apoio da literatura consultada. A partir da exploração da realidade, descobrimos as necessidades para enunciarmos os objectivos, de forma a problematizar o objectivo central da nossa pesquisa, através de uma reflexão fundamentada que nos permitirá, contribuir para algumas soluções relacionadas com questões de desenvolvimento sociocultural do território.

Ao consultarmos a bibliografia, verificamos que a actividade lúdica é uma constante filosófica, sociológica, antropológica e pedagógica, que se encontra em todas as sociedades e épocas.

A ludoteca constitui um espaço lúdico por excelência, que possibilita, favorece e estimula a actividade lúdica, tanto porque oferece às crianças os objectos e materiais que são necessários, como as orientações, a partilha e, finalmente, a ajuda e companhia que necessitam para expandir o seu entusiasmo através do jogo. Ferreira e Neto afirmam que é esta multiplicidade “ (...) *de vivências e de experiências lúdicas que favorece o desenvolvimento da personalidade e ajuda a criança a crescer*” (Ferreira e Neto 1992)⁷². Para além de serem meios privilegiados para facilitar a redução das desigualdades sociais, as ludotecas devem tornar-se, também, em espaços de encontro para adultos e adolescentes, onde se favoreçam as relações entre uns e outros e em locais de valorização pessoal e do grupo, através de diversíssimas experiências de expressão, criação e socialização. Ideias defendidas por João Amado e Leonor Santos na publicação na revista portuguesa de pedagogia “*Estudo e divulgação das práticas lúdicas*” em 1992⁷³, onde defendem estes espaços como um pólo dinamizador e facilitador da interacção da criança com os seus pares, com os mais velhos, com os adultos e com o mundo.

Os princípios nos quais se fundamentam a criação de ludotecas são extremamente actuais e que poderão ser significativos na educação para a paz, na promoção dos direitos da criança e na luta por valores como a igualdade e a solidariedade.

⁷² Ferreira, P. & Neto *ob.ci.*, 1992.

⁷³ Amado, João e Santos, Leonor, *ob. ci.*, (1992)

Do ponto de vista metodológico do estudo, as Ludotecas do Município de Avis aparecem como eixo paradigmático para nos guiar na exploração, análise, descrição e interpretação dos dados da realidade que vamos auscultar.

A escolha do território de Avis e das Ludotecas, no âmbito educativo, social e cultural, como universo e delimitação do objecto de estudo, está relacionada com o facto de exercer a minha profissão no Município de Avis como Técnica Superior de Educação. Nesta escolha pesaram também as afinidades com profissionais de várias áreas, que pode facilitar o acesso a fontes importantes para a recolha de informação do processo que pretendemos investigar.

A delimitação do estudo ao modelo específico de ludotecas implantada pela autarquia no município teve como ponto de partida a leitura SOLÉ, Maria de Borja, “*O Jogo Infantil (organização das ludotecas)*”. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança, 1992.⁷⁴ As Ideias defendidas por João Amado e Leonor Santos na publicação na revista portuguesa de pedagogia “*Estudo e divulgação das práticas lúdicas*” em 1992⁷⁵, os quais lançaram as bases para trabalhos e projectos de implementação de Ludotecas em Portugal.

O presente estudo pretende caracterizar os espaços lúdicos existentes nas freguesias do Município de Avis tendo, como objectivo central, verificar se os espaços fomentam a criação e fruição de hábitos culturais, transversais e intergeracionais e se facilitam mudanças ao nível social, cultural e educativo. Formulando o seguinte problema de investigação: **Qual o protagonismo e a importância das Ludotecas Municipais do Município de Avis como instrumentos preferenciais de acção cultural, transversal, intergeracional?**

Problematizando o objecto de estudo, emergem algumas questões: *Como são constituídas as Ludotecas Municipais do Município de Avis. Qual a composição sócio – profissional de cada um dos espaços. Quais são os documentos que sistematizam as linhas de orientação, os conceitos, actividades, normas e regulamentação do espaços. São espaços imutáveis no prolongamento do Jardim de Infância e da Escola. As Ludotecas respondem de um modo satisfatório aos interesses lúdicos e educativos dos utentes. Constituem um meio de reduzir as desigualdades sociais, de inclusão social e para a produção de sociabilidades.*

⁷⁴ Solé. *ob. cit.*, 1992.

⁷⁵ Amado, João e Santos, Leonor, *ob. ci.*, (1992).

Tendo ainda em conta a pergunta de partida, será necessário e possível intervir e implicar outros públicos, outros grupos, como os idosos, desempregados, jovens, com competências muitas das vezes por descobrir, inibidas por processos de socialização dominantes na sociedade actual, cuja criatividade e singularidade urge reforçar, alargando o leque de oportunidades para a realização de experiências criativas.

1.3 - Questões Orientadoras

O estudo articula um conjunto de conceitos na direcção do mesmo objectivo, apresentando as ludotecas como alternativa à educação não formal e informal, onde se podem dinamizar práticas culturais, transversais e intergeracionais através da animação sociocultural e do animador, de modo a reflectir-se no desenvolvimento sociocultural da comunidade local.

Considerando estes conceitos, aquando da definição da problemática, organizámos as questões orientadoras em duas categorias. A primeira tendo em conta a **função sociocultural das Ludotecas**: Como são constituídas as Ludotecas Municipais do Município de Avis; Qual é a composição socioprofissional de cada um dos espaços; Quais são os documentos que sistematizam as linhas de orientação, os conceitos, critérios, actividades, normas e regulamentação do espaços.

A segunda, **espaços lúdicos como estratégia ao desenvolvimento**: As Ludotecas respondem de um modo satisfatório aos interesses lúdicos e educativos dos utentes; Constituem um meio de reduzir as desigualdades sociais, de inclusão social e para a produção de sociabilidades; É necessário e possível aproximar e integrar diferentes gerações no contexto de espaços lúdicos.

Perante as questões orientadoras do nosso estudo podemos levantar duas hipóteses de natureza empírica, indutivas e ao nível de concretização conceptual porque estabelecem uma relação entre variáveis:

“No Município de Avis os espaços lúdicos existentes não privilegiam a acção cultural, transversal e intergeracional.”

“As ludotecas do município de Avis são espaços imutáveis no prolongamento das actividades lectivas onde se desenvolvem práticas individuais.”

O domínio do hipotético é susceptível de nos fornecer pistas. Estas podem ser importantes para encontrar caminhos que nos ajudem a aportar a campos por onde seja

possível espriar, de uma forma significativa, o conjunto de resultados a que chegámos e que nos propusemos colocar por inteiro ao serviço de um propósito previamente assumido. Que, neste caso, consubstancie a vontade expressa de contribuir para a resolução de uma problemática atempadamente delineada e delimitada ao domínio sociocultural.

Esta abordagem pode contribuir, também, para compreender a forma como o poder local assume a sua responsabilidade nas práticas culturais desenvolvidas no município; como os animadores locais assumem o seu papel como sujeitos de dinâmicas socioculturais; como as Ludotecas, espaços lúdicos municipais, fomentam, ou não, a acção cultural, transversal e intergeracional e, em consequência, se contribuem para o desenvolvimento qualitativo da comunidade local.

1.4 - Propósitos e objectivos do estudo

Definimos, como propósito deste estudo, no sentido de fundamentar o que enunciamos, a investigação sobre **a pertinência da introdução de outros públicos na dinâmica das Ludotecas Municipais do Município de Avis, como contributo para a valorização da função lúdica na formação pessoal e social do ser humano – LUDOTECAS COMO ESPAÇOS LÚDICOS, CULTURAIS; TRANSVERSAIS E INTERGERACIONAIS.**

Dada a grandeza e até a subjectividade desta questão central, decidimos enquadrar a sua análise a partir de questões mais simples e objectivas, tais como: 1) – Conhecer e analisar as Ludotecas do Município de Avis, como interveniente educativa, as suas necessidades e funções, problematizando a ideia do potencial instrumento de acção cultural, transversal e intergeracional. 2) - consultar literatura da especialidade nas áreas de ludotecas, da Animação sociocultural e do desenvolvimento local para um melhor enquadramento teórico do estudo proposto; 3) - identificar, nos discursos sobre a prática, acções e projectos que sustentem o propósito do estudo; 4) Caracterizar o modo como está a ser implementada as dinâmicas e as acções das Ludotecas do Município de Avis, para daí inferir sobre os contributos para fomentar o desenvolvimento qualitativo da comunidade local; 5) Indagar sobre os conteúdos, os métodos e as estratégias mobilizados nas Ludotecas que identifique acções culturais, transversais e intergeracionais;

Ao centrarmos o enfoque desta investigação no problema de analisar as Ludotecas como instrumento de acção cultural, transversal e intergeracional, pretendemos alcançar os seguintes objectivos:

1. Caracterizar as Ludotecas do Município, conhecer a sua missão, normas, objectivos e perceber o seu modo de ser e estar na comunidade;
2. Caracterizar o contexto enquanto estrutura física, social e cultural, do grupo de crianças;
3. Verificar se os espaços correspondem às expectativas das crianças, adultos e comunidade;
4. Analisar as actividades, os âmbitos de intervenção e o impacto que estas têm junto da população, principalmente ao nível cultural, transversal e intergeracional.

Tendo em conta o propósito do estudo, e os objectivos da problemática, emergem algumas variáveis que influenciam a organização do nosso pensamento, como: A relação e interacção das actividades lúdicas com a comunidade; o estágio de desenvolvimento da comunidade ao nível sociocultural; a articulação dos espaços lúdicos com a população e o seu contributo para o desenvolvimento sociocultural da comunidade.

A pertinência do estudo pode interessar aos eleitos locais, ao movimento associativo e cultural do local, às instituições e pessoas envolvidas na dinâmica cultural do Município.

2 - Opções Metodológicas e Procedimentos

Com o intuito de realizar uma recolha de dados que permita concretizar os objectivos deste estudo, optamos por recorrer à análise documental, à elaboração de inquéritos por questionário e entrevista.

Segundo Lima “*Os métodos devem adaptar-se aos objectivos da investigação e podem ser combinados em função das exigências impostas pela concretização daqueles*” (Lima, 1995, p.18)⁷⁶

No nosso trabalho recorreremos a métodos mistos: questionários com perguntas fechadas e abertas (estas em número reduzido) e entrevistas semi estruturadas. Bingham e

⁷⁶ Lima, M. (1995). *Inquérito Sociológico*. Lisboa, 4ª edição, Editorial Presença.

Moore (cit. Griglione e Matalon, 2005, p.64)⁷⁷ definem a entrevista como “ *uma conversa com um objectivo*”, enquanto Rogers (1992,p.560) define-a como “ *um encontro interpessoal que se desenrola num contexto e numa situação social determinados, implicando a presença de um profissional e de um leigo*”.⁷⁸

Inicialmente foi feita a análise sistemática das fichas de inscrição das crianças que frequentam diariamente estes espaços de forma a caracterizar o contexto da investigação. A recolha é rigorosa, seleccionando fontes fidedignas para comprovar a objectividade dos dados.

Construção de um inquérito, destinado aos adultos (familiares directos ou indirectos das crianças que frequentam os espaços), de uma entrevista estruturada, com base em formulário a aplicar ao universo de responsáveis pelas instituições públicas ou privadas, com responsabilidade no desenvolvimento sociocultural do Município.

O inquérito tem questões respeitantes a informações gerais sobre os inquiridos. Pretende obter as suas opiniões sobre a importância das actividades lúdicas, papel da ludoteca no desenvolvimento, horário de funcionamento, criação de novos espaços lúdicos, sugestões de melhoria, e outras propostas.

O guião das entrevistas, direccionadas aos responsáveis pelas instituições públicas ou privadas, procura obter a sua opinião acerca da introdução de outros públicos na dinâmica das Ludotecas Municipais do Município de Avis tal como as acções desenvolvidas ou a desenvolver.

É importante salientar que as informações informais decorrentes do contacto, relativamente regular, estabelecido ao longo do ano com os responsáveis pelos espaços, com as crianças e jovens que os frequentam, as conversas de gentes da comunidade que acompanham, foram igualmente registadas com mais ou menos pormenor, numa espécie de diário de investigação que se manteve desde o início da investigação, de que resultaram notas de campo que possam acrescentar alguns pormenores às informações obtidas de forma mais estruturada.

Os instrumentos a utilizar são expressamente elaborados e validados para esta investigação.

⁷⁷ Ghiglione, R., Matalon; B. (2005). *O Inquérito*. Celta Editora, lda. 4ª Ed Oeiras.

⁷⁸ Rogers, Carl Ramson. *Terapia Centrada no Cliente*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

2.1 - Descrição do Universo de estudo

O universo está repartido pelos autarcas de Avis, director do agrupamento de escolas de Avis, animador sociocultural do Município, directores associativos do Concelho, e actores sociais que exerçam funções institucionais em domínios cruciais para o desenvolvimento de políticas que podem importar ao nosso estudo. A escolha ou selecção dos entrevistados poderá ser intencional partindo do universo dos responsáveis pelas instituições do espaço geográfico envolvente do *campus* onde se irá desenvolver o nosso estudo caso.

Para perceber os princípios, as orientações e estratégias da acção de qualquer organização institucional, recorreremos a análise de documentos como o Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Solidariedade e a Associação Nacional de Municípios, de 28/7/98, regulamento interno, planos de actividades dos últimos anos, a notas de imprensa e outros.

Sendo assim a estrutura organizacional e metodológica do universo do estudo, tendo em conta as principais categorias, é a seguinte:

Quadro VIII - Estrutura organizacional e metodológica do universo do estudo

Categorias	Subcategorias	Opção Metodológica	Método/ instrumento
Princípios orientadores das Ludotecas	Conceitos	Investigação literária	Consulta de literatura especializada
	Regulamentação	Pesquisa documental	Princípios legislativos e regulamento interno
Função Sociocultural das Ludotecas	Constituição das Ludotecas Municipais do Município de Avis	Análise Documental Entrevista ao vereador da Divisão Sócio Cultural do Município de Avis	Projecto de implementação; Protocolo de Cooperação ⁱ ; Discurso do entrevistado.
	Composição social de cada um dos espaços	Análise Documental	Fichas de inscrição do ano 2009/ 2010
Identificação de acções e projectos	Culturais	Análise documental; Entrevista à directora do agrupamento EB1 de Avis. Entrevistas aos dirigentes de	Planos de actividades, dos últimos anos, das Ludotecas Municipais ⁷⁹ ; Discursos dos
	Transversais		

⁷⁹ Planos da componente de Apoio à família e das Actividades de Enriquecimento Curricular, em articulação com o Projecto Educativo da Escola EB1 De Avis.

	Intergeracionais	algumas associações socioculturais do Município;	entrevistados; Notas de imprensa.
Estratégia de desenvolvimento – Animação Sociocultural	Características e dinâmicas de ações das Ludotecas Municipais	Entrevistas: Chefe de divisão e animador sócio cultural do Município	Discursos dos entrevistados
Impacto junto da população - Grau de satisfação dos utentes	Âmbito Lúdico	Inquérito por questionário	Inquérito: familiares directos ou indirectos das crianças que frequentam os espaços;
	Âmbito Educativo		
	Âmbito organizativo		
Cenário de intervenção	Projecto inovador com uma concepção de Educação, que assuma as potencialidades nos recursos socioculturais do seu território.		

2.2 - Escolha da População a Inquirir e a Amostra

Para realizar o presente estudo é importante recorrer a uma *população* determinada, “*formada por unidades que compõem o campo de análise abrangido pelo inquérito*” para se extrair “*um subconjunto representativo*”, a *amostra*, constituído por elementos seleccionados de acordo com certos critérios de representatividade (Lima, 1995, p.13)⁸⁰. Continuando este assunto, Lima acrescenta: “*Os inquiridores recolhem dados, apurados através do interrogatório da amostra, que serão contabilizados e tratados em ordem à formulação de conclusões sobre a amostra. Se estas operações se tiverem desenvolvido segundo cânones metodológicos e técnicas rigorosas, é legítima a generalização ao conjunto da população das conclusões que foram obtidas mediante a análise da amostra.*”

A selecção da amostra da população, sobre o qual vai incidir o trabalho de campo, é construída de uma forma intencional, com respeito por um conjunto de variáveis – género, contextos socioeconómicos, geográfico e geracional – que nos permita obter resultados de um modo transversal.

A aplicação dos instrumentos de recolha de dados, que explicitamos, irá incidir sobre conjuntos de indivíduos que abarquem os quatro patamares, agrupados por classe social, meio onde vivem (freguesia), nível de instrução da família e género. Para a sua realização será necessário dirigi-lo a um conjunto de inqueridos:

Pais ou Encarregados de Educação das crianças e jovens que frequentam as Ludotecas;

⁸⁰ Lima, M. *Ob. cit.*(1995)

Pelouro Da divisão Sociocultural do Município de Avis (Vereador e Chefe de divisão);

Director das Escolas do Agrupamento de Avis;

Directores associativos de associações de âmbito sociocultural do Concelho;

Animador Sociocultural do Município e actores sociais que exerçam funções institucionais em domínios cruciais para o desenvolvimento de políticas que podem importar ao nosso estudo;

3 - Descrição das opções para a recolha de dados

3.1 - Instrumentos (Indicadores de medida)

Pesquisa documental e de campo com observação directa, conversas informais, registo de informações, aplicação dos questionários e elaboração do guião das várias entrevistas a realizar.

a) – Fichas para a caracterização do contexto;

b) – Fichas de identificação das crianças e jovens que frequentam os espaços lúdicos;

c) – Mapas de assiduidade das crianças;

d) – Plano geral de actividades das Ludotecas Municipais dos últimos anos;

e) - Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Solidariedade e a Associação Nacional de Municípios, de 28/7/98;

f) – Proposta de Regulamento das Ludotecas do Município de Avis

g) – Notas de imprensa.

3.2 - Entrevistas e questionários

Pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi-estruturadas. A definição de critérios segundo os quais são seleccionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere directamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que é a base de grande parte do trabalho. O material

obtido através das entrevistas permite uma análise das relações estabelecidas no meio e a compreensão de “ *significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, ideias e sentimentos* “(Dauster, 1999, p. 2).⁸¹

Para Dauster, esse tipo de trabalho de campo tem como objectivo “*compreender as redes de significado a partir do ponto de vista do ‘outro’, operando com a lógica e não apenas com a sistematização de suas categorias*” (p.2)⁸² e não deve ser interrompido enquanto essa lógica não puder ser, minimamente, compreendida.

Para o presente estudo serão realizadas seis entrevistas, semi-estruturadas, tendo em conta os seguintes sujeitos e categorização:

Quadro IX - Categorias do guião de entrevistas

	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
Para Todas as entrevistas	Vereador da Divisão Sociocultural do Município de Avis	Chefe de Divisão	Animador Sociocultural do Município de Avis	Directora do Agrupamento EB1 de Avis.	Dois dirigentes de associações socioculturais do Município
<i>Legitimação da entrevista e incentivo dos entrevistados.</i> <i>Identificação do entrevistado</i>	<i>Implementação das Ludotecas</i> <i>Princípios Orientadores das Ludotecas</i> <i>Normas e regulamentação</i> <i>Formação dos profissionais</i>	<i>Planificação e organização</i> <i>Actividades e projectos</i> <i>Parcerias</i>	<i>Articulação das Ludotecas com o projecto de animação sociocultural do Município</i> <i>Actividades intergeracionais do Município</i>	<i>Opinião sobre o projecto das Ludotecas no Município</i> <i>Articulação das Ludotecas com o projecto Educativo da Escola</i> <i>Educação Intergeracional</i>	<i>Ludotecas como recurso à animação comunitária</i> <i>Actividades e projectos</i> <i>Parcerias</i>

O inquérito por questionário é uma técnica de recolha de informação que nos permite atingir uma vasta população num curto espaço de tempo. Para Ghiglione e Matalon (2005, p.2) “*realizar um inquérito é interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista uma generalização*”⁸³, em que investigador “*...intervém colocando questões, mas sem intenção explícita de modificar a situação na qual actua*

⁸¹ Dauster, T. A Fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores. Revista Educação/PUC-Rio, n. 49, p. 1-18, nov. 1999.

⁸² Idem, *ibid.* P.2

⁸³ Ghiglione, R., Matalon; B. (2005). O Inquérito. Celta Editora, lda. 4ª Ed Oeiras

enquanto inquiridor” (2005, p.8)⁸⁴. Estes autores acrescentam: “Um inquérito consiste (...) em suscitar um conjunto de discursos individuais, em interpretá-los e generalizá-los. Os problemas teóricos e metodológicos levantados pela sua prática e pela sua utilização estão relacionados com estas características e só podem ser analisados relativamente a elas” (2005, p.2).⁸⁵

O questionário dirigido aos Pais ou Encarregados de Educação deve ser constituído por um conjunto de perguntas fechadas e uma pergunta aberta relacionada com as sugestões de melhoria. Em termos esquemáticos, o questionário foi estruturado por categorias da seguinte forma:

- 1 - *Dados pessoais do inquirido e do utente;*
- 2 - *Dados referentes à frequência do educando (criança ou jovem);*
- 3 - *Referência aos recursos;*
- 4 - *Quantidade e qualidade das actividades lúdicas;*
- 5 - *Dados referentes ao grau de satisfação da oferta do serviço*

2ª Parte

Informação recolhida: Tratamento, Ordenação e Apresentação

Problema de investigação é sinónimo de propósito ou objecto de estudo.
Cardona Moltó (2002, p. 68)⁸⁶

Neste capítulo efectuámos uma contextualização empírica do objecto em estudo, em relação à temática proposta. Daqui para frente trata-se de produzir “resultados” e explicações cujo grau de abrangência e generalização, depende do tipo de ponte que se possa construir entre o micro universo investigado e universos sociais mais amplos.

1 – Análise da informação recolhida

1.1 – Análise documental

⁸⁴ Idem, ibid. P. 8

⁸⁵ Idem, ibid. P. 2

⁸⁶ Cardona Moltó, Maria cristina (2002) *Introducción à los métodos de investigación en educación*. Madrid Editorial EOS.

Os documentos que sistematizam as linhas de orientação, os conceitos, actividades, normas, regulamentação dos espaços lúdicos e dos contextos que a temática de investigação nos envolve, consideramos:

a) Publicação no Diário da República, 2.ª série, N.º 8, 12 de Janeiro de 2011 com as Competências da Unidade de Educação e Infância do Município de Avis, conforme despacho n.º 1069/2011 (Anexo A);

b) Fichas de identificação das crianças e jovens que frequentam os espaços lúdicos (Anexo B);

c) Mapas de assiduidade das crianças (Anexo C);

d) Plano geral de actividades das Ludotecas Municipais dos últimos dois anos (Anexo D);

e) Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Solidariedade e da Associação Nacional de Municípios, de 28/7/98 (Anexo E);

f) Proposta de Regulamento das Ludotecas do Município de Avis (Anexo F);

Segundo a opinião do vereador da educação e da equipa de trabalho que envolve as Ludotecas E1.3 - *“é urgente a aprovação em assembleia municipal do documento que sistematiza as linhas orientadoras, que defina os conceitos, critérios, normas e regulamentação dos espaços, dos materiais, das competências dos técnicos e a avaliação de boas práticas”*⁸⁷

g) Notas de imprensa (Anexo J);

Os princípios que orientam a constituição e organização das ludotecas estão directamente relacionados com as competências da Unidade de Educação e Infância do Município de Avis, conforme despacho n.º 1069/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 8, 12 de Janeiro de 2011, uma vez que dela dependem hierarquicamente.

A equipa de trabalho, afecta aos espaços lúdicos, e prevista no actual mapa de pessoal do município, é constituída por profissionais com formação específica na área da educação, animação e desporto, com competências pessoais e relacionais de modo a assegurar a participação, a interacção e a dinâmica do grupo.

São os profissionais de cada espaço que questionam, ouvem opiniões de pessoas da comunidade e apresentam propostas de intervenção que, depois de analisadas pela

⁸⁷ Resposta à Pergunta n.º 3 da entrevista ao Vereador da Cultura e Educação da Câmara Municipal de Avis.

equipa, se articulam com outros espaços lúdicos e com outros serviços, fazendo a intervenção juntamente das crianças, familiares, idosos e comunidade em geral nas freguesias, estabelecendo consensos baseados no respeito mútuo entre as pessoas e as instituições existentes.

Segundo os planos de actividades dos últimos anos verificamos que realizam sistematicamente actividades com crianças, famílias e comunidades, nas freguesias mais isoladas do concelho, em modalidades de animação infantil e comunitária.

A organização e gestão do plano é feito após o levantamento de recursos existente, dos interesses e necessidades sentidas pelos elementos da equipa, para que o coordenador, juntamente com o dirigente da Unidade Orgânica de Educação e Infância da Câmara Municipal de Avis, faça a compilação das propostas apresentadas e organize o plano anual de actividades, em articulação com o projecto educativo de agrupamento das escolas de Avis.

A avaliação do trabalho das Ludotecas de 2010, realizou-se no âmbito do trabalho de investigação, com a aplicação de inquéritos, para conhecer o grau de satisfação dos pais/ encarregados de educação das crianças que frequentam os espaços, com questionários após a realização do evento e com a análise dos conteúdos das entrevistas de alguns responsáveis locais.

1. 2 – Análise de conteúdos das entrevistas

As entrevistas visam mais “a apreensão de lógicas e processos sociais do que a inferência e a generalização estatística” (Gonçalves, 1998: 45).⁸⁸

Suportadas no conteúdo do guião que construímos para esta vertente do nosso estudo empírico (Anexo G), realizámos um conjunto de entrevistas, através das quais intentamos apreender as perspectivas em torno da problemática em equação de alguns responsáveis locais que lidam directamente com crianças e familiares ou, ainda porque desempenham cargos institucionais de relevante importância para o delinear de políticas no terreno, visando uma saída concreta para tudo o que se encontra em aberto e, conseqüentemente, por resolver no que concerne à matéria em apreço.

⁸⁸ Gonçalves, Albertino (1998) *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

As entrevistas visam mais “a apreensão de lógicas e processos sociais do que a inferência e a generalização estatística” (Gonçalves, 1998: 45).⁸⁹ É neste sentido que perspectivamos a sua realização e com tal pressuposto que procuraremos fazer a sua análise.

Pela sua abrangência no domínio da intervenção social junto da comunidade local, seleccionamos para as entrevistas um conjunto de seis pessoas assim distribuídas: Vereador do Pelouro da Educação do Município de Avis, Chefe da Divisão Sociocultural do Município de Avis, um Animador Sociocultural, a Directora do Agrupamento EB1 de Avis e dois dirigentes de Associações Socioculturais do Concelho.

Todos os entrevistados foram convidados a reflectir no contexto da temática que nos envolve, a manifestar a sua opinião sobre a criação das Ludotecas Municipais, as actividades desenvolvidas, os âmbitos de intervenção e o impacto que estas têm junto da população, principalmente ao nível cultural, transversal e intergeracional.

As grelhas que apresentamos mais à frente foram elaboradas com base na transcrição, leitura e análise das entrevistas realizadas. A partir da grelha definimos as categorias e subcategorias de análise para se poderem encontrar as unidades de registo (palavras e frases referidas pelos entrevistados). Como afirma Bardin (1997)⁹⁰, o facto de classificarmos elementos em categorias, implica que existe uma ligação em cada um dos pontos pré-estabelecidos no guião. Estas levam a que se encontre frequência de respostas, fazendo emergir conclusões válidas.

Só assim conseguimos indagar sobre o trabalho de uma equipa de animadores na área da infância, nomeadamente as suas teorias-práticas sobre a organização de um plano de actividades lúdicas, sobre a facilidade ou dificuldade de integração e articulação de trabalhos de equipa, sobre o modo de participação na construção, gestão e avaliação do plano de actividades e sobre a sua imagem enquanto profissionais no âmbito da educação.

A fase seguinte centrou-se no tratamento da informação, procurando identificar as unidades de registo que consideramos mais pertinentes e esclarecedoras, relativas a

⁸⁹ Idem, *ibid.*

⁹⁰ Bardin, L.(1997) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

cada questão que foi colocada. Nas grelhas abaixo apresentadas, identificamos os entrevistados do seguinte modo:

Vereador da Educação e da Divisão Sócio Cultural do Município de Avis – E1;

Chefe da Divisão Sociocultural Do Município De Avis – E2;

Animador Sociocultural do Município de Avis – E3;

Directora do Agrupamento EB1 de Avis – E4;

Dirigente de Associação Amigos de Avis – E5;

Dirigente de Associação de Reformados e Idosos de Benavila – E6.

Quadro X - Categorização das unidades de registo relativas aos princípios orientadores das ludotecas

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo
Princípios orientadores das Ludotecas	Constituição das Ludotecas	E1.1 – “abriu as portas no dia 2 de Janeiro de 2000, (...) espaço aberto, pensado para as crianças, com a missão de promover o bem-estar, o desenvolvimento pessoal e social (...) E3.1 – “As ludotecas municipais dependem, hierarquicamente, da Unidade de Educação e Infância do Município de Avis, conforme despacho n.º 1069/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 8, 12 de Janeiro de 2011.”

	<p>Identificação dos objectivos</p>	<p>E1.1 – “um projecto abrangente, no âmbito da educação, de ocupação de tempos livres e do desporto.”</p> <p>E1.2 – (...) “coordenar política e medidas de âmbito social e educativo (...) fazer parceria com as escolas, colectividades do Concelho, associações (...) fazer das nossas crianças e jovens cidadãos do Mundo”</p> <p>E1.4 – (...) “promover a prossecução dos direitos universais das crianças, a igualdade de oportunidades de acesso aos brinquedos, jogos e actividades lúdicas e ao direito de brincar conforme art. 31º da Declaração dos Direitos da Criança.”</p> <p>E2.1 – (...)“dinamização da comunidade local (...) Desenvolver e coordenar políticas e medidas de âmbito social e educativo (...) espaço de partilha de conhecimentos (...) apoio às famílias”</p> <p>E3.3- (...)” são um serviço de base do Município de Avis, que interage com os munícipes da faixa etária infanto-juvenil, incluindo os seus familiares.”</p> <p>E4.4 – (...) “perfil de informar, formar, aconselhar, animar, participar, publicar, divulgar, reavivando costumes e tradições locais.”</p> <p>E5.1- “... o jogar e o brincar (...) importantes para o desenvolvimento pessoal das crianças”.</p> <p>E5. 5- (...)“ funcionarem como espaços abertos a toda a comunidade juvenil e em horário complementar ao da escola, tem um impacto muito positivo na população do concelho.”</p> <p>E6.1 – “ Prolongamento do tempo de guarda e ensinamentos ministrados às crianças”</p>
<p>Função Sociocultural das Ludotecas</p>	<p>Identificação de acções</p>	<p>E1.1- “As actividades são inspiradas nas tradições e costumes da localidade, no âmbito recreativo e cultural”.</p> <p>E3.1- “As ludotecas municipais (...) realizam algumas actividades de cariz sociocultural, tais como: Cantar as Janeiras; Desfile de Carnaval; Dramatização de textos; Ludo-acampamento; Marchas Populares; Festa de Natal.</p> <p>E5.1- “(...)actividades relacionadas com aspectos comemorativos e simbólicos (Marchas Populares, dia Mundial do Teatro, etc.), pelo que me apraz conhecer, entre outras actividades desenvolvidas pelas ludotecas do município de Avis, predominam o jogar e o brincar.”</p> <p>E5.5 -“As marchas populares e as peças de teatro são as actividades de maior visibilidade desenvolvidas pelas ludotecas.”</p>

	Impacto das acções/ Actividades	<p>E5. 2- “A forte relação das crianças com estes espaços lúdicos do município indicia que as ludotecas têm correspondido não só às expectativas destas, como também dos seus familiares mais próximos, pais e avós.”</p> <p>E5.2- “ (...) pais e avós aceitam as suas actividades lúdicas, confiando as crianças aos cuidados dos profissionais destes espaços lúdicos.”</p> <p>E5.5-“ (...) a boa imagem e o reconhecimento do trabalho realizado nas ludotecas resulta mais do somatório das actividades que desenvolvem regularmente e menos de uma ou outra actividade em particular.”</p>
	Estratégias	<p>E1.4- (...)” Espaços como abertos, de livre acesso e gratuitos, a todas as crianças do concelho dos 3 aos 14 anos de idade.”</p> <p>E1.5 – (...)”têm um plano anual de actividades, previamente definido, com actividades agrupadas em áreas específicas”</p> <p>E2.2- “existe a preocupação de ser efectuada a avaliação das actividades (...) são aplicados inquéritos de satisfação aos pais/educadores de crianças que frequentam as Ludotecas Municipais.”</p> <p>E3.3- “Deste contacto directo deverá ser feita uma análise da realidade, constatando essencialmente o que são as maiores necessidades e anseios dos munícipes.”</p> <p>E3.3 –“ As ludotecas municipais são um canal de comunicação unilateral, dado que funcionam no sentido “munícipes – eleitos”.</p>

Através da análise das entrevistas realizadas verificámos que os princípios que orientam as Ludotecas estão directamente relacionados com as competências da Unidade de Educação e Infância do Município de Avis, quando se afirma E3.3- “As ludotecas municipais são um serviço de base do Município de Avis, que interage com os munícipes da faixa etária infanto-juvenil, incluindo os seus familiares.” E2.1 – “Ter um papel de dinamização da comunidade local (...) Desenvolver e coordenar políticas e medidas de âmbito social e educativo de forma a promover o desenvolvimento do Município”

Em Avis, tal como Natália Pais referiu, “perante a comunidade e o público em geral as ludotecas têm sido reconhecidas como uma ajuda valiosa tanto no que respeita à educação, à socialização e à sensibilização de pais e professores quanto à importância do jogo no desenvolvimento global e/ou específico de crianças e jovens.”⁹¹

⁹¹ Pais, Natália, ob, cit, 2008 p.8-9.

Uma vez que “A forte relação das crianças com estes espaços lúdicos do município indicia que as ludotecas têm correspondido não só às expectativas destas, como também dos seus familiares mais próximos, pais e avós.” E5. 2

Para além disto, tem uma função sociocultural, nas acções que promovem ao longo do ano e no impacto positivo que têm na faixa etária a que se destina, como nas famílias e comunidade, quando se afirma que E5.5-“... a boa imagem e o reconhecimento do trabalho realizado nas ludotecas resulta mais do somatório das actividades que desenvolvem regularmente e menos de uma ou outra actividade em particular.”

Quadro XI - Categorização das unidades de registo relativas espaços lúdicos como estratégia ao desenvolvimento do território

Categoria	Subcategoria	Unidades de Registo
Espaços lúdicos como estratégia ao desenvolvimento do território	Características e dinâmicas de acções das Ludotecas Municipais	<p>E1.5- (...) “com um raio de intervenção significativo. (...) Áreas, que são do âmbito sociocultural. A protecção do meio ambiente, a promoção da qualidade de vida, animação infantil, expressões artísticas, apresentação e realização de contos infantis, peças de teatro; A promoção dos costumes e tradições locais e regionais com a realização do Magusto, das Janeiras, dos Desfiles de Carnaval e das Marchas Populares pelas freguesias; Solidariedade e justiça social com a promoção de Festas de Natal.”</p> <p>E3. 2- (...) “As actividades realizadas (...) que têm maior impacto são o Desfile de Carnaval e as Marchas Populares. (...) Cantar as Janeiras, Desfile de Carnaval, Dramatização de textos, Ludo-acampamento, Marchas Populares e Festa de Natal.”</p>
	Interesses Lúdicos e Educativos	<p>E1.5 – (...) “articulação com as escolas, através do programa da componente de apoio à família do Pré – escolar e as actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo.”</p> <p>E3. 2 – “As actividades (...) são importantes no processo de desenvolvimento psicossocial das crianças.”</p> <p>E4.3 – (...)” as actividades que constam no plano anual das Ludotecas e na Agenda Pedagógica do Município pertinentes(...) perfeito enquadramento nas áreas de intervenção do Projecto Educativo.</p> <p>E5.1- “ através do jogo se desenvolvem relações, se auto-constroem capacidades e se aumenta os níveis de sociabilidade.”</p> <p>E6.2 – “Dá mais tranquilidade aos pais (...) filhos porque adquirem um maior desenvolvimento (...) conhecimento.</p>

	Parcerias	<p>E1.5 – (...) existe trabalho por fazer, ao nível da articulação com as associações locais, de modo a abranger a comunidade nos seus diversos contextos.”</p> <p>E2.3 – “As Ludotecas têm vindo a fazer um caminho de, cada vez mais, envolverem as comunidades (...) também o envolvimento de instituições locais (Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centros de Dia de Apoio a Idosos, Grupos de Teatro, Associações Locais).</p> <p>(...) Conseguem apoios de entidades privadas para a realização das actividades (...), indicador de reconhecimento do papel das Ludotecas Municipais no seio da comunidade.</p> <p>(...) O envolvimento da Escola como parceiro em múltiplas actividades desenvolvidas e na própria definição do Programa Pedagógico”</p> <p>E4. 3- “O trabalho de articulação melhorou nos últimos anos (...) existe algum trabalho a fazer por parte da escola (...) No projecto educativo, as ludotecas estão mencionadas como sendo um dos seus pontos fortes”</p> <p>E5.3- (...)” estabelecessem parcerias ou acordos de colaboração (formais ou informais) entre as ludotecas e as referidas instituições(...) forma de aprofundar a intergeracionalidade e aproximar as comunidades locais.”</p>
	Integração de outros públicos nas Ludotecas	<p>E5. 4- “...penso que as crianças devem ser motivadas a explorarem o meio cultural onde a sua ludoteca está inserida, (...) importância da conservação de valores culturais de âmbito local, nomeadamente, tradições orais: poesia, contos, lendas, adivinhas; música; arte popular, etc.”</p> <p>E4.2- (...) “seria importante, as ludotecas desenvolverem actividades no âmbito da cultura popular, como por exemplo, criar espaço e tempo, para o diálogo entre gerações”</p> <p>E.4.4- (...) “acolher, no mesmo espaço e tempo, outros públicos, proporcionando (---) relações sociais de aprendizagem, baseadas nas experiências e na convivência intergeracional.”</p>

Considerando a opinião do Sr. José Pires Vieira, membro dos órgãos da associação de solidariedade de reformados pensionistas e idosos do Concelho de Avis, com responsabilidade no Centro de Convívio da 3ª idade de Benavila, quando nos diz que “*Não tenho conhecimentos que me permitam opinar, quais são as actividades culturais que mais interessam às crianças*” E6.3. Tal como refere Podemos concluir que as ludotecas deveriam ter uma maior e melhor abrangência ao nível social, de modo a *favorecer as relações entre uns e outros, e em locais de valorização pessoal e do grupo,*

através de diversíssimas experiências de expressão, criação e socialização. (Amado e Santos, 1992⁹²; Solé, 1991)⁹³

Conseguimos apurar que todos os outros entrevistados sublinham a importância da contribuição das Ludotecas para o desenvolvimento do território local. As inter – relações e as parcerias são vistas como essenciais para o sucesso quer das ludotecas quer das actividades de animação no território, quando se afirma E2.3- *“As Ludotecas têm vindo a fazer um caminho de, cada vez mais, envolverem as comunidades (...) também o envolvimento de instituições locais (Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centros de Dia de Apoio a Idosos, Grupos de Teatro, Associações Locais). (...) Conseguem apoios de entidades privadas para a realização das actividades (...), indicador de reconhecimento do papel das Ludotecas Municipais no seio da comunidade. (...)*

Apesar dos princípios que orientam as Ludotecas serem essencialmente voltados para uma intervenção na área da educação e infância, verificamos que os entrevistados consideram possível a integração de outros públicos, quando afirmam E4. *“Seria bom, criar espaços de diálogo privilegiados, não só para conversar, sentir proximidade e calor humano, mas também reflectir, pensar em conjunto e fazer confluir opiniões.”*

1.3 - Análise dos questionários

Perante a necessidade de explorar um terreno sobre o qual, na sustentação do nosso objecto de estudo, não abundam ainda grandes dados, designadamente no que respeita às actividades lúdicas, à brincadeira, ao acesso e frequência de instituições que promovam a ocupação dos tempos livres, optamos por recorrer ao inquérito por questionário junto dos encarregados de educação do universo de crianças anteriormente referido, conscientes de que, assim, conseguiríamos obter o número suficiente e significativo de dados capazes de corresponder às nossas expectativas.

Convém salientar alguns aspectos importantes para perceber como a 2ª parte da investigação foi estruturada e organizada. Assim, no que respeita aos gráficos que apresentamos, a tabela e dos dados recolhidos que foram tratados em folhas de cálculo Excel;

⁹² Amado, J., *ob. cit.*, 1992.

⁹³ Solé. *ob.ci.*, 1992.

Este instrumento (Anexo H - Inquérito por questionário) que nos permitirá, como referem Quivy e Campenhoudt (1998: 189)⁹⁴, quantificar uma multiplicidade de dados e proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação, foi concebido a partir de um questionário tradicional, formulando-o, todavia, numa linguagem acessível ao público a quem é dirigido.

Para a implementação e execução desta parte do estudo empírico houve necessidade de endereçamos um pedido formal, com a descrição sumária dos objectivos da investigação ao Presidente da Câmara Municipal de Avis.

A informação recolhida junto dos encarregados de educação das crianças que frequentam as Ludotecas Municipais baseiam-se, como já o referimos, na resposta a um questionário. O objectivo da aplicação deste instrumento, é conhecer a constituição e composição sócio-profissional do público-alvo, tal como medir o grau de satisfação dos inquiridos no que diz respeito à intervenção educativa, necessidades e funções dos espaços lúdicos. O conjunto dos resultados a que chegámos, após o estudo estatístico dos inquéritos, será apresentado de uma forma descritiva e sistemática, recorrendo à expressão gráfica dos dados.

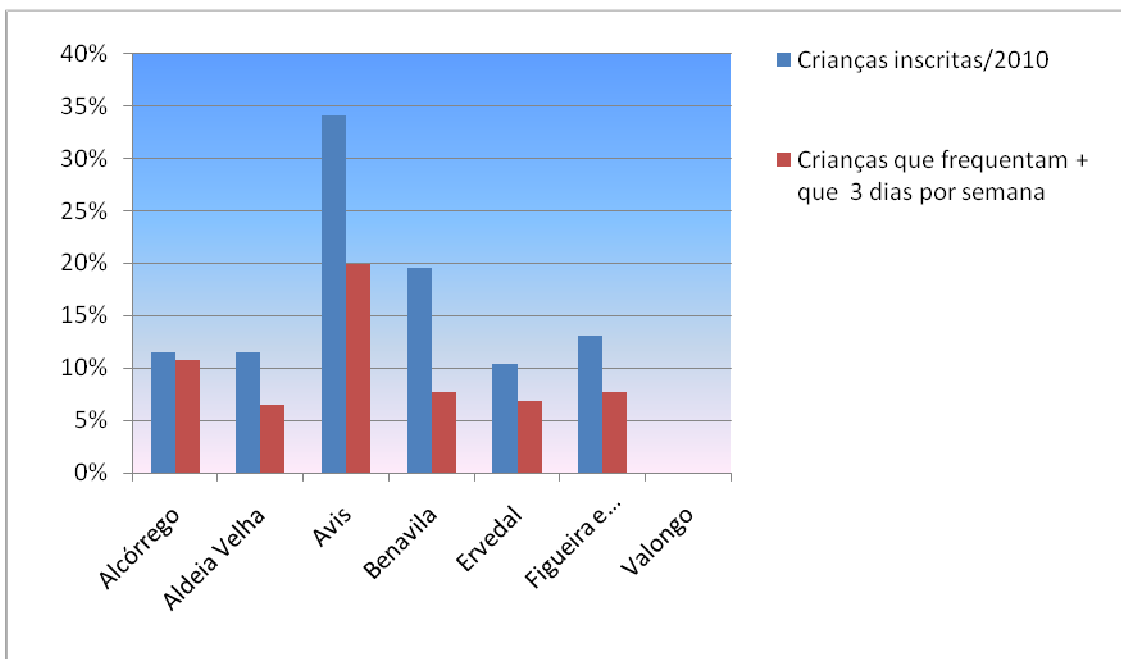
Segundo informação retirada das fichas de inscrição e dos mapas de assiduidade das Ludotecas no final do ano 2010, existiam 261 inscrição e uma frequência diária de 180 crianças.

A selecção da amostra da população a inquirir, incidiu sobre os pais ou encarregados de educação das crianças que tem uma frequência igual ou superior a três dias por semana, respeitando, desde modo, um conjunto de varáveis como o género, contextos socioeconómicos, geográfico e geracional.

Sendo assim, para obter resultados de um modo transversal, distribuímos um total de 155 inquéritos pelas seis freguesias do concelho de Avis. Como podemos verificar no gráfico, em Avis foram distribuídos aproximadamente 35% do total da amostra, uma vez que é a freguesia que tem maior número de crianças a frequentar o espaço. De salientar que o número de frequência está directamente relacionado com o número de crianças que residem em cada uma das freguesias.

⁹⁴ Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van; *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª Edição, Lisboa, Gradiva, Janeiro de 1998

Gráfico n.º 3 - Total de inscrições



Fonte: Fichas/ Mapas

Gráfico n.º4 - Total de Inquéritos

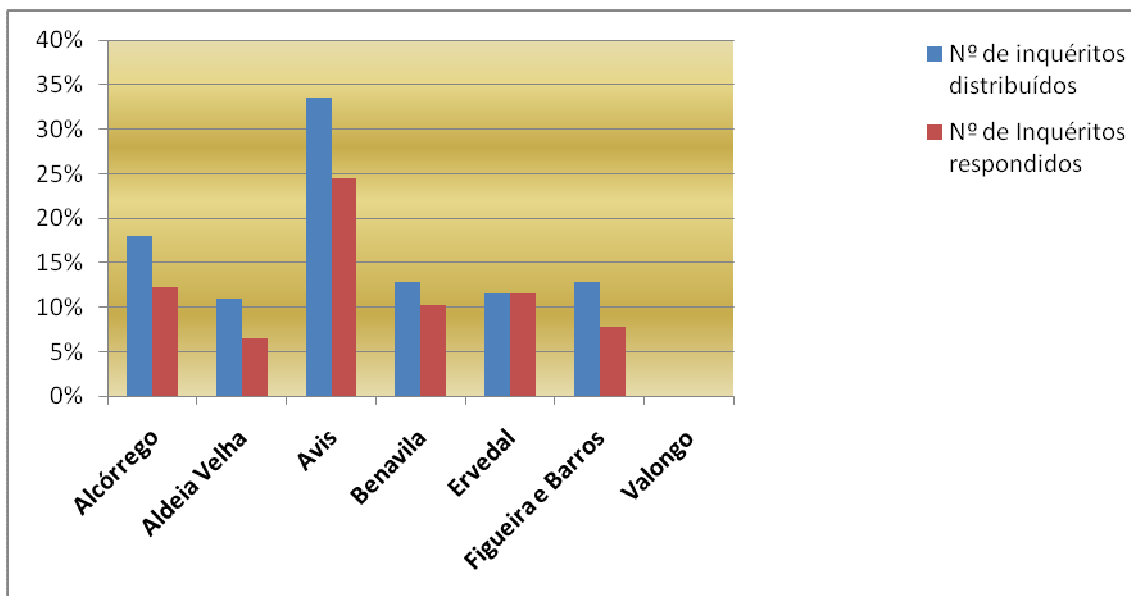
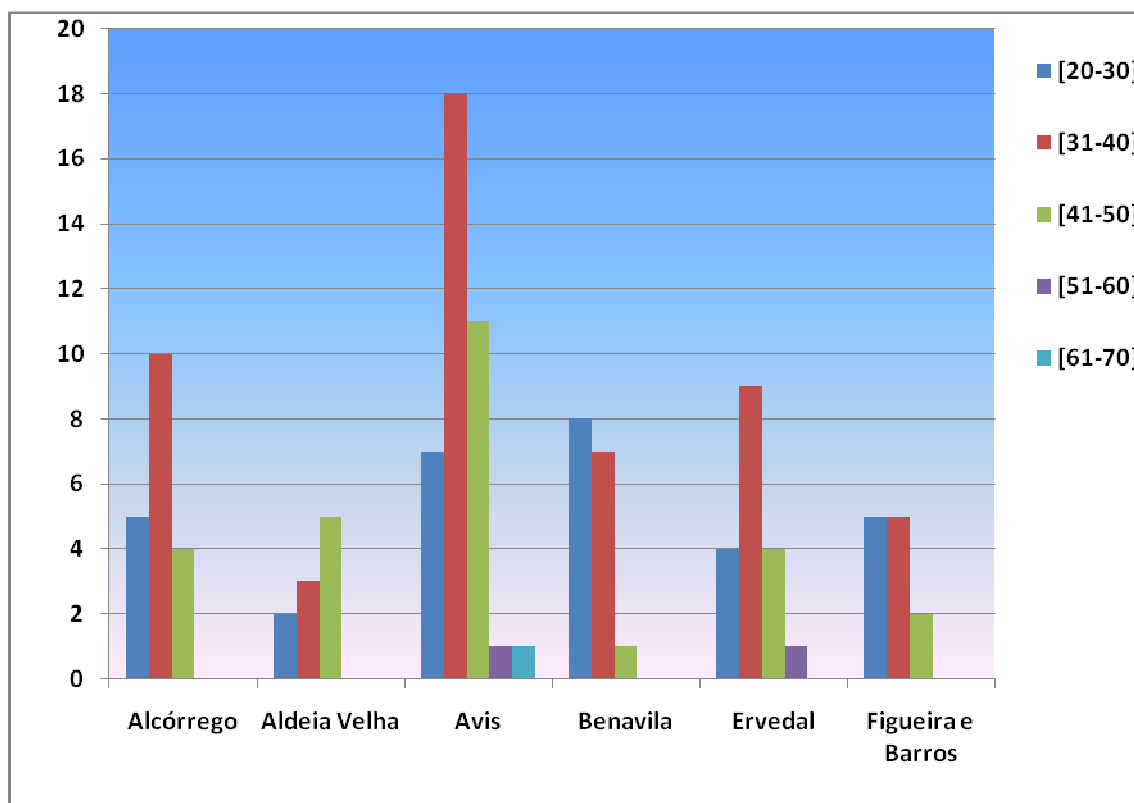


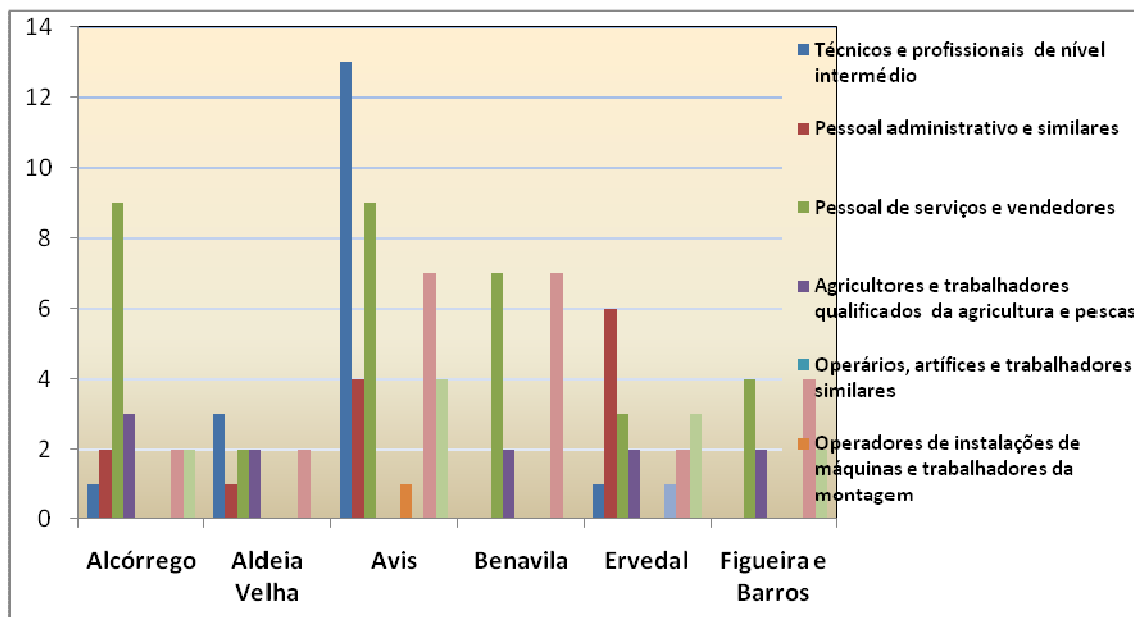
Gráfico n.º5 - Distribuição da amostra por idades



Fonte: questionário

O universo dos encarregados de educação a quem passamos o inquérito tem idades compreendidas entre os 20 e os 70 anos, centralizando-se o seu núcleo mais numeroso na idade dos 31 a 40 anos.

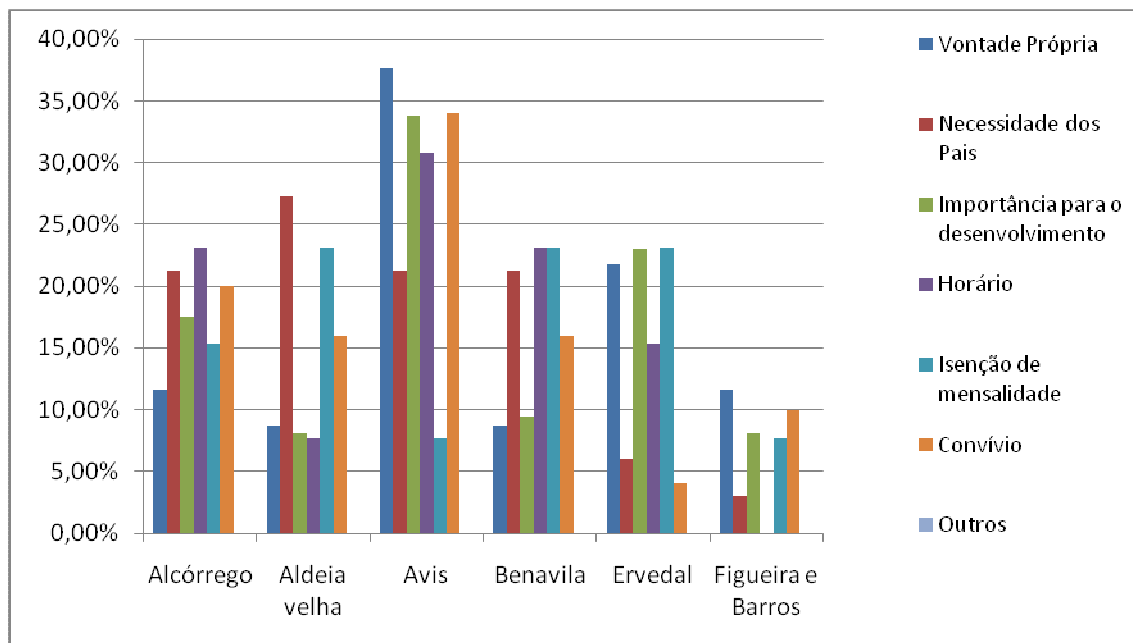
Gráfico n.º 6 - Profissão do Encarregado de Educação



Fonte: questionário

Uma leitura do gráfico permite-nos conhecer o universo das profissões onde os pais promovem a angariação dos meios de subsistência familiar. A esmagadora maioria são trabalhadores por conta de outrem, com uma presença acentuada em Avis, como técnicos e profissionais de nível intermédio. No geral verificamos a presença de grupos de trabalhadores não qualificados, desempregados e domésticos. Será oportuno lembrar que os inquiridos são os encarregados de educação, sendo a maioria do sexo feminino.

Gráfico n.º 7 - Motivos de frequência



Como resposta aos motivos que levam o educando a frequentar a ludoteca, podemos observar no gráfico nº7 que nas freguesias de Alcórrego, Aldeia Velha e Benavila, muitos dos inquiridos responderam que é devido à necessidade dos pais. Por sua vez em Avis, Figueira e Barros e Ervedal, verificamos um grande número de crianças a frequentar o espaço por vontade própria, considerando a importância para o seu desenvolvimento, o horário de funcionamento e a necessidade de convívio.

Gráfico n.º 8 - Tempo de frequência

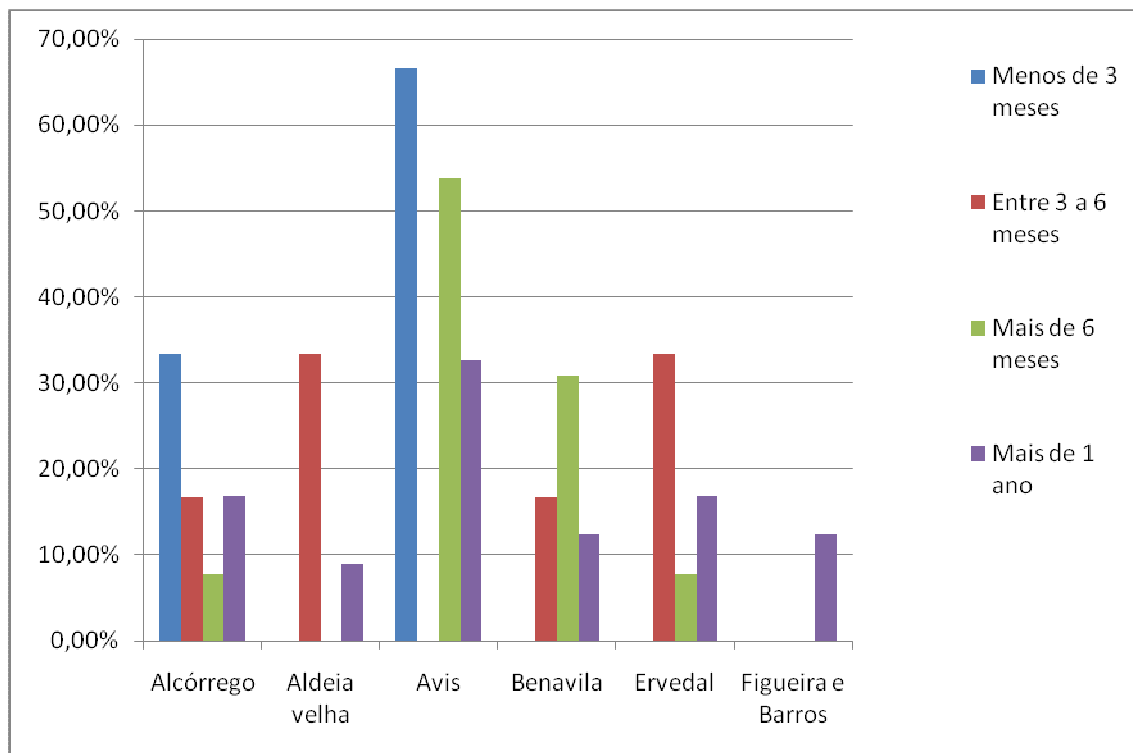
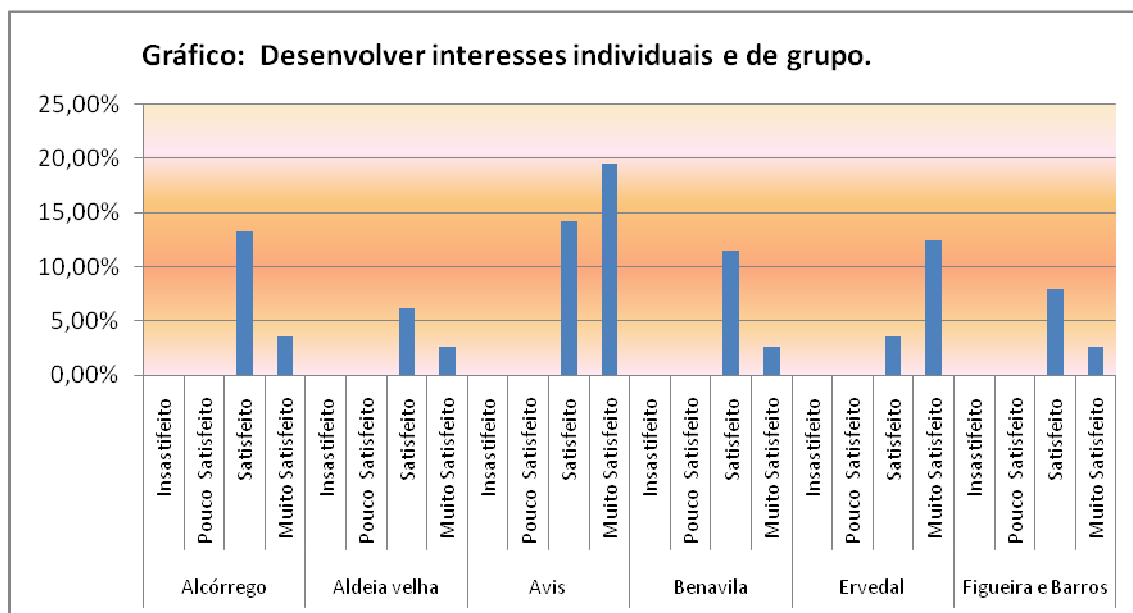


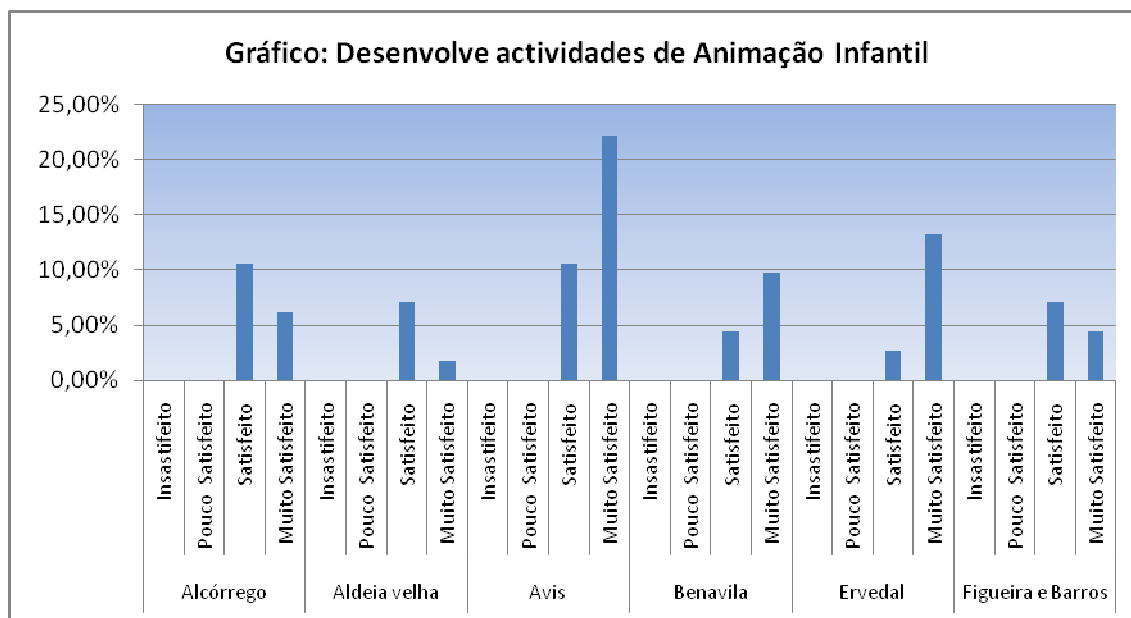
Gráfico n.º 9 – Desenvolver interesses individuais e de grupo



Segundo o gráfico n.º9, verificamos que a opinião dos inquiridos, em Avis e Ervedal, é muito satisfatória relativamente aos recursos que as ludotecas dispõem para

que as crianças escolham e desenvolvam os seus interesses, os do grupo. Nas restantes freguesias verificamos que a opinião é genericamente satisfatória.

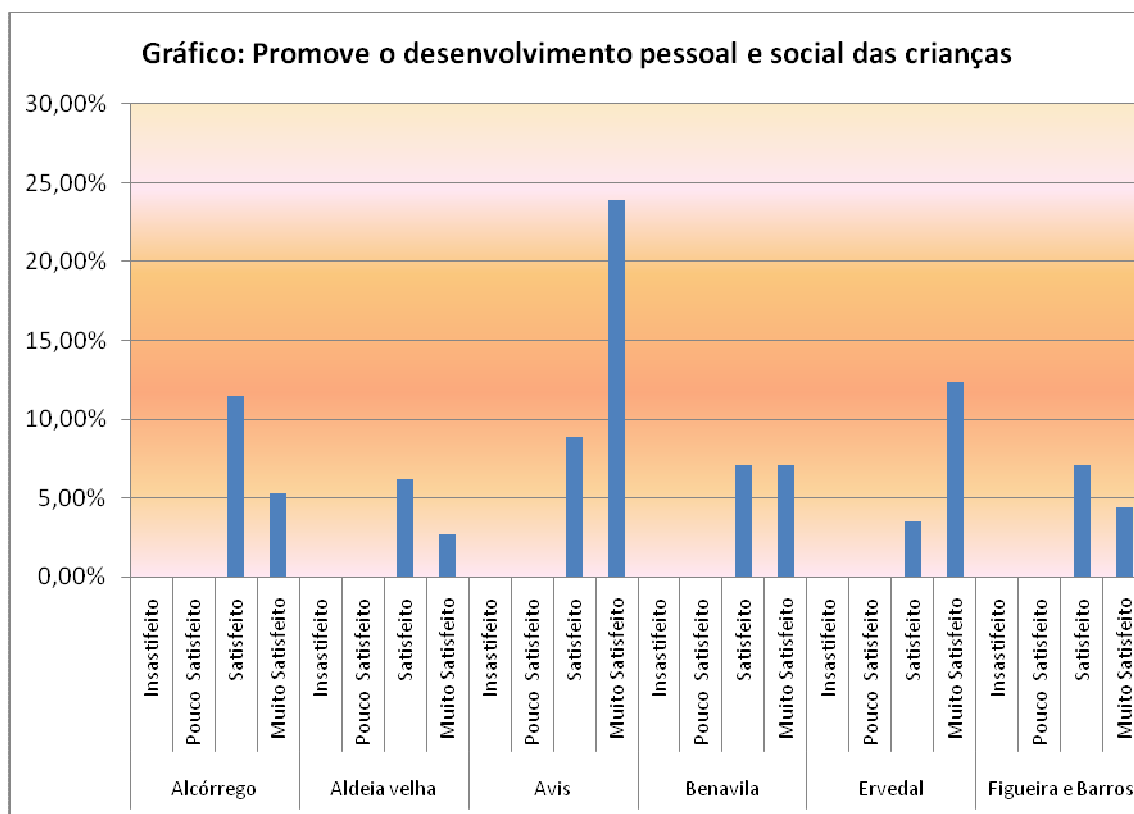
Gráfico n.º 10 – Desenvolver actividades de Animação Infantil



Na questão relacionada com as actividades de animação infantil que desenvolvem, a maioria dos pais e encarregados de educação de Avis, Benavila e Ervedal, estão muito satisfeitos, enquanto os das restantes freguesias estão satisfeitos.

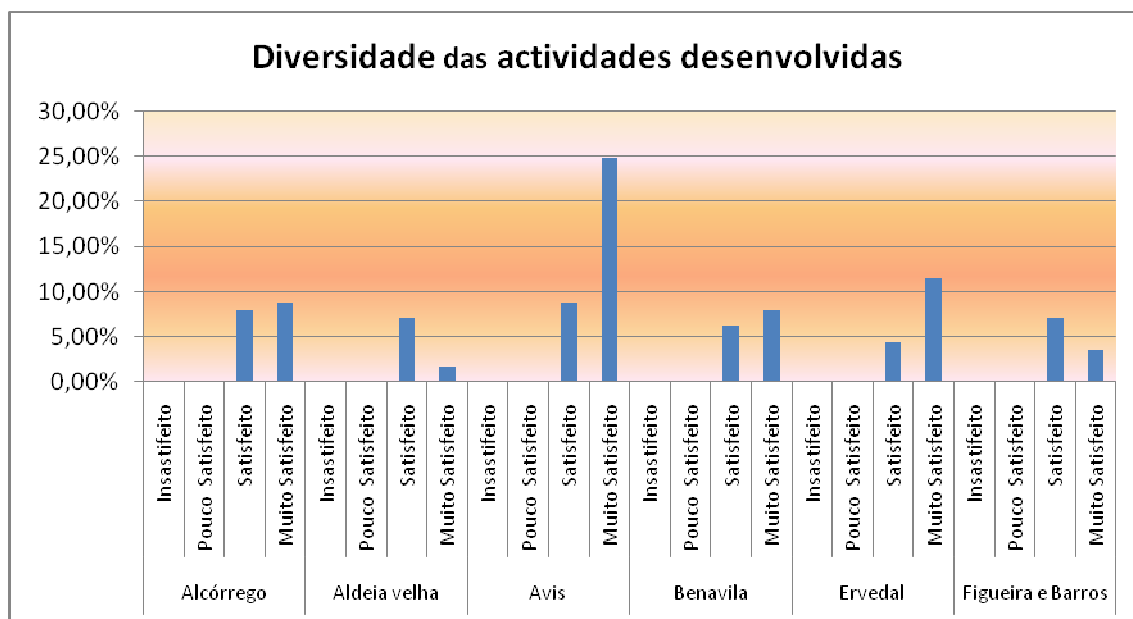
Conseguimos verificar que o grau de satisfação é muito bom e que sendo assim, as ludotecas serão um local privilegiado onde as crianças se podem adaptar de uma forma interessante à vida social.

Gráfico n.º 11 – Promoção do desenvolvimento pessoal e social



Os inquiridos que apresentamos na amostra, consideram que as ludotecas promovem o bem-estar das crianças e o seu desenvolvimento pessoal e social. Em Avis e Ervedal verificamos que estão muito satisfeitos, enquanto nas restantes freguesias se dividem entre o satisfeito e o muito satisfeito.

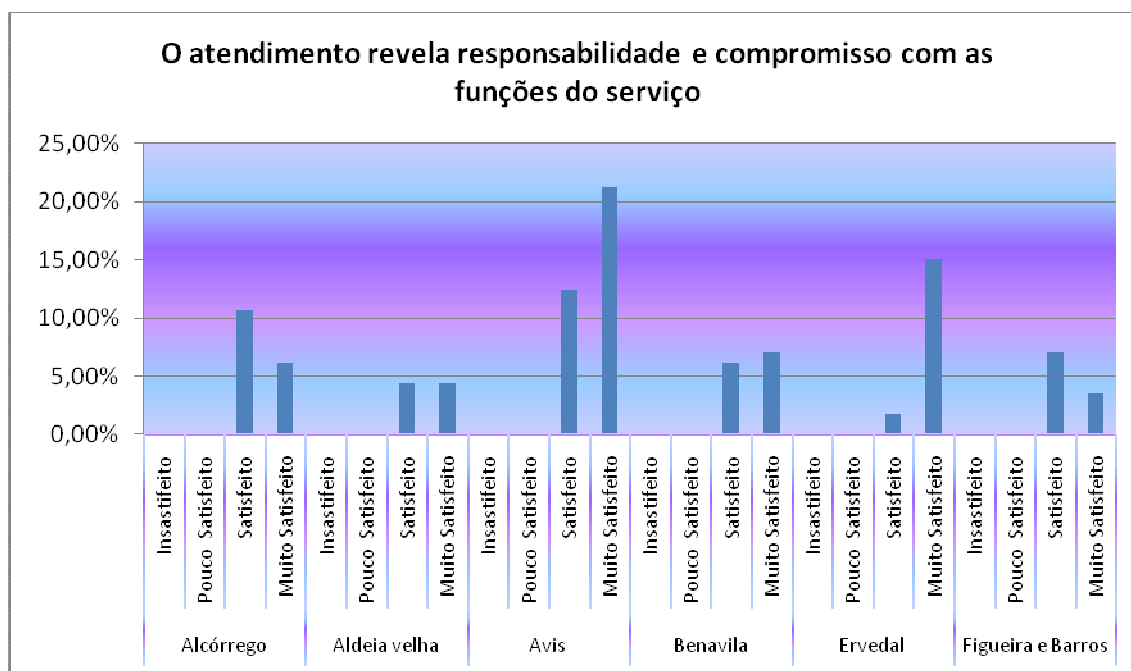
Gráfico n.º 12 – Diversidade das actividades



Quando questionados sobre a diversidade das actividades desenvolvidas pelas Ludotecas, grande percentagem dos inquiridos de Avis, Alcórrego, Benavila e Ervedal consideram muito satisfatório e os da Figueira e Barros e Aldeia Velha, dividem-se entre o satisfeito e o muito satisfeito.

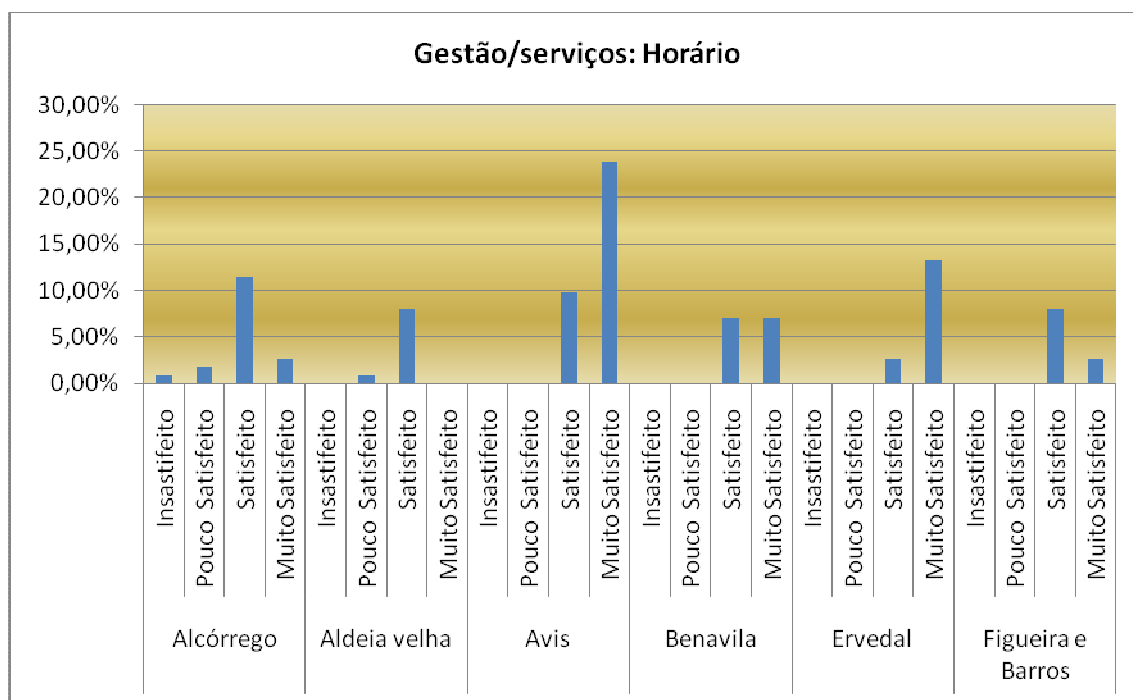
Concluimos que valorizam os espaços e que existe uma consciência generalizada da diversidade de actividades realizadas, importantes para o desenvolvimento individual e colectivo das crianças.

Gráfico n.º 13 – Função do Serviço/ Atendimento



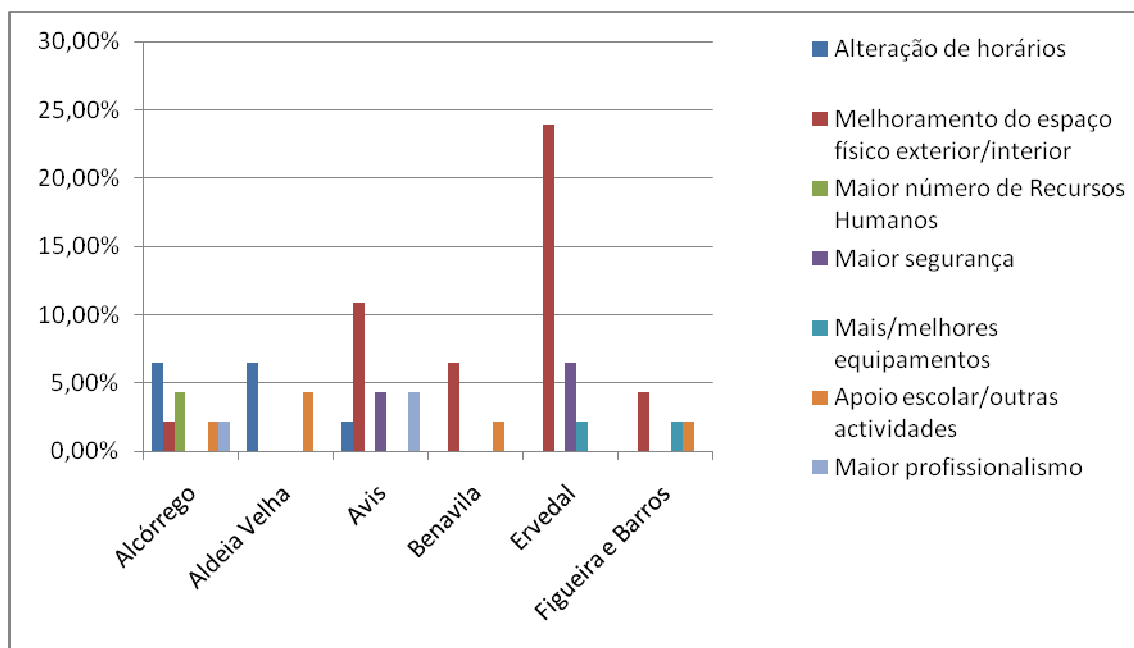
Na questão que envolve os recursos humanos das Ludotecas Municipais, de modo a aferir se o atendimento é feito com responsabilidade, com o compromisso que as funções exigem, os inquiridos dividiram-se entre o satisfeito e o muito satisfeito, o que nos leva a concluir que o atendimento é positivo, uma vez que nem um dos encarregados de educação manifestou alguma insatisfação.

Gráfico n.º 14 – Função do Serviço/ Horário



Relativamente à gestão de serviços, nomeadamente a que refere o horário de funcionamentos, 2 a 3% dos inquiridos da freguesia de Alcórrego e de Aldeia Velha, mostraram algum descontentamento, sugerindo o alargamento do horário do período da manhã. Todos os outros inquiridos, demonstram estar satisfeitos e outros muito satisfeitos, com os horários que estão em funcionamento.

Gráfico n.º15 - Sugestões de melhoria



Podemos verificar que apenas uma pequena percentagem dos inquiridos manifestou algumas sugestões de melhoria e que incide em fazer melhoramentos no espaço físico exterior e interior. Mais uma vez, alguns dos inquiridos da freguesia de Alcórrego e Aldeia Velha, sugerem alteração de horário da manhã.

Os inquiridos, tal como os entrevistados, consideram as ludotecas espaços privilegiados para as crianças se adaptarem à vida social, manifestam agrado pelas actividades que promovem, existindo porém, a necessidade de se introduzirem algumas mudanças de melhoria nos espaços físicos do exterior e interior.

2 – Apresentação dos resultados

2.1 – Tratamento e Ordenação

Os dados apresentados deixam um conjunto de reflexões expressivas de um entendimento abrangente, inequívoco e valorativo da temática em apreço. Espelham o que nos pareceu ser o essencial, no tratamento estatístico dos registos saídos dos inquiridos.

Com a leitura dos gráficos verificamos que a totalidade dos adultos inquiridos concorda que as Ludotecas são espaços adequados para o jogo, diversão e que

proporcionam às crianças os recursos adequados para desenvolver interesses individuais e de grupo.

Os pais ou encarregados de educação reconhecem o papel das Ludotecas, valorizam os espaços e existe uma consciência generalizada da importância das Ludotecas no desenvolvimento individual e colectivo das crianças. Concluímos que, em algumas situações, são necessárias mudanças como, por exemplo, o alargamento dos espaços, um local de actividade lúdica e convívio com os mais velhos, melhores espaços recreativos e desportivos no exterior.

Verificamos também que as Ludotecas respondem de um modo adequado aos interesses lúdicos e educativos das crianças, constituem um meio de reduzir as desigualdades sociais e complementam a educação formal, criando condições para facilitar a aprendizagem.

Considerando os planos de actividades, os resultados dos inquéritos e as entrevistas, verificamos que dão ênfase à necessidade de quebrar a rotina face às actividades lectivas, abrindo horizontes a novos saberes e à cooperação entre todos. As crianças retiram, dos espaços lúdicos, prazer dos seus “tempos livres”.

Da análise das entrevistas concluímos que, a rede de espaços lúdicos existentes no Concelho de Avis pode, efectivamente, contribuir para uma maior dinamização de projectos e acções lúdicas, sociais, culturais e recreativas entre crianças, jovens e idosos, factor que poderá actuar decisivamente na atenuação da solidão da população mais idosa do Concelho de Avis.

Estes espaços lúdicos, habitualmente frequentados por crianças e jovens, podem efectivamente alargar o seu campo de actuação e, para além de poderem constituir espaços de verdadeira inclusão para os idosos, podem, igualmente, proporcionar a interacção entre gerações, no sentido de uma efectiva partilha de conhecimentos e troca de experiências.

Verificamos que no Concelho de Avis existem diversas associações/colectividades de apoio à 3ª idade, e outras que mostraram abertura para trabalharem em conjunto com o Município, em actividades que abrange outros grupos etários. Apurámos também que existem carências ao nível de trabalho de articulação e integração dos diversos serviços locais, ligados, à educação, ao associativismo e ao Município, para pôr em prática formas de trabalho em equipa e de cooperação entre os cidadãos, técnicos e grupos, com base na participação das pessoas de cada freguesia.

2.2 - Análise dos resultados

Das informações informais, mas também ao nível do profissional, decorrentes do contacto regular estabelecido ao longo do ano com os responsáveis pelos espaços, com as crianças e jovens que os frequentam, das conversas de gentes da comunidade que fomos registando, do resultado positivo do grau de satisfação obtido pelos inquéritos aos pais/ encarregados de educação, conseguimos saber que os princípios que orientam as Ludotecas estão directamente relacionados com as competências da Unidade de Educação e Infância do Município de Avis, nomeadamente no planificar, coordenar e controlar acções de natureza socioeducativa. Segundo as palavras do Vereador da Cultura e Educação, a curto prazo irá aprovação à assembleia Municipal um documento que sistematiza as linhas de *“orientação das Ludotecas Municipais, que define os conceitos, critérios, normas e regulamentação dos espaços, dos materiais, das competências dos técnicos e a avaliação de boas práticas.”*E1.3.

Estas linhas de orientação constituem um meio de reduzir as desigualdades sociais, de inclusão social e de um aumento na produção de sociabilidades, uma vez que, segundo a E13”*O seu principal objectivo assenta de modo a promover a prossecução dos direitos universais das crianças e, em particular, a igualdade de oportunidades de acesso aos brinquedos, jogos e actividades lúdicas e ao direito de brincar conforme art. 31º da Declaração dos Direitos da Criança. (...) O Município promove estes espaços como abertos, de livre acesso e gratuitos, a todas as crianças do concelho dos 3 aos 14 anos de idade.”*

As Ludotecas assumem um espaço por excelência, que possibilitam, favorecem e estimulam o jogo infantil, tanto porque oferecem às crianças os objectos e materiais que lhe são necessários, como pelas orientações, a partilha com o outro e, finalmente, a ajuda e companhia de que a criança necessita para expandir o seu entusiasmo através do jogo. Constatámos, também, que as actividades lúdicas para crianças são valorizadas pelas famílias, sendo entendidas como um direito, como uma actividade agradável que contribui para o seu desenvolvimento.

Percebemos que os inquiridos aceitam o tempo de brincar como parte integrante da educação das crianças, uma vez que valorizam a existência das Ludotecas, o recurso a actividades lúdicas no processo de ensino. Aceitam-no como um contributo

para fortalecer o relacionamento entre as famílias e não como espaços imutáveis no prolongamento do Jardim de Infância e da Escola. Apresentam-se como espaços de educação não formal e informal onde se quebram rotinas face às actividades lectivas, afinal não têm um carácter institucionalizado, porque as crianças se assumem como mediadores de actividades e de experiências lúdicas que contribuem para abrir horizontes aos saberes e tradições da comunidade. Com o gráfico n.º7, Motivos de frequência, verificamos que as crianças frequentam as Ludotecas por vontade própria, por ser importante para o seu desenvolvimento e pela necessidade de convívio.

Com a análise das entrevistas e o resultado dos questionários aos pais/ encarregados de educação constatámos que o impacto das acções desenvolvidas pelas Ludotecas é positivo, que revelam uma função sociocultural e que se apresentam como uma estratégia ao desenvolvimento do território, uma vez que pretende promover uma política de parcerias activa com organizações de intervenção na área da educação e cultura popular.

Segundo o Vereador da Educação e Cultura do Município de Avis E14 (...) *apresentação e realização de contos infantis, peças de teatro; a promoção dos costumes e tradições locais e regionais com a realização do Magusto, das Janeiras, dos Desfiles de Carnaval e das Marchas Populares pelas freguesias; Solidariedade e justiça social com a realização de Festas de Natal e acções de sensibilização de formação cívica; Educação e Cultura com um trabalho de articulação com as escolas, através do programa da componente de apoio á família do Pré-escolar e as actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo.*” São trabalhos desenvolvidos pelas Ludotecas Municipais e que produzem sociabilidades.

CAPÍTULO IV

Cenário de intervenção local com um programa cultural, transversal e intergeracional

“Torna-se de extrema importância a consciencialização para a necessidade de juntar esforços, a fim de promover as nossas gentes através de um espírito crítico e de um trabalho comunitário saudável e de sabedoria, a que ninguém poderá ficar indiferente, num espaço onde todos somos actores e espectadores”. (Eugénio Silva, 2001)⁹⁵

1 – Construção de um programa de intervenção

Com a definição da problemática, constatamos que as Ludotecas Municipais do Município de Avis, através das suas funções socioculturais, poderão emergir como instrumento preferencial de acções e dinâmicas culturais, transversais e intergeracionais, capaz de se reflectir no desenvolvimento da Comunidade local, através da aplicação de um programa de intervenção.

⁹⁵ Silva, Eugénio de Bastos; *Oficina de Teatro “Faz de Conta”*, Monografia, 2001/2002, Instituto Piaget, Viseu

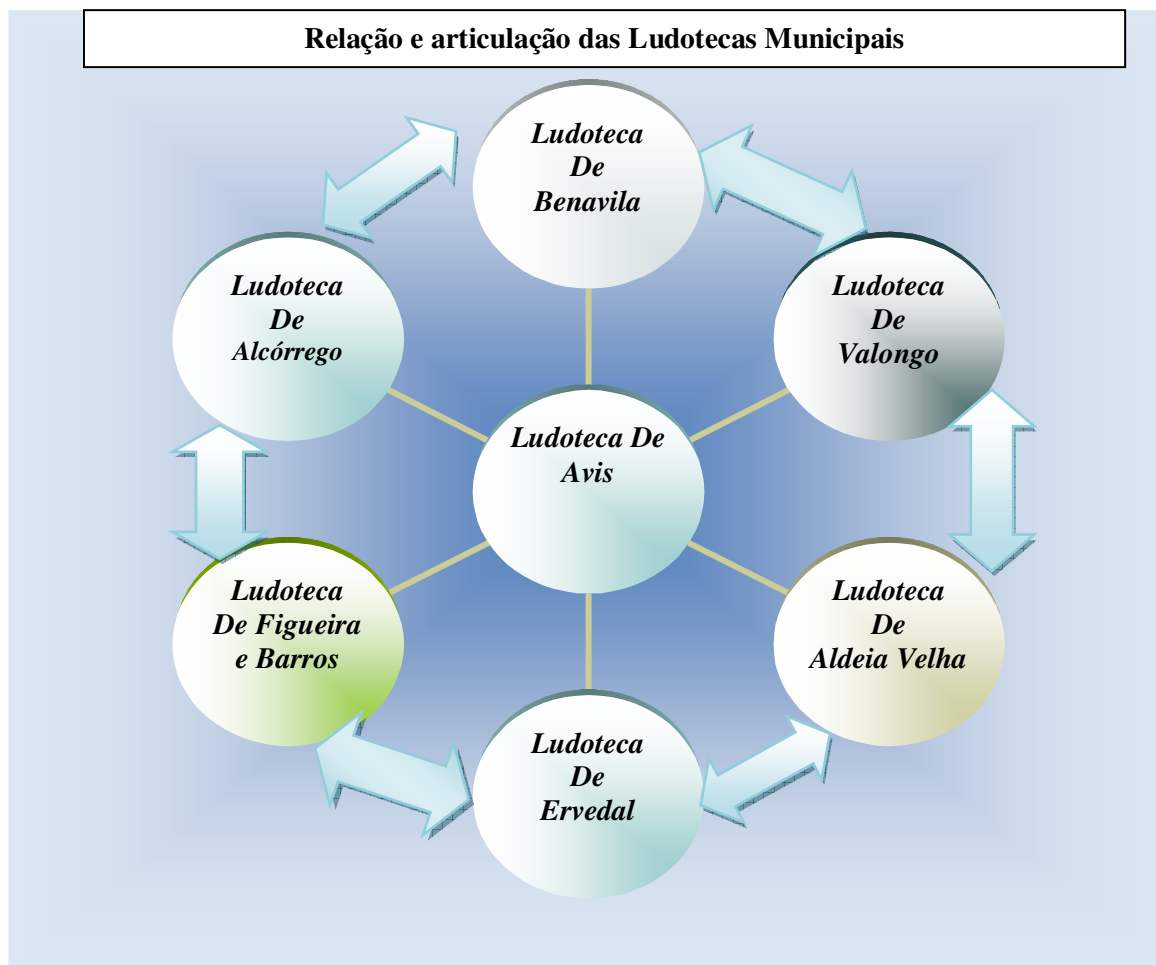


Figura 1- Relação e articulação das Ludotecas

Desenvolver um programa organizado e preciso, com o propósito de “Aproximar gerações em terras do Mestre”, de promover uma estrutura que sirva de suporte a uma dinâmica de intervenção cultural, geradora de mecanismos de participação e de criação colectiva “por todos, para todos, e em todo o lado”. Trata-se de envolver a população num projecto comum, no sentido de elevar a comunidade a um crescimento positivo e justo, de acordo com as necessidades e anseios culturais.

Para um programa deste tipo é fundamental o envolvimento das associações do Concelho de Avis, em projectos que integram programas de actividades na sua área de intervenção específica, através do apoio financeiro e logístico à sua actuação, uma vez que poderão contribuir para o fomento e incentivo do trabalho comunitário e associativo e, por outro lado, a projectar e divulgar junto da sua comunidade a iniciativa sociocultural.

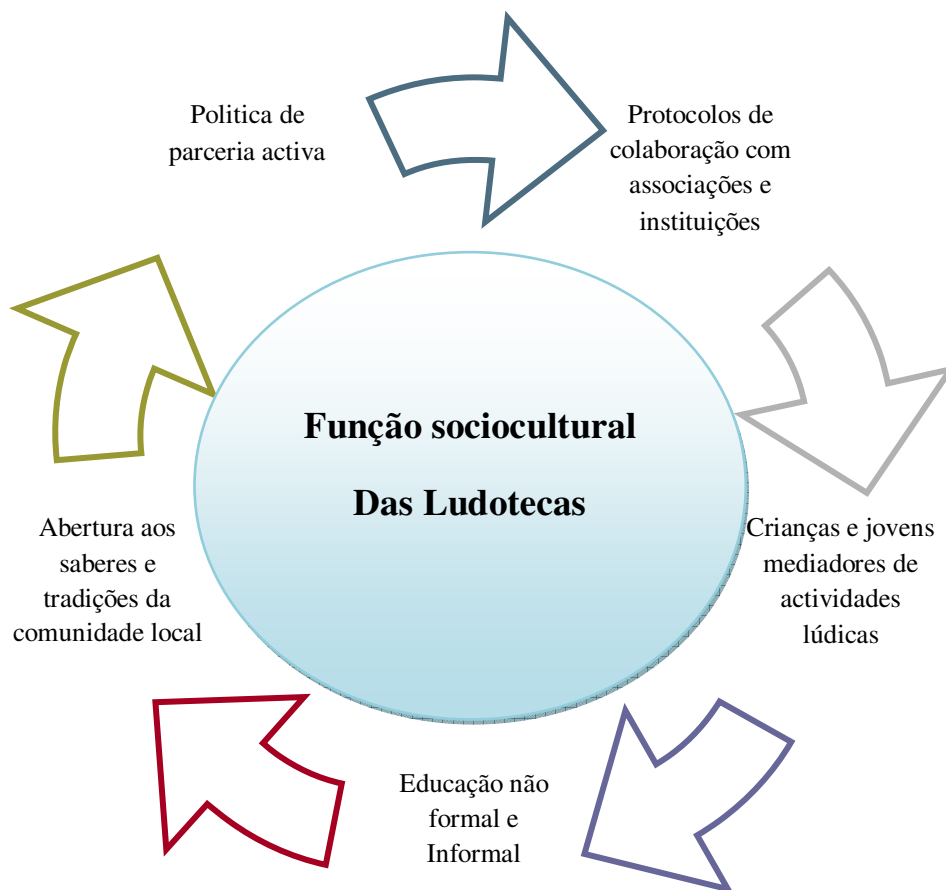


Figura 2- Dinâmica de intervenção sociocultural

A dinâmica sociocultural das Ludotecas deverá incluir na sua acção os seus diversos agentes, no sentido de criar uma estrutura suportada e polivalente que abranja as especificidades dos diversos públicos enquanto espectadores e criadores. Constatamos a necessidade de ir ao encontro do que as pessoas gostam, anseiam e precisam. Só desta forma é possível fomentar a participação activa dos vários grupos sociais.

O programa tem como princípio provocar políticas contratuais ou de parecerias, com colectividades locais, associações e instituições ligadas ao desenvolvimento cultural, com base em projectos e planos de acção, para criar na estrutura social da comunidade, mecanismos autónomos e sustentados de criação artística e cultural, na perspectiva do criador e do espectador.

O ponto de partida do programa de intervenção será as relações das Ludotecas Municipais com as Instituições com responsabilidade evidente no desenvolvimento sociocultural local, e assim criar uma interacção diversificada, apoiada nos conceitos

que construímos no nosso quadro conceptual, que foram as Ludotecas como espaços de educação não formal e informal, emergindo com práticas culturais, transversais e intergeracionais, através da Animação sociocultural e do Animador.

As áreas culturais, transversais e intergeracionais, abrangidas pelo programa serão: Áreas Socioculturais; Ambiente e qualidade de vida/ consciência ecológica; Animação e Arte; Costumes e tradições locais e regionais; Solidariedade e justiça social; Educação e Cultura.

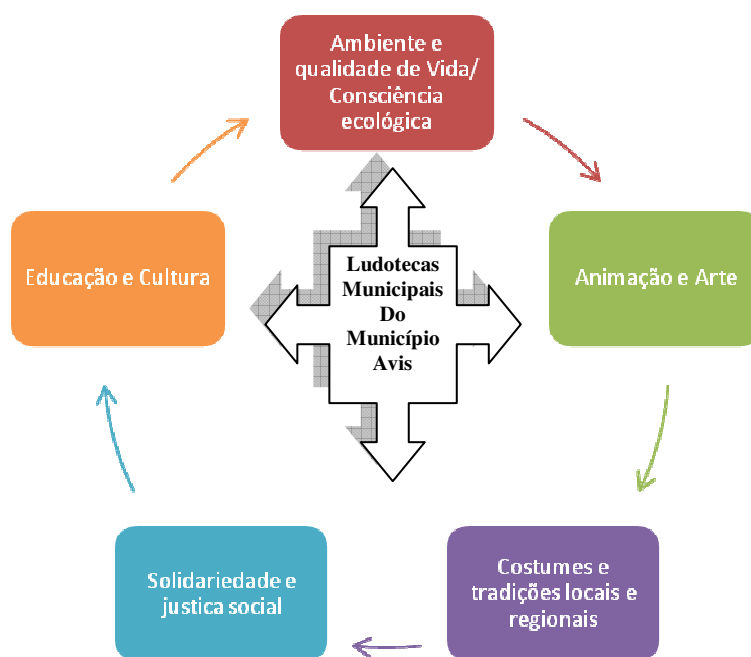


Figura 3- Princípios que suportam o programa de Intervenção sociocultural das Ludotecas Municipais de Avis.

2 - Metodologia

O projecto contempla uma programação anual previamente definida, com actividades agrupadas em áreas específicas. No entanto, deverá ser aplicado com os ajustes e os melhoramentos que eventualmente possam ser necessários, pelo que deverá ser desenvolvido durante o tempo necessário à criação das estruturas e suportes indispensáveis para que a comunidade envolvida, autonomamente, dê continuidade à dinâmica cultural e transversal implementada.

Neste sentido, pretende-se criar uma programação de animação sociocultural organizada e sistematizada pela Unidade Orgânica de Educação e Infância da Câmara Municipal de Avis, em colaboração com as Associações socioculturais, Juntas de Freguesia do Concelho e agrupamento de escolas de Avis, no sentido de proporcionar a criação de sinergias e, conseqüentemente, o alargamento do raio de intervenção do programa, bem como a criação de uma rede de acção que abranja a comunidade nos seus diversos contextos.

Os métodos e técnicas a utilizar para atingir os objectivos do programa de intervenção, estarão relacionados com os meios para envolver toda a comunidade e com a articulação entre as várias divisões da Autarquia e entidades externas. Ao nível da animação sociocultural, irá recorrer as estratégias de envolvimento e participação, a partir dos grupos existentes nas Ludotecas Municipais e das associações do Concelho.

O programa apresenta uma estrutura de acção anual. Não obstante, a sua aplicação deverá ser efectuada a longo prazo, durante o tempo necessário ao desenvolvimento de uma dinâmica cultural activa, voluntária e autónoma, em interacção com as associações, comunidade educativa e Ludotecas Municipais. Pretende-se criar um raio de acção que abranja todas as Freguesias do Concelho nos seus diversos contextos.

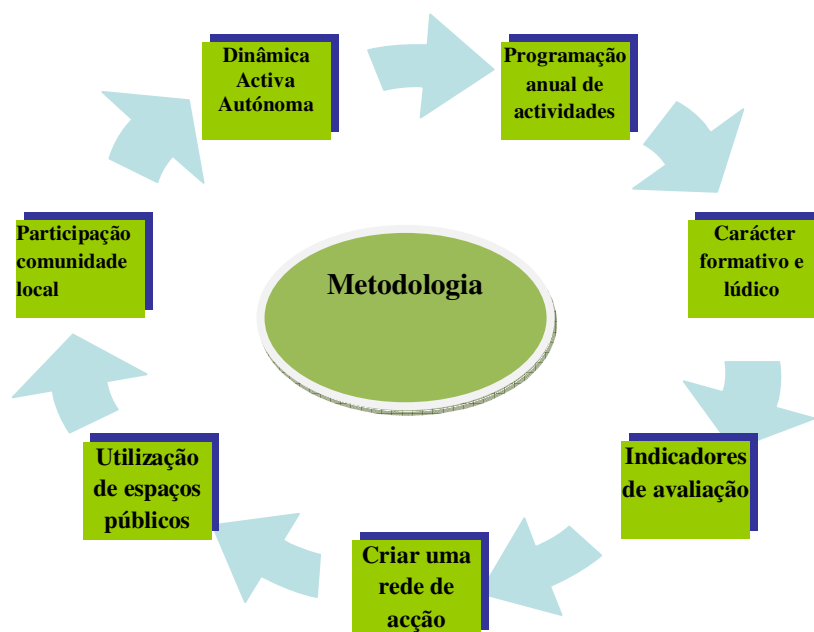


Figura 4 - Metodologia

Para a realização das actividades está prevista a utilização dos seguintes espaços:

Auditório Municipal; Biblioteca Municipal e Escolar; Ludotecas Municipais; locais públicos de grande adesão; Museu; espaços ao ar livre; espaços culturais e recreativos das freguesias; Parque de Feiras e Exposições; e outros espaços que permitam eventos culturais, de carácter formativo e lúdico.

3 - Especificação das Acções

As acções a desenvolver deverão criar uma estrutura de actuação comum a todas as áreas, com bases orientadoras nos diversos campos de acção, através da definição de um programa de actividades padrão que oriente, mas que nunca limite. Este programa deverá realizar diversas actividades no âmbito formativo, demonstrativo, expositivo e de espectáculo, considerando a divulgação, promoção e incentivo ao trabalho desenvolvido pelas associações e instituições públicas ou privados do concelho.

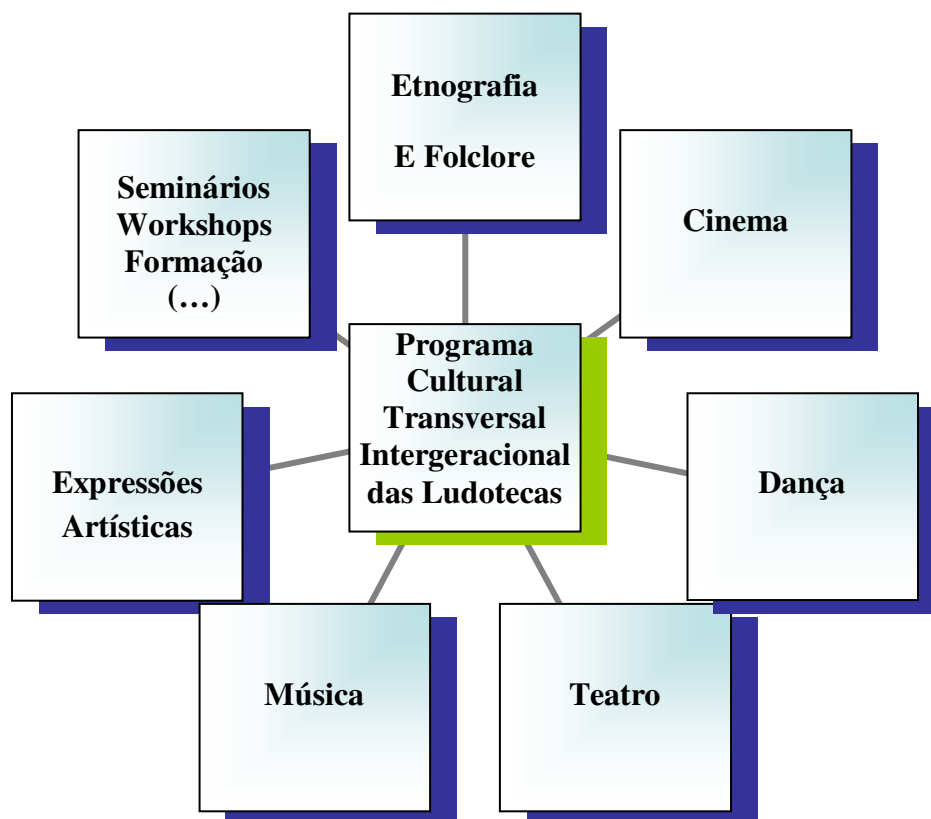


Figura 5 - Programa cultural, transversal e intergeracional

Da definição do programa de actividades constará a criação de diversos espaços de partilha, de opinião e de acção, dentro da temática cultural, como a recolha e

divulgação da poesia popular; a recuperação de artes, ofícios e saberes das gentes; o resgatar de uma memória colectiva dos encontros de poetas populares.

O programa consiste na realização de iniciativas no âmbito da animação sociocultural, nomeadamente, Dança, Teatro, Cinema, Expressões Artísticas, Etnologia e Musical. Um programa transversal e cultural, através de uma plataforma de projecção, para diferentes tipos de público, no sentido de fomentar e estimular a procura continuada do evento cultural e do acto criativo. Pretende criar mecanismos de participação activa e de inclusão no seu próprio processo de desenvolvimento de forma consciente e crítica

3.1 - Objectivos

Pretende-se com estas actividades criar novas políticas de acção e novas formas de intervenção, que prevejam a inclusão dos diversos agentes em objectivos comuns, através do estabelecimento de parcerias e sinergias que potenciem e desenvolvam a dinâmica cultural e artística do Concelho de Avis.

Potenciar e incentivar o envolvimento associativo do concelho, não só para o reconhecimento da própria associação mas também para a dinamização do público com que esta habitualmente trabalha.

3.2 - Objectivos gerais

Desenvolver actividades de animação de carácter cultural, educativo, social, lúdico e recreativo;

Defender o património cultural e transversal do Concelho de Avis;

Promover a participação social, a cidadania e a dinamização comunitária;

Estabelecer relações de cooperação com os organismos culturais, oficiais, a nível central e local e com instituições congéneres de âmbito nacional;

Desenvolver e apoiar acções de animação sociocultural.

3.3 - Objectivos específicos

Aumentar auto-estima a partir do processo de participação;

- Promover as relações inter-geracionais;
- Promover o desenvolvimento pessoal e social;
- Desenvolver atitudes positivas face à animação sociocultural;
- Promover a socialização;
- Dignificar o acolhimento e melhorar o bem-estar dos idosos;
- Aumentar a qualidade de vida dos idosos.

4 - Estrutura Organizativa do Programa

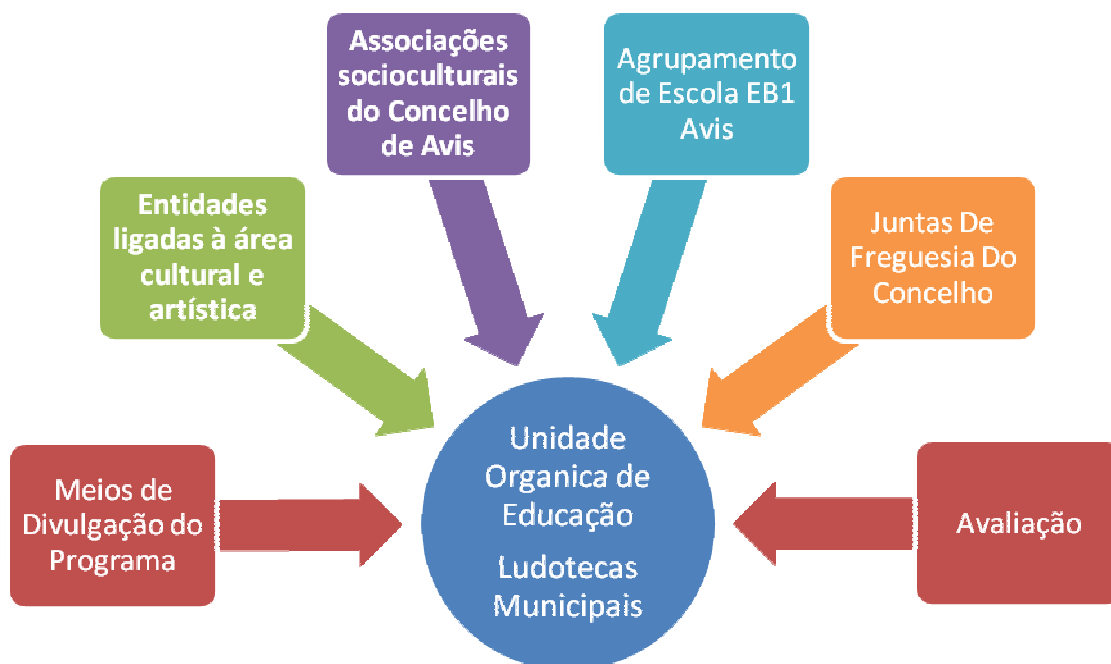


Figura 6- Estrutura Organizativa do programa de intervenção.

4.1- Distribuição de competências

Unidade Orgânica de Educação e Infância da Câmara Municipal de Avis

- Coordenação do projecto;
- Supervisionamento do projecto;
- Procedimentos necessários à realização dos Programas de actividades;
- Dinamização das Associações culturais, transversais e intergeracionais;
- Estabelecimento de parcerias e patrocínios;
- Divulgação do Projecto;
- Contratações;

Mobilização de público;

Mecanismo de inclusão nas actividades de comunidades desfavorecidas e excluídas;

Juntas de Freguesia do Concelho de Avis

Divulgação do Programa na Freguesia;

Organização de grupos de interesse locais,

Articulação com os estabelecimentos de ensino locais;

Articulação do projecto com as Associações locais;

Definição de locais específicos para realização de actividades ao nível local;

Disponibilização de um técnico responsável pelo projecto na Freguesia;

Mobilização de público;

Articulação do projecto com entidades externas;

Escolas

Divulgação do Projecto na escola;

Organização de grupos de trabalho;

Organização de grupos de interesse,

Articulação com as Freguesias;

Articulação com as Associações locais;

Divulgação dos diversos programas de actividades na Escola;

Mobilização de público;

Associações socioculturais do Concelho de Avis

Dinamização de Actividades;

Disponibilização de um técnico representante;

Disponibilização de recursos humanos;

Contactos com entidades externas;

Divulgação do Projecto;

Divulgação dos diversos programas de actividades;

Mobilização de público;

Articulação com as Juntas de Freguesia e com as escolas;

Entidades ligadas à área cultural e artística

Disponibilização de técnicos para colaboração no Projecto;
Disponibilização de espaços para realização de actividades;
Divulgação do Projecto;
Divulgação dos diversos programas de actividades;
Articulação dos programas de actividades internos com os programas de actividades do projecto;
Mobilização de público;
Disponibilização de contactos;
Contratações;
Articulação do projecto com entidades externas.

Gabinete de Informação e Comunicação do Município

Divulgação nos media ao nível local, regional e nacional;
Cobertura das iniciativas;
Suportes: flyers, desdobráveis, cartazes, spots de rádio, agendas culturais, anúncios televisivos, artigos informativos nos jornais e colocação da informação nas suas agendas.
Canais de Comunicação: internet, correio, rádio, jornais e televisão.

Sistemas de Avaliação Interna

Reuniões gerais para estabelecimento do alinhamento e conteúdos dos diversos programas de actividades;
Reuniões bimensais com todos os representantes do projecto;
Reuniões mensais com as associações do Concelho no sentido de recolher as expectativas e eventuais propostas de actividade.
Reuniões com os diversos grupos de trabalho por área e com todos os representantes do projecto;
Fichas de Avaliação por actividade;
Fichas de opinião/avaliação para entidades externas.

Indicadores de Avaliação do Programa de Intervenção

Entrevistas;
Observação participante e não participante;
Relatórios de avaliação por actividade;

Inquéritos às Associações, Escolas, Juntas de Freguesia e Instituições parceiras;

Relatórios das Associações;

Relatórios de Juntas de Freguesia;

Recolha de opiniões

Participação quantitativa nas acções;

Número de actividades promovidas pelas associações.

É na perspectiva multisectorial do desenvolvimento local e partindo do posicionamento da Animação sociocultural face aos processos de desenvolvimento, que apontamos os desafios que exigem uma acção comunitária de base participada e consciente, um trabalho com os grupos sociais.

CONCLUSÃO

Centrado no tempo que as crianças passam fora da família e da escola, nos contornos que este pode adquirir para a sua formação e crescimento, este trabalho de investigação possui no seu título uma síntese daquele que é, na nossa perspectiva, o resultado a que o estudo nos conduziu: As crianças assumem um papel mediador e animador em actividades culturais, transversais e intergeracionais.

Na fundamentação do presente estudo verificamos um consenso de que a actividade lúdica é fulcral no desenvolvimento humano. Porém são inúmeros os entraves colocados às crianças, relativamente ao tempo para brincar, ao tempo de interacção com as figuras que lhe são mais significativas, como a família. A Ludoteca pode assumir-se como um espaço de convivências que permite o brincar, facilitando o fortalecimento de relações interpessoais positivas com essas figuras, bem como espaço de suporte às famílias, sobretudo as mais vulneráveis.

É sensato admitirmos que não devemos esperar das famílias maior empenhamento na resolução da problemática dos tempos livres do que aquele que a sua condição socioeconómica sustenta. Porém, também é verdade que cabe à família o papel de primeiro educador e que o desempenho de tal estatuto estará sempre umbilicalmente ligado à sua capacidade para o poder exercer convenientemente.

Devido à evolução dos modos de vida e à exigência de responder às novas necessidades, nomeadamente em termos de qualidade e de públicos específicos como os idosos, migrantes diários, jovens casais e desempregados, os serviços à população devem ser adaptados. Esta evolução insere-se na definição de novas funções do mundo rural, como é o caso do acolhimento de populações, instalação de serviços descentralizados de grandes empresas, valorização do espaço natural, desenvolvimento de espaços de animação e repouso. Estas diferentes temáticas colocam os serviços à população no cerne de uma reflexão estratégica que interessa a todos os territórios, em função da vocação que cada um deles entenda desenvolver no futuro.

Esta reflexão envolve tanto as autarquias, como as estruturas privadas, as associações, assim como os próprios utilizadores dos serviços. Neste caso, para apresentar saídas concretas, no que concerne à matéria em apreço, a Autarquia Local, apresenta-se com um estatuto determinante no contexto da temática. As Juntas de

Freguesia, Instituições públicas ou privadas e as associações, a um nível intermédio, devido à proximidade dos cidadãos e agentes locais.

A questão central do nosso estudo situou-se na problematização das Ludotecas Municipais do Município de Avis, enquanto instrumento preferencial para desencadear acções culturais, transversais e intergeracionais na comunidade local.

Foi esta questão que nos permitiu concluir que espaços essencialmente lúdicos, ricos em sociabilidades não formais e informais, de vizinhança, de promoção de relações de convívio, recreio e de solidariedade, através de princípios orientadores da música, do teatro, da dança, dos jogos, promoção dos costumes e tradições locais, podem mobilizar e organizar recursos como parceiros locais para a solução de problemas da comunidade.

Para confirmarmos um conjunto de questões, levantadas na elaboração da nossa problemática, tratámos de iniciar um estudo, limitado ao Concelho de Avis, com características de estudo de caso.

No desenvolvimento do nosso objecto de estudo formulou-se um conjunto de questões orientadoras que nos encaminharam para o quadro teórico e deram resposta à questão do trabalho, qual o protagonismo e a importância das Ludotecas Municipais do município de Avis como instrumentos preferenciais de acção cultural, transversal e intergeracional.

As questões orientadoras também nos encaminharam para a conclusão de que as Ludotecas são espaços de referência no concelho de Avis. Resultante do trabalho que vem promovendo ao longo da sua existência, conseguiram ser meritórias de reconhecimento, ganho com o desenvolvimento de acções, actividades e projectos que captam o interesse dos públicos-alvo e que têm tido um bom nível de adesão.

Relativamente à contextualização empírica do objecto em estudo obtivemos um leque variado de informação, nomeadamente, sobre o Concelho de Avis, a implementação das Ludotecas Municipais, a sua caracterização sociocultural, económica e geográfica.

As fontes de informação utilizadas no estudo permitiram fazer uma reflexão sobre a concepção dos planos de actividades das Ludotecas Municipais, da definição de objectivos, das possibilidades que oferecem às diferentes dimensões de formação, do desenvolvimento dos interesses lúdicos e educativos das crianças.

Considerámos que, existem sinais de um trabalho de equipa, nomeadamente na organização e implementação do plano de actividades, na articulação com o agrupamento de escolas e com algumas associações locais. Verificámos que a gestão e avaliação do plano de actividades é da responsabilidade da autarquia, nomeadamente da Unidade Orgânica de Educação e infância e que enquanto profissionais de educação fomentam sinais para criar e fruir hábitos culturais transversais, intergeracionais, através da implementação de um programa de intervenção, com estratégias de actuação.

Do encaminhamento proporcionado pelas questões orientadoras, surge a necessidade da elaboração de um programa de acção, mobilizador, que utilize os recursos locais e potencie os recursos naturais. Que consiga partir de contextos particulares para outros mais amplos de uma fora equilibrada, sem impactos ambientais, sem tensões sociais e com uma organização participativa, cooperativa ou associativa.

De uma forma criteriosa, o programa de intervenção, reúne os conteúdos e informações recolhidas nas etapas anteriores. O programa pretende ser um projecto pluridisciplinar que alcance os diversos públicos ao nível individual e colectivo, no sentido de criar no meio, uma atmosfera cultural, transversal, intergeracional, sustentada, continuada e inovadora.

Pretende também criar novas políticas de acção e novas formas de intervenção, que prevejam a inclusão dos diversos agentes em objectivos comuns, através do estabelecimento de parcerias e sinergias que potenciem e desenvolvam a dinâmica cultural e artística do Concelho de Avis.

A Animação Sociocultural aparece enquanto metodologia de intervenção social, como uma prática inalienável do desenvolvimento comunitário, uma vez que prevê o envolvimento activo e comprometido dos grupos sociais nas práticas de acção comunitária.

Do nosso ponto de vista, este serviço colocado à população poderá ser uma estratégia de enquadramento comunitário a quatro dimensões: a primeira, a dimensão política, utilizada como um meio para promover a democracia; depois, a dimensão cultural, utilizada como objecto de expressão e cultura popular; a terceira como uma dimensão transversal com a atitude e postura interdisciplinar; finalmente, a quarta dimensão, educação intergeracional com o objectivo de manter a memória cultural local e a sustentabilidade social das populações.

Em forma de conclusão, deixamos o alerta para uma maior sensibilização dos colectivos, dos proveitos que se podem obter da cultura. Este é um processo contínuo de consciencialização dos grupos para o património cultural. A ideia de participação activa e de uma cidadania cultural é uma convocatória a um compromisso social com o desenvolvimento do território através da cultura. Não há comunidade sem uma identidade cultural colectiva. Esta constrói-se com as práticas socioculturais e no desenvolvimento de uma consciência crítica do que é o património cultural, numa perspectiva de desenvolvimento local e economicamente sustentado.

BIBLIOGRAFIA

ANDER-EGG, Ezequiel. 2000. Metodologías y Prácticas de la animación sociocultural. Madrid: Editorial CCS.

AMADO, João e SANTOS, Leonor, “Estudo e divulgação das práticas lúdicas”, Revista Portuguesa de Pedagogia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Ano XXVI, nº 3, pp. 516-524, 1992.

AMARO, Rogério Roque; Descentralização e Desenvolvimento em Portugal – algumas perspectivas, tendo especialmente em conta a questão da educação; A Administração da Educação: os caminhos da descentralização; Actas do Seminário do Fórum Português de Administração Educacional; Edições Colibri; Faculdade de Letras de Lisboa; 1996.

AMARO, Rogério Roque “Lógicas de especialização da economia portuguesa”, Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 10, pp. 161-182, 1991.

BENTO, Avelino (2003): “Teatro e Animação - outros percursos do desenvolvimento sócio-cultural no Alto Alentejo”. Edições Colibri, Lisboa.

BITTENCOURT, R. G.; FERREIRA, M. D. M. A importância do lúdico na alfabetização. 36 f. Monografia (Conclusão do Curso de Pedagogia) - Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, Manaus, 2002

BOURDIEU, P. The Forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.) Handbook of theory and research for the Sociology of Education. Nova Iorque: Greenwood Press, 1986. p.241-258.

BROUGÈRE, Gilles (1995), Brinquedo e Cultura, S. Paulo – Brasil, Cortez Editora;

BRUYN, P., Herman J. & Schoutheete, M. (1991). Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais (trad. Port.). Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora.

CARDONA MOLTÓ, Maria Cristina (2002). *Introducción a los Métodos de Investigación en Educación*. Madrid: Editorial EOS.

CAVACO, C. (2002). Aprender fora da escola: percursos de formação experiencial. Lisboa. Educa – Formação

- CAILLOIS, Roger (1990). Os Jogos e os Homens. Lisboa: Editora Cotovia.
- CHIAROTTO, Annie, Les Ludothèques. Editions du Cercle de la libraire, 1991.
- COSTA, M. & Neves J. (coord.) (1993). Actas do Colóquio “Autarquias Locais e Desenvolvimento” realizadas em Braga, em Novembro de 1991. Biblioteca das Ciências do Homem. Edições Afrontamento
- DAUSTER, T. A Fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores. Revista Educação/PUC-Rio, n. 49, p. 1-18, nov. 1999.
- FERREIRA, Pedro; NETO, Carlos, “A Situação actual das ludotecas em Portugal”, Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Ludotecas. Porto: Associação de ludotecas do Porto, 25, 26, 27 de Junho.
- FORMOSINHO, João (1987). A Educação Informal da Família. In Cadernos de Análise Social da Educação. O Insucesso Escolar em Questão. Braga: Universidade do Minho.
- FREIRE, Paulo (1997). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- GONÇALVES, Albertino (1998) *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- GARON, Denise, “ O Universo das ludotecas: Unidade de princípios e diversidade de modelos”, Comunicação apresentada no VII Encontro Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre. Coimbra: I.A.C., 3 de Fevereiro de 1997.
- GHIGLIONE, R., Matalon; B. (2005). O Inquérito. Celta Editora, lda. 4^a Ed Oeiras.
- GOHN, Maria da Gloria, Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social (1999:98-99)
- GOLDFARB, D.C; LOPES, R.G.C. Avosidade: a família e a transmissão psíquica entre gerações. In: Freitas E. V; Py L et al. Tratado de geriatria e gerontologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p. 1374-1382.

HUIZINGA, Johan (1980). *Homo Ludens*. S. Paulo – Brasil: Editora Perspectiva, S.A

LIMA, M. (1995). *Inquérito Sociológico*. Lisboa, 4ª edição, Editorial Presença.

LOPES, A. & Capricho, L. (2007). *Gestão da Qualidade*. Editora PH, Lda. 1ª Ed Lisboa

LOPES, Marcelino. 2008. *Animação sociocultural em Portugal (2ª edição)*. Amarante: Intervenção.

LOPES, Marcelino. Peres, Américo. Cardoso, Carlos. “ Animação Sociocultural: Educação, Âmbitos, Recursos e Animadores” In. 2.ªs Jornadas Internacionais de Animação Sociocultural, Chaves, Pólo da UTAD e Departamento de Artes e Ofícios, pp.16-17, 2002.

LOURO, Paulo e FERNANDES, Pedro Aires; *A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da Área Metropolitana de Lisboa; Análise Psicológica*, 2004 (273-287).

MCLUHAN, Herbert Marshall, *Communication in the Global Village.*" In *This Cybernetic Age*, edited by Don Toppin. 158-67. New York: Human Development Corporation.

Ministério da Educação, Ministério da Solidariedade e Segurança Social (1997). *Educação Pré-Escolar. Perguntas e Respostas*. Lisboa: Gabinete para a expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Ministério da Educação (1998). *Qualidade e Projecto na Educação Pré-Escolar*. Departamento da Educação Básica Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

MOREIRA, J. C. C.; SCHWARTZ, G. M. Conteúdos lúdicos, expressivos e artísticos na educação formal *Educar em Revista*, núm. 33, 2009, pp. 210-211 Sociedade Brasileira de Zootecnia Brasil.

NETO, Carlos (1998), *O Desenvolvimento da Criança e a Perspectiva Ecológica do Jogo*, em Krebi, Rui, Coletti, Fernando e Beltram, Thaís (Orgs.) *Discutindo o Desenvolvimento Infantil*, Brasil, Sociedade Internacional Para o Estudo da Criança.

OTERO, O. F. & COROMINAS, F. (2006). Fazer Família Hoje, <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo216.shtml>. (05.06.2006), página web 3 e 4.

PACHECO, J.A. (1995). O pensamento e a acção do professor. Porto: Porto Editora.

PESSANHA, Ana Maria de Sousa Gomes de Araújo - Comportamento lúdico de dois grupos de crianças de meios socioculturais diferentes. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana, 1994.

PEREIRA, José, VIEITS, Manuel & LOPES, Marcelino.2008. A Animação Sociocultural e os desafios do Século XXI. Portugal: Intervenção.

PIMENTEL, S. C. O especial dos jogos e brincadeiras no atendimento às diferenças. Temática: Educação, arte e ludicidade. Revista FAEBA: Educação e contemporaneidade, Salvador, v. 15, n. 25, p. 147-156, jan./jun., 2006.

PINTO, Manuel (2000). A Televisão no Quotidiano das Crianças. Porto: Edições Afrontamento.

QUIVY, Raymond; Campenhoudt, Luc Van; *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª Edição, Lisboa, Gradiva, Janeiro de 1998.

RAMOS, N. (2005). “Relações e solidariedades intergeracionais na família – Dos avós aos netos”, Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano 39, n.º1, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: Universidade de Coimbra, pp. 195-216.

SANCHEZ, A. S. (1997). La animación hoy. Una respuesta a la realidad social. Madrid: Editorial CCS.

SANTOS, M. J. E. Ludicidade e educação emocional na escola: limites e possibilidades. Temática: Educação, arte e ludicidade. Revista FAEBA: Educação e contemporaneidade, Salvador, v. 15, n. 25, p. 27-42, jan./jun., 2006

SARMENTO, Manuel (2000b). As Crianças e as Organizações: desafios à gestão das instituições para a infância. Cidade Solitária, n.º 4: 24-27.

SILVA, Eugénio de Bastos; *Oficina de Teatro “Faz de Conta”*, Monografia, 2001/2002, Instituto Piaget, Viseu.

THIEBAULT, Elisabeth, *Ludothèques, Petite Enfance et Integration – Role de Ludothèques dans les processus d’integration dès familles migrantes et defavorisées*. Actes de la Journée, Lyon, 11 de Juin de1992

ANEXOS

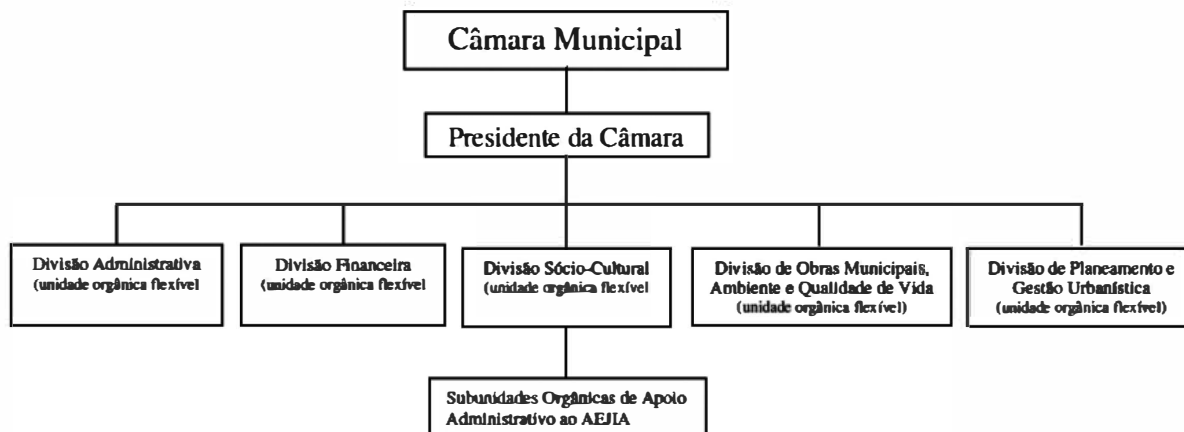
Anexo A - Publicação no Diário da República, 2.^a série, N.º 8, 12 de
Janeiro de 2011

m) Compatibilizar o licenciamento de construções particulares com os planos municipais de ordenamento do território em vigor;

n) Executar as demais tarefas que no âmbito da sua actividade lhe sejam superiormente solicitadas.

ANEXO I

Unidades Orgânicas Flexíveis do Município de Arruda dos Vinhos



Município de Arruda dos Vinhos, 17 de Dezembro de 2010. — O Presidente da Câmara, Carlos Manuel da Cruz Lourenço.

204169576

MUNICÍPIO DE AVIS

Despacho n.º 1069/2011

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23/10, torna-se público que a Assembleia Municipal de Avis na sua sessão ordinária de 22/12/2010, na sequência de proposta da Câmara Municipal de Avis aprovada na sua reunião extraordinária de 16/12/2010, aprovou o modelo de estrutura orgânica mista nos seguintes termos:

1 — Modelo de estrutura mista, que obedece às regras da estrutura matricial, nomeadamente nas áreas relativas à gestão e concretização de projectos de modernização administrativa e de fomento da cidadania e participação dos cidadãos na vida do Município, desenvolvidas no âmbito de equipas multidisciplinares e obedece às regras da estrutura interna hierarquizada, nas restantes áreas de actividades, que não sejam desenvolvidas no âmbito de projectos transversais por equipas multidisciplinares.

2 — Estrutura interna hierarquizada, constituída por uma unidade orgânica nuclear, o Departamento Técnico, com as seguintes competências:

Executar a política municipal de desenvolvimento e ordenamento do território;

Coordenar o cumprimento do regime jurídico de urbanização e edificação e as disposições legais e regulamentares associadas;

Planear, programar e executar as obras municipais e a prestação de serviços urbanos, de acordo com as orientações dos órgãos municipais;

Assegurar a direcção e coordenação do conjunto de tarefas de ordem técnica e executiva, a montante e a jusante da realização de obras, em sentido lato, das acções desenvolvidas e dos serviços prestados no âmbito concelhio.

Garantir o funcionamento dos sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento, resíduos sólidos e zelar pela política ambiental;

Efectuar a boa gestão das vias de comunicação, infra-estruturas complementares e a intervenção operacional no trânsito;

Efectuar a manutenção do Parque habitacional do Município e demais equipamentos e instalações dos órgãos e serviços;

3 — Um número máximo de até oito unidades orgânicas flexíveis, das quais até quatro são preenchidas com cargos de direcção intermédia de 2.º grau e até quatro de 3.º grau ou inferior, a criar, alterar ou extinguir pela Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara.

A definição de um número máximo total de uma subunidade orgânica, a criar, alterar ou extinguir pelo Presidente da Câmara Municipal, no cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 10.º do diploma em presença.

A definição de um número máximo de duas equipas multidisciplinares, cuja constituição e a designação dos membros das equipas é

efectuado pela Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal.

Que o estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares seja definido por equiparação ao estatuto remuneratório do Chefe de Divisão Municipal.

Na sua reunião extraordinária de 30/12/2010 a Câmara Municipal de Avis deliberou por unanimidade criar as seguintes unidades orgânicas flexíveis, cujas competências são as seguintes:

Divisão de Administração e Recursos Humanos

Competências:

Gerir a política de recursos humanos;

Coordenar o sistema de saúde, higiene e segurança no trabalho;

Coordenar os procedimentos relacionados com eleições, recenseamentos e referendos;

Supervisionar os procedimentos administrativos na Divisão;

Assegurar condições ao funcionamento dos diversos Órgãos Municipais;

Unidade de Gestão Financeira

Competências:

Gerir os recursos financeiros do município;

Gerir o património municipal;

Controlar a execução orçamental;

Assegurar a elaboração dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão;

Coordenar a elaboração do PPI, actividades mais relevantes e orçamentação;

Supervisionar e coordenar as actividades desenvolvidas no âmbito da Unidade.

Divisão de Administração Urbanística e Serviços Urbanos

Competências:

Assegurar todas as tarefas relativas ao eficaz funcionamento dos serviços de espaços verdes e jardins;

Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal;

Elaborar ou dar parecer sobre projectos de interesse municipal;

Programar as actividades de elaboração de estudos e de planos globais ou sectoriais;

Colaborar no planeamento geral dos investimentos municipais;

Coordenar a administração urbanística e territorial;

Propor soluções visando a recuperação ou reconversão urbana de áreas degradadas e a adequação do parque habitacional às necessidades;

Participar na definição e execução da política municipal de habitação;

Colaborar com as Juntas de Freguesia na resolução dos seus problemas, sempre que solicitado pelo órgão executivo, Presidente da Câmara ou Vereador com competência delegada na matéria;

Supervisionar e coordenar actividades desenvolvidas no âmbito da Divisão.

Divisão de Obras Municipais, Abastecimento Público e Equipamentos

Competências:

Programar as actividades de execução de obras, no sentido lato, dos serviços públicos prestados e dos trabalhos operativos relacionados com acções a desenvolver;

Propor a forma de execução das obras tendo em conta a disponibilidade de recursos;

Assegurar a gestão e execução das obras de administração directa; Gerir os trabalhos e os serviços de abastecimento público à população;

Coordenar os trabalhos de desenvolvimento e conservação da rede viária municipal e das redes de abastecimento de água e de saneamento;

Assegurar a gestão do parque de máquinas, viaturas e oficinas municipais;

Supervisionar e coordenar as actividades desenvolvidas no âmbito da Divisão;

Prestar apoio às actividades desenvolvidas pelas juntas de freguesia. Divisão de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Turismo

Competências:

Planificar, coordenar e controlar acções de natureza sócio-cultural, enquadráveis nos domínios da animação cultural e desportiva, equipamentos, património histórico e cultural;

Apoiar grupos sociais que pretendam desenvolver acções sócio-culturais com o objectivo de criar as condições para um acentuado processo de enriquecimento sócio-cultural das populações;

Participar na elaboração dos documentos previsionais, controlar e analisar os custos e proveitos do serviço sócio-cultural e turístico;

Planear e elaborar a programação da Divisão;

Apoiar, em estreita colaboração com outros serviços, grupos sociais que pretendam desenvolver acções e activar a animação sócio-cultural;

Gerir e planificar a utilização e aproveitamento das instalações e dos equipamentos existentes nos domínios do desporto e lazer, de recreio, de cultura e de turismo;

Promover a construção de instalações e equipamentos necessários para satisfazer as necessidades da população e melhorar a prestação de serviços sócio-culturais;

Elaborar ou dar parecer sobre projectos de interesse municipal;

Programar a elaboração de estudos e de planos globais ou sectoriais;

Colaborar com as Juntas de Freguesia na resolução dos seus problemas, sempre que solicitado pelo órgão executivo, Presidente da Câmara ou Vereador com competência delegada na matéria;

Supervisionar e coordenar as actividades desenvolvidas no âmbito da Divisão.

Unidade de Educação e Infância**Competências:**

Planificar, coordenar e controlar acções de natureza sócio-educativa, enquadráveis nos domínios das escolas e ludotecas municipais;

Estabelecer uma política de parcerias activas com organizações com intervenção na área da educação e infância;

Apoiar grupos que pretendam desenvolver acções com o objectivo de criar as condições para um acentuado processo de enriquecimento sócio-educativo das populações;

Participar na elaboração dos documentos previsionais, controlar e analisar os custos e proveitos do serviço sócio-educativo;

Planear e elaborar a programação da Unidade;

Gerir e planificar a utilização e aproveitamento das instalações e dos equipamentos existentes nos domínios da educação e do apoio à infância;

Promover a construção de instalações e equipamentos necessários para satisfazer as necessidades da população e melhorar a prestação de serviços sócio-educativos;

Elaborar ou dar parecer sobre projectos de interesse municipal;

Programar a elaboração de estudos e de planos globais ou sectoriais;

Colaborar com as Juntas de Freguesia na resolução dos seus problemas, sempre que solicitado pelo órgão executivo, Presidente da Câmara ou Vereador com competência delegada na matéria;

Supervisionar e coordenar as actividades desenvolvidas no âmbito da Unidade.

Unidade de Desenvolvimento Económico, Qualidade e Ambiente**Competências:**

Promover a competitividade territorial do Município;

Estabelecer parcerias e promover a cooperação para o desenvolvimento económico do Município;

Orientar e acompanhar processos de investimento produtivo externo;

Participar na definição e execução da estratégia de promoção e marketing territorial do Município;

Gerir os processos de candidaturas a co-financiamento.

Elaborar e promover a concretização do plano informático da autarquia, com o objectivo de uma permanente e crescente modernização administrativa;

Acompanhar a informatização dos serviços, elaborando pareceres e estudos de diagnóstico e propondo medidas de modernização e simplificação de processos;

Dinamizar uma estratégia municipal de defesa, potenciação e promoção do ambiente, dos recursos naturais e da sustentabilidade territorial;

Difundir e incentivar medidas e práticas de racionalização e eficiência energética bem como o recurso a energias renováveis.

Implementar os objectivos e o desenvolvimento das acções de informação, formação, planeamento, coordenação e controlo previstos na lei em termos de protecção civil;

Manter uma estreita articulação com as várias entidades intervenientes em matéria de protecção civil;

Emissão de propostas e de pareceres no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios;

Assegurar a difusão, interna e externa, de informação sobre a actividade municipal assim como de elementos informativos provenientes dos serviços;

Constituem competências comuns a todas as unidades orgânicas da estrutura:

Assegurar o cumprimento das disposições normativas internas ou de carácter geral;

Exercer a gestão participada;

Promover a valorização pessoal, profissional e relacional;

Propor medidas de política sectorial;

Participar na modernização e desburocratização dos serviços;

Instruir de forma completa os processos de decisão;

Executar todos os procedimentos técnicos e administrativos relativos a processos, acções ou actividades da sua responsabilidade;

Elaborar e submeter à aprovação superior instruções, circulares, regulamentos, protocolos e normas no âmbito das atribuições específicas de cada unidade, de acordo com os procedimentos definidos;

Garantir a execução de ordens emanadas de deliberações da Câmara, da Assembleia Municipal, de despachos do Presidente da Câmara ou Vereadores com funções delegadas ou subdelegadas;

Prestar esclarecimentos sobre a actividade nas sessões e reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal;

Assegurar a circulação da informação inter e intra serviços;

Gerir o património afecto à Unidade;

Zelar pelo bom estado de conservação e pela segurança dos bens materiais;

Gerir o pessoal na sua dependência;

Assegurar o cumprimento das respectivas funções específicas;

Colaborar na elaboração dos Documentos Previsionais e de Prestação de Contas;

Supervisionar e coordenar as actividades desenvolvidas no âmbito da Unidade;

Prestar apoio técnico-administrativo ao executivo da Câmara Municipal, assim como apoiar a articulação institucional e com os restantes órgãos autárquicos;

Assegurar a coerência da imagem externa do Município, da Câmara e dos serviços.

No âmbito da estrutura matricial não foi ainda criada qualquer equipa multidisciplinar e não foi igualmente criada qualquer subunidade orgânica.

Paços do Município de Avis, 30 de Dezembro de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Maria Libério Coelho*.

204162171

MUNICÍPIO DA AZAMBUJA**Despacho (extracto) n.º 1070/2011****Organização dos Serviços Municipais**

Faz-se público, de harmonia com o n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que a Assembleia Municipal da Azambuja, em sua reunião ordinária de 21 de Dezembro de 2010, aprovou, nos termos dos artigos 5.º e 19.º do citado decreto-lei, na sequência de proposta aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Azambuja, de 10 de Dezembro de 2010, a revisão à Estrutura Orgânica e Atribuições dos Serviços Municipais, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 21 de Janeiro de 2010.

Publica-se a organização dos serviços municipais aprovada.

Município de Azambuja, 03 de Janeiro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Joaquim António Ramos*.

Anexo B - Ficha de identificação das crianças e jovens que frequentam as
Ludotecas.



Ficha de Inscrição

Ludoteca Municipal de _____

Identificação

Nome _____

Data Nascimento ____ / ____ / ____ Cédula/B.I: nº _____ Cartão Utente nº _____

Frequenta a Escola _____ N.º de Irmãos _____

Filiação

Nome do Pai _____

Data Nascimento ____ / ____ / ____

Nº Telf. Telem. _____

Residência _____

Código Postal _____ - _____ Freguesia _____ Concelho _____

Profissão _____

Nome da Mãe _____

Data Nascimento ____ / ____ / ____ Nº Telf. / Telem. _____

Residência _____

Código Postal _____ - _____ Freguesia _____ Concelho _____

Profissão _____

Encarregado de Educação

Nome _____

Nº Telf. Telem. _____ E-Mail para contacto _____

Residência _____

Código Postal _____ - _____ Freguesia _____ Concelho _____

Data: ____ / ____ / ____

O Encarregado Educação

O Funcionário

Anexo C - Mapa de assiduidade das crianças.

**Anexo D - Plano geral de actividades das Ludotecas Municipais dos
últimos dois anos.**

PLANO ANUAL DAS ACTIVIDADES DE
ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Expressões

ANO LECTIVO 2010/2011

INDICE

- Introdução -----	5
- Competências Gerais -----	6
- Actividades a Desenvolver -----	7
- Formas e Momentos de Avaliação -----	9
- Considerações Finais -----	10
- Planificação Anual para o Ano Lectivo 2010/2011 -----	11
- Anexos -----	13

Apresentação

(...) um conjunto de actividades gratuitas, prazenteiras, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. (Camargo, 1989, p. 19)

O Programa de Enriquecimento Curricular – correntemente designado de AEC – Encontra-se regulamentado pelo Despacho da Ministra da Educação nº 14460/2008 de 26 de Maio, que alterou o Despacho de 12591/2006, de 16 de Junho. As Actividades de Enriquecimento Curricular tiveram início no ano lectivo de 2005/2006 com o Programa, experimental, de Generalização do Ensino de Inglês no 3º e 4º ano de escolaridade e evoluiu para uma oferta de actividades mais abrangente, indo ao encontro do conceito de escola a tempo inteiro.

Para cada criança o tempo escolar deve passar como uma fruição oportuna de uma educação global, nas suas diferentes dimensões, promotora do desenvolvimento. As diferentes dimensões das aprendizagens não devem ser consideradas desligadas, mas sim, interligadas. Esta integração das aprendizagens promove vários tipos de saberes e abrem as portas aos diversos campos do conhecimento.

A Lei de Bases do Sistema de Ensino (1986, art.º 48) considera fundamental para uma “formação integral e a realização pessoal dos educandos” a ocupação dos tempos livres com actividades de “utilização criativa e formativa”. Neste contexto refere-se a actividades de complemento curricular como enriquecedoras de componentes culturais, cívicas, desportivas, artísticas e de inserção na comunidade podendo cada escola ou grupo de escolas apresentar a iniciativa de as fomentar. Realça ainda a importância de as crianças e jovens serem envolvidas “na sua organização, desenvolvimento e avaliação”.

A Declaração dos Direitos da Criança, assinada em 20 de Novembro de 1959 na ONU, manifesta no seu 7º artigo a necessidade legal de se organizarem espaços propiciadores do lúdico-pedagógico e solicita no seu 2º artigo que os adultos proporcionem condições necessárias ao acompanhamento e desenvolvimento integral das crianças.

Salgado (2007) considerou que a opinião das crianças deve ser recebida, não se devendo expressar uma postura de imposição das actividades a desenvolver, pois estas devem acompanhar as disposições, os desejos e as necessidades das crianças. Ignorando as atitudes dominadoras e adoptando uma postura democrática, as crianças devem ser motivadas a participar através da discussão e definição conjunta das actividades que se pretende realizar com elas, adoptando as actividades assim propostas sem qualquer tipo de imposição.

As actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo do ensino básico, devem ser consideradas em si mesmas, uma actividade educativa participada de forma voluntária e um recurso que facilite os processos de ensino – aprendizagem avançando assim com uma componente holística para uma educação e formação global inserida num contexto real, numa conciliação entre o formal e o lúdico

Introdução

“O jogo é o trabalho da criança, é o sem ofício, é a sua vida.”
P. Kergomar

As expressões são momentos informais de imaginação, criação, alegria, convívio, amizade, aprender a fazer..., incentivando a criatividade e o espírito crítico. Ao longo do ano dinamizamos vários domínios de actividades, tais como: expressão plástica, expressão dramática, caracterização de personagens, expressão musical e corporal, modalidades consagradas no âmbito das expressões artísticas como o teatro, dança, jogos, festas populares e tradicionais.

O trabalho desenvolvido tem sido muito diversificado que abrange por exemplo actividades em que todos se sintam implicados : reconstruir tradições na afirmação da identidade local ; considerar e valorizar todo o património com momentos de recreio, educação e cultura.

O presente plano, insere – se no âmbito do programa das Actividades de Enriquecimento Curricular da Escola de 1º ciclo de Avis com o principal objectivo de serem lúdicas, motivadoras e interessantes.

Com este Plano de Actividades pretende-se colocar em prática um projecto com carácter lúdico, cultural e dinâmico, criando actividades de interesse, que conduzam ao envolvimento dos alunos na vida da Escola e da Comunidade, e que contribuam para a formação integral dos mesmos.

Competências Gerais

As actividades de enriquecimento curricular, que nos propomos desenvolver contemplam os seguintes objectivos:

- Desenvolver atitudes de auto-estima, respeito mútuo e regras de convivência que contribuam para a sua educação como cidadãos tolerantes, justos, autónomos, organizados e civicamente responsáveis;

- Desenvolver Actividades Extracurriculares que contribuam para criar nos alunos uma identidade de Escola;

- Fomentar o intercâmbio de saberes e culturas, estabelecendo relações transdisciplinares e o contacto com outras realidades sócio – culturais;

Acções a desenvolver

A área de Expressão abrange vários domínios, que devem estar intimamente relacionados porque se referem à aquisição e aprendizagem de códigos que são meios de relação com os outros, de recolha de informação e de sensibilização estética, indispensáveis para a criança representar o seu mundo interior e o mundo que a rodeia.

As actividades propostas para o presente ano lectivo, como actividades de enriquecimento curricular são as seguintes:

- Actividades de Artes e Espectáculo
- Actividades de Artes Decorativas

As actividades de Artes e Espectáculo, em geral, são tudo aquilo que é produto da inteligência (inspiração), da criação e do trabalho humano. Estas actividades integram diversas áreas de exploração, a partir dos quatro elementos indissociáveis (CORPO – ESPAÇO – ENERGIA e RELAÇÃO), a que deve subjazer a ideia de descoberta e exploração, conferindo oportunidades de desenvolver formas de pensamento e expressão pessoal. Sempre que surge o espectáculo, o corpo move-se num espaço, num tempo energético e num jogo de relações múltiplas.

Sendo a música, o teatro e a dança exercícios artísticos, não deixam por isso de ser lúdicos , produzindo também um desenvolvimento motor e cognitivo.

Objectivos:

- Saber interligar os modos de expressões artísticas: música/ dança/teatro/ interligar a criação com a vida, o conhecimento de si próprio e do mundo.
- Desenvolver a criatividade e a imaginação;
- Usar movimento expressivo como meio de comunicação;
- Desenvolver a compreensão estética através da criação de coreografias apropriadas às suas idades;
- Permitir desenvolver e descobrir aptidões artísticas.

As Actividades de Artes Decorativas terão como finalidade desenvolver e estimular a criatividade, a sensibilidade estética e o gosto pela arte em geral, possibilitando a articulação entre o saber e o saber fazer, a teoria e a prática. Pretende-se desenvolver os interesses artísticos dos alunos, possibilitando o despertar e a descoberta de sensibilidades e “paixões”.

Os alunos entrarão em contacto com diferentes técnicas artísticas, explorando vários meios expressivos e utilizarão variados suportes, pretendendo deste modo desenvolver a motricidade na utilização de diferentes técnicas artísticas e desenvolver nos alunos as suas capacidades criativas.

Neste sentido, ao longo do ano lectivo, os alunos desenvolverão trabalhos no âmbito da pintura, modelação, escultura e colagem.

Em traços gerais pretende-se que os alunos assumam um papel mais activo e participativo na construção da sua própria aprendizagem o que lhes irá permitir formar uma visão mais abrangente e crítica do Mundo que os rodeia.

Objectivos:

- Desenvolver o gosto pela prática do desenho artístico, da pintura, da colagem e da modelação
- Desenvolver a percepção, a sensibilidade, a expressão e comunicação estética;
- Desenvolver a criatividade
- Demonstrar cooperação, autonomia, persistência e organização no trabalho

Formas e Momentos de Avaliação

A avaliação será feita em função da assiduidade, da participação nas actividades, do interesse, do comportamento e das atitudes manifestadas pelos alunos . Todo o trabalho realizado será avaliado no final de cada período lectivo. (*Anexo n.º 1*)

Considerações finais

Este Plano Anual de Actividades/ AECS – Expressões, deve assumir-se como um documento “aberto”, no qual poderão ser inscritas ao longo do ano actividades que considerem pertinentes e oportunas.

O tempo dedicado às expressões tem como objectivo Promover a capacidade de participação e decisão dos tempos verdadeiramente dedicados a serem crianças não comprometendo a capacidade de construir o seu projecto de futuro.

Nas acções a desenvolver, será importante assegurar as indicações lúdicas designadas para estas actividades e atender aos gostos pessoais das crianças, aos seus interesses e à especificidade da sua personalidade.

PLANIFICAÇÃO ANUAL 2010/2011

MÊS	ACTIVIDADES DE ARTES DECORATIVAS	ACTIVIDADES DE ARTES E ESPECTÁCULO	PROPOSTAS DE ACÇÕES A DESENVOLVER
17 a 30 de NOVEMBRO	Outono		
DEZEMBRO	Actividades artísticas relacionadas com o Natal/Família	Teatro de Natal	<ul style="list-style-type: none">- Construção de efeitos de Natal- Decoração de Árvore de Natal- Mensagens de Natal- Ensaios para teatro- Danças de Natal- Canções de Natal- Decoração de espaços públicos- Postais de Natal- Marcadores de Livros com efeito Pai Natal- Pintura de desenhos relacionados com o tema- Pai Natal decorativo- Arvore de natal com dobragens
JANEIRO	<ul style="list-style-type: none">- Actividades relacionadas com as Janeiras- Actividades artísticas relacionadas com a estação do Inverno	- Vamos cantar as Janeiras	<ul style="list-style-type: none">- Coroas de Reis- Aprender canções- Bonecos de Neve- Cartaz alusivo ao Inverno- Marcadores de livros com efeito Boneco de Neve- Bonecos de Neve com impressão de mãos- Pintura de desenhos relacionados com o Inverno- Colagens de Inverno

MÊS	ACTIVIDADES DE ARTES DECORATIVAS	ACTIVIDADES DE ARTES E ESPECTÁCULO	PROPOSTAS DE ACÇÕES A DESENVOLVER
FEVEREIRO	<ul style="list-style-type: none"> - Dia de S. Valentim (actividades relacionadas com o Amor/ Amizade) - Actividades artísticas relacionadas com Carnaval 	<ul style="list-style-type: none"> - Pinturas Faciais 	<ul style="list-style-type: none"> - Corações - Cartas de Amizade - Beijos com mensagens - Flores Corações - Imaginar com corações - Máscaras de Carnaval - Palhaços - Pinturas Faciais alusivas ao tema
MARÇO	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades relacionadas com a Família (Dia do Pai/ Mãe) 	<ul style="list-style-type: none"> - Desfile de Carnaval 	<ul style="list-style-type: none"> - Coreografias de Carnaval - Trabalhos relacionados com dia do Pai/ Mãe - Desenho com caracterização do Pai/ Mãe - Sensibilização para a importância da floresta levando os a fazer um desenho no campo
ABRIL	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades Artísticas relacionadas com a Páscoa 	<ul style="list-style-type: none"> - Dia Mundial da Dança 	<ul style="list-style-type: none"> - Ovos da Páscoa - Coelho da Páscoa - Ensaios para o espectáculo do Dia Mundial da Dança
MAIO	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades Artísticas com dobragens 	<ul style="list-style-type: none"> - Feira Medieval - Jogos no exterior 	<ul style="list-style-type: none"> - Dedais - Gato - Pássaros - Danças Medievais
JUNHO	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades artísticas para o espaço do Arraial das “ Marchas Populares” 	<ul style="list-style-type: none"> - Marchas Populares 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender danças - Bandeiras - Manjericos

Anexos

1 - Quadro de Avaliação das Actividades de Enriquecimento Curricular
Ano Lectivo 2010/2011;

2 - Quadro de Presenças das Actividades de Enriquecimento Curricular
Ano Lectivo 2010/2011;

3 - Material necessário.

**Quadro de Avaliação das Actividades de Enriquecimento Curricular
Ano Lectivo 2010/2011**

Período-----

Turma-----

Actividade-----

Professor(a)-----

Nome	Assiduidade			Participação	Interesse	Comportamento	Avaliação Final
	Aulas	Presenças	Faltas				

Observações:-----

Legenda: NV-Não Revela; R-Revela;RV-Revela Claramente

**MATERIAL NECESSÁRIO PARA AS AULAS DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR -
EXPRESSÕES**

Descrição do Material	Quantidades	Observações
Marcadores Grossos	5 Caixas	
Marcadores Finos	5 Caixas	
Lápis de Cor	5 Caixas	
Lápis de Cera	5 Caixas	
Colas UHU	10 Embalagens Grandes	5 tubos em batons e 5 tubos em cola normal.
Fita Cola Grossa	5 Rolos	
Tesouras	40 Unidades	
Tesouras de Bicos	1 Unidade	
Borrachas	10 Unidades	
Lápis de Carvão	40 Unidades	
Afias	5 Unidades	
Cartolinas	40 Unidades	
Pincéis	50 Unidades	Vários Tamanhos
Tintas Cenográficas	6 Cores sortidas	Amarelo, Vermelho, Preto, Azul, Verde e branco

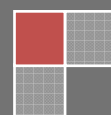
*Este material é pedido em função das necessidades para aulas de Enriquecimento Curricular/
Expressões em Avis

2011

Plano de Actividades

Ludotecas Municipais do Concelho de Avis

Educar “num espírito de paz, dignidade, tolerância, igualdade e solidariedade”



Plano de Actividades das Ludotecas Municipais do Município de Avis 2011

“Aproximar gerações”

“Compreender os gostos, superstições e credices; recuperar a gastronomia, traje e rituais; conversar a arquitectura espontânea e artesanato; reabilitar os trabalhos, artes e ofícios; ouvir e registar a poesia, narrativas, lendas e modos de falar; partilhar a festa, danças, cantares e jogos; entender as lutas; experimentar as mezinhas; delinear os traços de carácter: apreciar a ironia dos ditos e alcunhas e a sabedoria dos provérbios; em suma, conhecer os valores, saberes, práticas e representações que dão corpo ao seu quotidiano e conferem um sentido à sua existência.”¹

Carla Nunes

Educar *“num espírito de paz, dignidade, tolerância, igualdade e solidariedade”²*

¹ Retirado do Jornal a “Ponte” de Dezembro de 2000,

² Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989

ÍNDICE

<i>Plano de Actividades das Ludotecas Municipais do Município de Avis 2011</i>	2
INTRODUÇÃO	4
CARACTERIZAÇÃO DAS LUDOTECAS MUNICIPAIS	5
O PERFIL DO ANIMADOR ... NA LUDOTECA	7
PLANIFICAÇÃO DOS TEMAS / ACTIVIDADES	8
COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER	8
EVENTUAIS ARTICULAÇÕES TRANSDISCIPLINARES	9
PRIORIDADES E DIFICULDADES A SUPERAR NO DESENVOLVIMENTO DO PLANO	10
<i>Considerações finais</i>	11
BIBLIOGRAFIA	13
ACTIVIDADE	15
OBJECTIVOS	15
CALENDÁRIO/LOCAL	15
DESTINATÁRIOS	15
ACTIVIDADE	16
OBJECTIVOS	16
CALENDÁRIO/LOCAL	16
DESTINATÁRIOS	16
ACTIVIDADE	17
OBJECTIVOS	17
CALENDÁRIO/LOCAL	17
DESTINATÁRIOS	17
ACTIVIDADE	18
OBJECTIVOS	18
CALENDÁRIO/LOCAL	18
DESTINATÁRIOS	18
ACTIVIDADE	19
OBJECTIVOS	19
CALENDÁRIO/LOCAL	19
RECURSOS	19
ACTIVIDADE	20
OBJECTIVOS	20
CALENDÁRIO/LOCAL	20
RECURSOS	20
ACTIVIDADE	21
OBJECTIVOS	21
CALENDÁRIO/LOCAL	21
RECURSOS	21
ACTIVIDADE	22
OBJECTIVOS	22
CALENDÁRIO/LOCAL	22
DESTINATÁRIOS	22

ACTIVIDADE	23
OBJECTIVOS	23
CALENDÁRIO/LOCAL	23
DESTINATÁRIOS.....	23
ACTIVIDADE	24
OBJECTIVOS	24
CALENDÁRIO/LOCAL	24
DESTINATÁRIOS.....	24
ACTIVIDADE	25
OBJECTIVOS	25
CALENDÁRIO/LOCAL	25
DESTINATÁRIOS.....	25
ACTIVIDADE	26
OBJECTIVOS	26
CALENDÁRIO/LOCAL	26
DESTINATÁRIOS.....	26
O MUNICÍPIO DE AVIS AGRADECE A SUA COLABORAÇÃO.....	28

Anexos

Anexo n.º 1 – Quadros de Planificação Mensal

Anexo n.º 2 – Auscultação do grau de satisfação dos encarregados de educação

Introdução

O presente documento visa apresentar um projecto lúdico pedagógico para o Concelho de Avis, tendo por referência as características sócias – culturais do meio. Na fase inicial é importante definir as prioridades possíveis, ajuizar propósitos qualitativos (atitudes, comportamentos) e quantitativos (infra – estruturas) e as acções adequadas, não descuidando o carácter diacrónico de todo o processo de desenvolvimento da comunidade.

As actividades reunidas neste plano, tem como objectivo primeiro, falar de práticas onde a criança é sujeito – construtora de um espaço e de um quotidiano com significados para ela própria e parceira de adultos nos processos de desenvolvimento e de requalificação da comunidade e da própria escola.

O plano que se apresenta é um instrumento de gestão rigoroso, que pretende ser usado como ponto de referência e está organizado em duas partes. A primeira que enquadra a conceptualização, ainda de forma breve, da animação infantil nos propósitos das Ludotecas Municipais, caracterização, princípios pedagógicos e funções. A segunda parte apresenta o plano geral de actividades para cada mês do ano 2011, as dificuldades a superar, competências a desenvolver, eventuais articulações transdisciplinares e recursos.

Caracterização de alguns aspectos do Concelho de Avis

O concelho de Avis, “ *as terras do Mestre*”, é hoje o resultado de muitas histórias, recentes e antigas. O passado deixou as suas marcas nos monumentos, nas histórias e nas tradições que se mantêm ainda vivas pelo trabalho dos historiadores, pela sabedoria popular e pela memória das gentes que, com a sua arte e engenho, as transpõem para o artesanato, que nasce da sua dedicação, e para a gastronomia, que reflecte as riquezas e os hábitos locais. *Anexo n.º 2 caracterização de alguns aspectos do Concelho*³

³ Informações recolhidas do diagnóstico social de Avis 2002

Caracterização das Ludotecas Municipais

As Ludotecas têm duas salas amplas com luminosidade, foram equipadas com o mobiliário novo no início de 2006, com jogos didácticos variados e material de desgaste para uso das crianças durante as actividades que elas próprias pretendem desenvolver.

Os jogos existentes são variados e dividem-se em jogos funcionais, de ficção, de construção e colectivos, como os brinquedos que permitem à criança analisar o mundo e construir a sua personalidade.

O espaço está dividido em três zonas distintas: zona para brincar e experimentar brinquedos, zona de jogo e zona de actividades artísticas ou de expressão plástica, em que a criança se sente a vontade para realizar actividades próprias de sua idade, revelando suas habilidades, capacidades, inteligências, competências e potencialidades numa atmosfera lúdica, recreativa e persuasiva. O espaço é acolhedor, colorido e com uma panóplia de materiais à disposição, *“especialmente pensados para crianças e adolescentes, que têm como prioridade desenvolver a personalidade da criança principalmente através do jogo e do brinquedo”*⁴

Princípios pedagógicos das Ludotecas do Município de Avis

As ludotecas assentam os seus objectivos de forma a promover a prossecução dos direitos universais das crianças e, em particular, a igualdade de oportunidades de acesso aos brinquedos, jogos e actividades lúdicas e ao direito de brincar conforme art. 31º da declaração dos direitos da criança, definindo como objectivo global e geral: - *Favorecer o desenvolvimento da pessoa humana numa dinâmica de inter- actuação Lúdica.*

Pretendem - se aumentar a eficiência e eficácia das intervenções sobre as problemáticas mais prementes que afectam as crianças deste concelho, através de uma abordagem pelo lúdico (Educação Não Formal), que incida directamente na Educação Formal;

Promover um trabalho conjunto com as famílias em geral, mas com um enfoque particular na intervenção em situações de exclusão social, no sentido da sensibilização, participação e conhecimento da importância do desenvolvimento integral das crianças;

⁴ Maria de Borja Sole, (1992) – *O jogo Infantil (Organização de Ludotecas) Instituto de apoio à criança Lisboa, pág.31.*

Incentivar a participação das comunidades nas iniciativas desenvolvidas, respeitando a originalidade e particularidade dos seus contextos, contribuindo para uma maior integração das crianças e respectivas famílias.

Promover o bem-estar e o desenvolvimento pessoal e social da criança, com base em experiências de vida democrática, numa perspectiva de pluralidade cultural e de educação para a cidadania;

Funções de Animação Lúdico - Pedagógica das Ludotecas

As funções de animação lúdica e pedagógica das ludotecas estão relacionadas com os objectivos educativos e sócio culturais do próprio projecto. Sendo assim podemos definir:

a)- Função Comunitária e Sócio Cultural – A intervenção das ludotecas pode enquadrar - se na intervenção directa com as crianças e jovens atendendo a todo o contexto social envolvente, indispensável ao seu próprio funcionamento, de forma recíproca. Apoiar e apoiar-se na comunidade, valorizando a sua diversidade cultural e institucional.

b) – Função sócia económica – Estes espaços pode contribuir para separar a desigualdade de oportunidades de crianças e jovens dos meios sociais mais carenciados, não só em termos de material lúdico, como de acompanhamento de espaços alternativos alheios ao estatuto sócio económico.

c) Função de avaliação, investigação e desenvolvimento – Função essencial ao processo de crescimento de qualquer organização. Esta avaliação conjunta do desempenho é importante desta sinergia de esforços, já que acima da planificação e desenvolvimento de iniciativas pontuais, se revela fundamental para uma prática de auto – crítica essencial ao trabalho de grupo.

O perfil do Animador ... Na Ludoteca

O animador da Ludoteca deve ser um elemento desencadeador e facilitador de aprendizagens, de forma a contribuir para a dinâmica de um espaço agradável, permitindo um desenvolvimento equilibrado a todos os frequentadores.

É importante que domine algumas técnicas indispensáveis para o exercício das suas funções, possuindo entre outras, competências ao nível humano, técnico profissional e pedagógico, integrando - se em dois grupos de competências inerentes ao

perfil do Animador Sociocultural: Competências Psicossociais e Competências Técnicas.

Quando o Animador está inserido num contexto relacional com um grupo, deverá atender às suas características individuais, às de cada um dos elementos do grupo e, também, às características e dinâmicas do próprio grupo.

A personalidade, as formas comunicar, as crenças, as expectativas, as funções e os objectivos de cada um são determinantes para o estabelecimento da relação lúdica e pedagógica.

Planificação dos temas / actividades

Para qualquer desenvolvimento, principalmente para o que pretende projectar - se na comunidade local, é inevitável uma planificação que outorgue um sentido prospectivo, aberto a uma visão optimista do futuro, dando resposta às necessidades e exigências existentes, estabelecendo prioridades, formulando objectivos, assegurando adequação e distribuição dos recursos disponíveis, acomodando as metodologias e actividades, avaliando os processos e resultados, num espaço - tempo que, mais além da valorização do passado, reclama a introdução e a continuação estratégica da inovação.

Anexo n.º1⁵ Quadros de planificação mensal

De uma forma geral, a calendarização das actividades respeita a dos anos anteriores, à excepção do Ludo - acampamento, uma vez que se apresentamos a proposta da sua concretização para o final mês de Julho.⁶

Para os temas enalteçemos as visitas, passeios e festas da localidade, organizando espaços de descoberta, partilha e de desenvolvimento pessoal, cultural e social dos intervenientes.

Competências a desenvolver

Com base na Psicologia da Educação, acredita-se que, por meio do lúdico, a criança pode elaborar anseios e fantasias, aprender a lidar com o ganhar e o perder,

⁵ *Quadros de planificação mensal das actividades a desenvolver durante o ano 2011 no Concelho de Avis com as Ludotecas.*

⁶ *No anos anteriores a actividade realizou - se no final do mês de Agosto.*

aprender a administrar sua angústia, diminuir sua ansiedade diante dos conflitos, de situações complexas e confusas, além de gerar prazer, motivação e experimentação.

É possível, ainda, por intermédio da actividade lúdica, compreender a coincidência entre o espaço de aprendizagem e o espaço de jogar, além da constituição dos processos que compõem a aprendizagem.

Expressão dramática - Desenvolver o sentido de apreciação estética do mundo; promover o gosto pela leitura; desenvolver as competências de leitura, compreensão escrita e expressão oral em Língua Portuguesa; utilizar a linguagem corporal e usá-la para expressar sentimentos e ideias; desbloquear a comunicação verbal e não verbal; explorar a dimensão da palavra;

Expressão musical - Desenvolver estratégias que conduzam as crianças à vivência, experimentação e compreensão dos diversos géneros musicais; promover o conhecimento e interesse pela execução musical; compreender e experimentar a produção e montagem de um espectáculo; fomentar o espírito de tolerância, solidariedade, cooperação e respeito pelos outros.

Expressão plástica – Observar e manipular vários tipos de materiais e matéria, de forma criativa, como, também, de comunicar ao exterior a sua particular visão do meio, a sua aquisição permanente de noções e a necessidade de partilhar com os outros o seu estado emocional.

Eventuais articulações transdisciplinares

Diversos autores (BITTENCOURT; FERREIRA, 2002; SANTOS, 2006; SOARES; PORTO, 2006; PIMENTEL, 2006) asseveram que as actividades lúdicas constituem-se de actividades primárias, que trazem grandes benefícios de vários pontos de vista: físico, psíquico, intelectual, cognitivo, social, moral, afectivo, emocional, pedagógico, estético, artístico e cultural.

Os estudos que articulam os benefícios do lúdico ao *desenvolvimento da pessoa humana* acrescentam ainda os benefícios fisiológicos e psicossociais, relacionados à saúde e ao desenvolvimento motor; à formação do carácter, à tolerância, à cooperação,

ao rendimento escolar; ao desenvolvimento de funções mentais como a atenção, a memória, o raciocínio e ao desenvolvimento da linguagem em suas diversas possibilidades (MIRANDA, 2002; GOMEZ, 2001; ESTRADA, 2001). Lorenzetto (2001), acrescenta ainda que o comportamento desencadeado pelas actividades lúdicas é também uma das formas de se estimular a capacidade de expressão, onde Schwartz (1999), define algumas relações, entre o lúdico, expressão e a arte, dizendo que possuem uma carga afectiva e emocional, a qual intervém positivamente nos indivíduos.

Prioridades e dificuldades a superar no desenvolvimento do plano

Desenvolver uma atitude reflexiva, criativa e inventiva de forma a desenvolver as actividades com sentido inovador, ultrapassando eventuais rotinas, conciliando aprendizagem, informação, de modo a alcançar um espaço lúdico, pedagógico, criativo e interactivo;

Formação relacionada com a exploração e apropriação de técnicas/ materiais, visando a realização de práticas expressivas nos espaços lúdicos, de modo a melhor participarem no desenvolvimento integral das crianças.

Adquirir material didáctico e de desgaste necessário para o desenvolvimento das actividades, tal como a aquisição de brinquedos, jogos e de algum mobiliário para o enriquecimento lúdico e estético dos espaços.

Elaborar e aprovar um regulamento das normas de funcionamentos das Ludotecas Municipais do Município de Avis.⁷ (*Anexo nº4- Proposta para o Regulamento das Ludotecas Municipais*)

Recursos Humanos

Os valores indicados no quadro abaixo, são relativos ao pessoal a exercer funções públicas nas Ludotecas Municipais do Concelho de Avis

Quadro 1

Grupo de pessoal	Número
Técnicos Superiores	3

⁷ Proposta de regulamento interno em anexo

Animador sócio Cultural	1
Assistente técnico	10
Assistentes operacional	1

Recursos de bens e serviços

Material que contribua para o enriquecimento e incentivo das práticas das expressões nas Ludotecas (plástica, musical, dramática...);

Infra-estrutura, materiais e equipamentos disponíveis para o desenvolvimento das actividades planificadas;

Processo de avaliação

O processo de avaliação do Plano de Actividades deve ser entendido por todos os intervenientes, como um processo participado e colaborativo, e que na prática, proporcione melhores dinâmicas e actividades lúdicas.

O objectivo do processo de avaliação é registar dados sobre a opinião do público-alvo, fazendo a sua recolha através da aplicação de um questionário, no sentido de conhecer as várias opiniões e sugestões dos Pais ou Encarregados de Educação das crianças que frequentam as Ludotecas Municipais do Concelho de Avis.⁸ *Anexo n.º3 Proposta de questionários a aplicar aos pais ou Encarregado de Educação*

Considerações finais

No plano de actividades que se apresenta, pretende – se conceder espaços às crianças, respeitar a sua cultura, conferir – lhes protagonismo, incentivar o ser construtor de uma cidadania responsável, solidária, empenhada e crítica.

A dinamização de projectos lúdicos, qualifica outras formas de socialização e aprendizagem, que podem ocorrer em contextos de trabalho, nas relações de vizinhança, na vida comunitária e associativa e nos movimentos sociais em geral. Sendo assim, o

⁸ *Proposta de inquérito a aplicar aos Pais ou Encarregados de educação das crianças que frequentam as Ludotecas Municipais do Concelho de Avis.*

programa que se apresenta é outra modalidade educativa capaz de resgatar a participação e a cidadania para o espaço público e comunitário de Educação, com a pertinência de partir de temas e actividades concretas para o enunciado de conteúdos a abordar transversalmente.

No domínio da pluralidade cultural, da educação para a cidadania, do progresso da ciência, relativamente às novas tecnologias, sentimos a necessidade de novas oportunidades, novas sinergias com outros públicos, de forma a enaltecer a troca de experiências entre cidadãos, entre comunidades, a transmissão do saber tradicional e popular e promover “ *O diálogo e a aproximação de gerações*”.

Bibliografia

BITTENCOURT, R. G.; FERREIRA, M. D. M. *A importância do lúdico na alfabetização*. 36 f. Monografia (Conclusão do Curso de Pedagogia) - Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, Manaus, 2002.

PIMENTEL, S. C. O especial dos jogos e brincadeiras no atendimento às diferenças. Temática: Educação, arte e ludicidade. *Revista FAEBA: Educação e contemporaneidade*, Salvador, v. 15, n. 25, p. 147-156, jan./jun., 2006.

ESTRADA, P. R. Actividad física y salud mental. *Revista Digital*, Buenos Aires, año 7, n. 40, set. 2001. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd40/smental.htm> >. Acesso em: 24/09/10

GOMEZ, H. El juego y juguete, elementos trascendentales en el acto lúdico del hombre. *Revista Digital*, Buenos Aires, año 7, n. 40, set. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd40/juego.htm>>. Acesso em: 24/09/2010.

LORENZETTO, L. A. A coragem de brincar. *Revista Motriz*, v. 17, n. 1, p. 53-56, jan/jun. 2001.

MIRANDA, N. *210 Jogos infantis*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

SANTOS, M. J. E. Ludicidade e educação emocional na escola: limites e possibilidades. Temática: Educação, arte e ludicidade. *Revista FAEBA: Educação e contemporaneidade*, Salvador, v. 15, n. 25, p. 27-42, jan./jun., 2006.

SOARES, I. M. F.; PORTO, B. S. Se der a gente brinca: crenças das professoras sobre ludicidade e actividades lúdicas. Temática: Educação, arte e ludicidade. *Revista FAEBA: Educação e contemporaneidade*, Salvador, v. 15, n. 25, p. 55-78, jan./jun., 2006.

Anexo n.º 1

Quadros com a planificação mensal

JANEIRO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local		Destinatários	
<p>“ <i>Vamos Cantar as Janeiras</i> “</p> <p>Cantar as típicas cantorias da tradição portuguesa para desejar a todos um feliz ano novo.</p>	<p>Conhecer as tradições festivas relacionadas com o Natal;</p> <p>Preservar e reavivar Tradições;</p>	06701/2010 - <i>Quinta – Feira</i> 14h30m		Comunidade educativa, associações, colectividades e população em geral	
		Freguesia	Local		Recursos
		Alcórrego	Associação de reformados, pelas ruas		
		Aldeia Velha	Principais ruas da freguesia	Bolo-rei para todas as freguesias Avis Equipamento de Som; Microfones	
		Avis	Igreja Matriz / Pelourinho		
		Benavila	Centro de convívio	Organização	
		Ervedal	Junta de Freguesia	Município de Avis e Juntas de Freguesia	
		Fig.Barros	Principais ruas da freguesia		
Valongo	Lar e Principais ruas da freguesia				

Nota: - Participação e colaboração dos Professores das A.E.C e toda a comunidade educativa

FEVEREIRO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local	Destinatários
S. Valentim <i>“ O Amor e a Amizade andam no Ar “</i>	Incutir nas crianças a tradição subjacente ao tema; Realizar uma festa alusiva ao amor e amizade; Exprimir sentimentos.	14/02/2011 Ludotecas Municipais	Crianças que frequentam as Ludotecas
			Recursos
			Avis: Equipamento de Som
<i>“ Caixinha das Expressões”</i> <i>“ O dia da paródia a contar anedotas”</i>	Explorar características e possibilidades da expressão plástica e dramática; Promover emoções pintadas, escritas e faladas; Comemorar o dia do Comediante; Pesquisar anedotas infantis.	31 De Janeiro a 11 de Fevereiro	Crianças que frequentam as Ludotecas
			Recursos
			Material necessário para as práticas das Expressões nas Ludotecas: <i>Plástica, musical e dramática.</i>

MARÇO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local	Destinatários	
Desfiles de Carnaval	<p>Promover a tradicional arruada do Entrudo em Avis e Freguesias;</p> <p>Interagir com a comunidade e valorizar usos e costumes;</p> <p>Proporcionar um clima de alegria e diversão;</p> <p>Desenvolver a capacidade</p> <p>Conhecer e contactar com diferentes materiais.</p>	Avis - 8 de Março	População em geral	
		Freguesia	Local/ Data	Recursos
		Alcórrego	Junta de Freguesia 06/03/2011	Equipamento de som Material necessário para a confecção de fatos e decoração de carros alegóricos
		Aldeia Velha	Casa do Povo 06/03/2011	
		Avis	Pavilhão Municipal 08/03/2011	
		Benavila	Casa do Povo 05/03/2011	
		Ervedal	Junta de Freguesia 06/03/2011	
		Fig.Barros	Junta de Freguesia 06/03/2011	
Valongo	Junta de Freguesia 06/03/2011			
Festa do 6º Aniversário da Ludoteca Municipal de Figueira e Barros	<p>Desenvolver a imaginação e a criatividade individual e de grupo;</p> <p>Envolver a comunidade.</p>	19/03/2011 - 16h Salão da Freguesia de Figueira e Barros.	<p>Recursos</p> <p>Equipamento de som. Apoio da Freguesia de Figueira e Barros</p>	
Dia do Pai	<p>Valorizar a figura paterna como elemento fundamental no equilíbrio afectivo da criança;</p> <p>Salientar a importância da família;</p> <p>Fomentar e fortalecer laços familiares.</p>	<p>13 a 19/03/2011</p> <p>Ludotecas Municipais</p> <p>Crianças que frequentam as Ludotecas</p>	<p>Recursos</p> <p>Material necessário para as práticas das Expressões nas Ludotecas.</p>	
Dia Mundial da Floresta	<p>Sensibilizar a criança para a importância das árvores na natureza;</p> <p>Motivar a criança para a preservação e protecção da natureza.</p>	<p>21 a 26/03/2011</p> <p>Ludotecas Municipais</p>	<p>Destinatários</p> <p>Crianças que frequentam as Ludotecas</p>	

Nota: A calendarização dos Desfiles de Carnaval estão sujeitas a alterações.

ABRIL

Actividade	Objectivos	Calendário/Local	Destinatários
Páscoa nas Ludotecas	Festejar a época Pascal e conhecer as suas tradições; Fomentar o convívio e partilha entre todos os intervenientes; Promover actividades lúdicas relacionadas com o tema.	1 a 16/04/2011 Ludotecas Municipais	Crianças que frequentam as Ludotecas.
			Recursos
			Vários tipos de material: <i>Lãs , tecidos, objectos recuperados, jornal, papel colorido,...</i>
25 Abril “ Revolução dos Cravos “	Abordar de uma forma simples, criativa e divertida a revolução do 25 Abril, de modo a que as crianças percebam importância desta data.	3º Semana de Abril	Crianças que frequentam as Ludotecas.
			Recursos
			Apoio das Juntas de freguesia; Material de expressões artísticas.
Noite de espectáculo com as Ludotecas Municipais, no âmbito do Dia Mundial da Dança.	Enriquecer e valorizar o património físico, cultural e artístico; Desenvolver a criatividade e a imaginação; Promover o gosto pelas expressões artísticas.	29 de Abril Auditório Municipal	Destinatários
			Crianças que frequentam as Ludotecas

Nota: - A calendarização do espectáculo de dia Mundial da Dança está sujeito a alterações. Tema do espectáculo e programa a definir

MAIO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local	Recursos
<p>“ Feira Medieval “ Participação no Cortejo Régio pelas ruas do Burgo; Bailias e Folias no pátio do Castelo.</p> <p>Dramatização da Lenda “Moura encantada”</p>	<p>Incentivar a participação na Feira Medieval através do uso de trajes típicos do período Medieval;</p>	<p>Data e hora em função da programação da feira</p>	<p>Trajes para crianças e famílias</p>
	<p>Proporcionar aos que visitam a Feira um conjunto de recreações históricas e de animação ao vivo alusivas à época Medieval;</p> <p>Envolver os familiares das crianças na participação da feira.</p>		<p>Destinatário</p> <p>Professores, Educadores de Infância, animadores sócio culturais e população em geral</p>

JUNHO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local		Recursos	
“ Festa da Criança”	Comemorar o Dia Mundial da Criança; Proporcionar momentos de alegria; Sensibilizar a comunidade escolar para a importância dos direitos das crianças; Garantir a todas o direito de brincar; Dinamização do espaço com actividades lúdica.	01/06/2011 Relvado das Piscinas do Clube Náutico.		Pinturas Faciais; Insufláveis; Baldões de modelar; Jogos; Tenda e Equipamento de som para a Discoteca; Pipocas e Sumo; Material de expressões Artísticas para os atelies.	
				Destinatário	
				Alunos do Agrupamento Vertical de Escolas de Avis; População em Geral.	
Santos Populares	Preservar a tradição dos Santos Populares; Conhecer e participar em festas/tradições e costumes da comunidade, vivendo-as como manifestações culturais; Comemorar os Santos Populares; Desenvolver a criatividade e a imaginação; Promover e interagir Ludoteca/ comunidade.	Freguesia	Local	Recursos	
		Avis	11 de Junho	Tecidos para a elaboração dos fatos; Barraquinhas para o Arraial; Lanche para todos os participantes; Transporte para todos os participantes.	
		Alcórrego	17 de Junho	Destinatários	
		Ervedal	2 de Julho	Crianças que frequentam as Ludotecas, familiares e população em geral	
		Benavila	24 de Junho		
		Aldeia Velha	25 de Junho		
		Figueira Barros	26 de Junho		
		Valongo	18 de Junho		
		Maranhão	9 de Julho		

Nota:

Programa da “ Festa da Criança” a definir.
Datas dos Santos Populares sujeitos a alterações.

Julho

Actividade	Objectivos	Calendário/Local	Recursos
Marchas Populares	Proporcionar uma noite de arraial na freguesia do Maranhão	9 Julho Maranhão	Lanche para todos os participantes; Barraquinha para Quermesse; Mesas e cadeiras.
Dia Dos Avós	Convidar os avós das crianças ou outros idosos para contar histórias; Organizar a festa dos Avós.	- 26/07/2011	Destinatários Crianças que frequentam as Ludotecas, familiares e população em geral
Ludo-Acampamento	Dar a conhecer o Património Natural da zona envolvente à Barragem do Maranhão; Dinamizar actividades desportivas e de Educação Ambiental; Sensibilizar as crianças para a necessidade da preservação do Património Natural e Ambiental; Realizar actividades de diversão e jogos integrados na natureza.	20, 21 e 22 de Julho Parque de Campismo de Avis	Transporte para as crianças. Refeições e lanches Destinatários Crianças que frequentam as Ludotecas Municipais

Nota: Data do Ludo- Acampamento está sujeita a alterações. Programa do Ludo- Acampamento a definir.

AGOSTO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local	Destinatários
Mês das Expressões	<p>Estimular o desenvolvimento da competência do saber fazer;</p> <p>Enriquecer e valorizar o património físico, moral, cultural e artístico;</p> <p>Desenvolver a criatividade e a imaginação;</p> <p>Promover o gosto pelas expressões artísticas;</p> <p>Promover a reciclagem e reutilização de materiais nas diferentes vertentes da produção artística.</p>	Durante o mês de Agosto	<p>Crianças que frequentam as Ludotecas</p> <hr/> <p>Recursos</p> <p>Material que contribua para o enriquecimento e incentivo das práticas das Expressões nas Ludotecas: <i>Plástica, musical e dramática</i></p>
Aniversário Ludoteca Municipal de Aldeia Velha	Participar em festas e costumes da comunidade	Data em função das Festa de Aldeia Velha	<p>Crianças que frequentam a Ludoteca</p> <hr/> <p>Recursos</p> <p>Apoio da Junta de Freguesia</p>

SETEMBRO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local	Destinatários
<i>Tempo de Voltar à Escola</i>	Promover a relação entre as crianças; Programar o início do ano lectivo.	2ª Semana de Setembro	Crianças que frequentam as Ludotecas
Participação e actividades na Feira Franca	Participar em festas e costumes da comunidade	Fim-de-semana da Feira Franca	Crianças que frequentam as Ludoteca
			Recursos
			Equipamento de som

OUTUBRO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local	Destinatários	
Participação Na Feira das Sopas “ Saber Comer, para Saber Viver “	Consciencializar a comunidade para o valor nutricional da sopa e para a sua importância na alimentação do quotidiano; Promover um aumento do consumo de produtos hortícolas por parte das crianças; Promover hábitos de higiene alimentares.	Data do evento a definir pelo Agrupamento Vertical de Escolas de Avis	Todas as crianças, familiares e visitantes da feira.	
			Recursos Equipamento de som e ingredientes necessários para a confecção da sopa	
Festa das Bruxas “ Doçura ou Travessura “	Explorar outras tradições culturais; Promover a criatividade e imaginação; Explorar situações de insegurança; Promover a convivência social.	29/10/2011 15h às 19h	Crianças que frequentam as Ludoteca	
		Freguesias	Local	Recursos
		Alcórrego	Junta de Freguesia	Equipamento de som
		Aldeia Velha	Casa do Povo	
		Avis	Jardim Municipal	
		Benavila	Ludoteca	
		Ervedal	Jardim do Rossio	
		Fig. Barros	Junta de Freguesia	
		Valongo	Casa do Povo	
Festa de 7º Aniversário da Ludoteca Ervedal	Proporcionar às crianças e jovens a participação em actividades de diversão e recreação	08/10/2011 - Junta de Freguesia	Crianças que frequentam as Ludoteca	

Nota:

Participação dos professores das A.E.C., biblioteca Municipal na festa das bruxas e de toda a comunidade educativa.

NOVEMBRO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local		Destinatários
Magusto – <i>Aproximar Gerações</i> “S. Martinho, arre burrinho, arre burrinho, castanha assada e muito suminho.”	Reviver o S.Martinho de forma Lúdica e criativa;	11/11/2011- 14h30m		Todas as crianças da comunidade educativa e comunidade local
	Fomentar o convívio com a comunidade em geral;			
	Partilhar atitudes de partilha e de socialização das crianças;	Freguesia	Local	Recursos
	Conhecer costumes e tradições da nossa gente;	Avis	Pelourinho	Apoio das juntas de freguesia
	Desenvolver/preservar tradições locais	Alcórrego	Recinto das Festas	
		Ervedal	Rossio	Equipamento de som, assadores e outros bens: <i>guardanapos, copos, pão, castanhas, sumos, chouriços, bolos,...</i>
		Benavila	Jardim publico	
		Aldeia Velha	Casa do Povo	
	Figueira Barros	Junta de Freguesia		
	Valongo	Ludoteca		

Nota:

Participação e colaboração dos professores das A.E.C., biblioteca Municipal e toda a comunidade educativa.

DEZEMBRO

Actividade	Objectivos	Calendário/Local		Destinatários
Natal “ <i>A Minha Terra no Natal “ a Aproximar Gerações</i> ”	Fomentar o espírito natalício e o verdadeiro significado do Natal;	Festas de Natal com as Ludotecas		Comunidade educativa e população em geral
	Proporcionar um espaço de convívio entre crianças, pais, familiares e comunidade;	Freguesia	Local	Recursos
	Desenvolver a criatividade e o sentido estético;	Avis	Auditório Municipal 10/12/ 2010, 21h30m	Apoio das Juntas de Freguesia. Equipamento de Som
	Reconhecer a família como unidade essencial da nossa vida;	Alcórrego	Junta de Freguesia 18/12/2011, 19h	
	Desenvolver nas crianças o sentido de cooperação e de responsabilidade.	Ervedal	Junta de Freguesia 17/12/2011, 19h	
		Benavila	Casa do Povo 16/12/2011, 19h	
		Aldeia Velha	Casa do Povo 10/12/2011, 16h	
		Figueira Barros	Junta de Freguesia 11/12/2011, 16h	
		Valongo	Ludoteca 19/12/2011, 20h30m	

Nota:

A calendarização das Festas de Natal está sujeita a alterações

Anexo n.º 2

Auscultação do grau de satisfação dos encarregados de educação

(nome do projecto/ Actividade)

Tendo em vista uma avaliação do trabalho desenvolvido neste evento, agradecemos que responda aos seguintes itens, assinalando a opção escolhida com X.

(1 = Muito Mau; 2 = Mau; 3 = Suficiente; 4 = Bom; 5 = Muito Bom)

A) Oportunidade e tema	1	2	3	4	5
B) Metodologia utilizada	1	2	3	4	5
C) Aspectos organizacionais	1	2	3	4	5
D) Horário e gestão do tempo	1	2	3	4	5
E) Cenários e caracterização	1	2	3	4	5
F) Satisfação das expectativas	1	2	3	4	5

Gostei especialmente:

Não Gostei:

Sugestões de melhoria:

O Município de Avis agradece a sua colaboração

Plano Anual de Actividades da Componente de Apoio à Família 2010/2011

Apresentação

A Educação de Infância assume-se, como um contributo fundamental para o subsequente sucesso pessoal e escolar da criança, no pressuposto de que *“não se começa a construir pelo topo; que o que na base não é, não o pode ser nas fases posteriores; que o que no início é incipiente, no desenrolar do percurso é, muito provavelmente, deficiente”* (Correia, cit. por Homem, 2002, p. 23).

Para que se verifique uma Educação de qualidade no Pré-Escolar, é necessário o envolvimento, a colaboração e conjugação de vontades dos múltiplos actores envolvidos na educação.

A descentralização da administração do Pré-Escolar assegura uma maior participação das Autarquias na definição de uma política educativa local. O Pré-Escolar situa-se num contexto organizacional diversificado, uma vez que estabelece relações com o Agrupamento de Escolas a que pertence, com a Autarquia, com os Pais/ Encarregados de Educação, com a comunidade e outros parceiros educativos.

Introdução

O plano que se apresenta é do âmbito da Componente de Apoio à Família, definindo – se como um projecto de Educação, que visa proporcionar às crianças em Jardim de Infância, um conjunto de apoios, actividades formativas e ocupacionais que permitam uma melhor optimização e gestão do seu tempo extra-escolar, através de actividades lúdicas, pedagógicas e didácticas.

O plano anual de actividades de animação da componente de apoio à família, é um instrumento de planificação e gestão pedagógica que reflecte os objectivos definidos a médio prazo no projecto lúdico.

O tempo das actividades, é marcado por um processo educativo informal, onde as crianças escolhem o que desejam fazer, não existindo a necessidade de proporcionar aprendizagens estruturadas. A Criança deve sentir – se à vontade para realizar actividades próprias de sua idade, revelando suas habilidades, capacidades, inteligências, competências e potencialidades numa atmosfera lúdica, recreativa e persuasiva.

O plano que se apresenta é para ser usado como ponto de referência e está organizado em duas partes. A primeira que enquadra a conceptualização, ainda de forma breve, da Educação Pré – Escolar e os propósitos da componente de Apoio à família.

A segunda parte apresenta o plano geral de actividades para cada mês do ano lectivo de 2010/ 2011 a realizar nos espaços das Ludotecas Municipais do Município de Avis.

Enquadramento

“ A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário ” (Ministério da Educação, 1997, p.15).

A educação pré-escolar contribui de forma significativa para o desenvolvimento das crianças, assume-se como o ponto de partida do seu percurso escolar. Deve ser encarada não só como uma resposta institucional face às necessidades da sociedade actual, mas igualmente como uma etapa fulcral da educação básica das nossas crianças. É o início da sua socialização e progressiva autonomia, tendo em vista a sua integração equilibrada na vida em sociedade.

Aos municípios, para além do planeamento e gestão dos equipamentos educativos, cabe-lhes gerir o pessoal não docente e apoiar a educação pré-escolar, não só no domínio da acção social escolar como também no desenvolvimento das actividades de animação sócio educativo.

A Componente de Apoio à Família é um projecto de Educação que visa proporcionar às crianças em Jardim de Infância um conjunto de apoios, actividades formativas e ocupacionais que permitam uma melhor optimização e gestão do seu tempo extra-escolar, através de actividades lúdicas, pedagógicas e didácticas.

A Componente de Apoio à Família integra o serviço de refeição, o serviço de prolongamento de horário e acolhimento, traçando como objectivos:

a) Contribuir para a conciliação entre a vida profissional dos pais/ encarregados de educação e as actividades educativas dos seus educandos;

b) Garantir a oferta de actividades lúdicas e recreativas em complemento das actividades educativas;

O alargamento do horário em período não lectivo não assume a forma de intencionalidade pedagógica. A organização dos espaços e das actividades em prolongamento de horários deverão revestir-se essencialmente de uma componente lúdica, de tempo livre e informal, tendo sempre em conta a função educativa na relação com as crianças.

Como objectivos mais específicos definimos:

- Desempenhar a função sócio – educativa de modo a proporcionar às famílias apoio, estabilidade e segurança;

*Plano de actividades da componente de Apoio à Família
2010/2011*

- Proporcionar às crianças tempo de fruição aliado a segurança e bem-estar;
- Reforçar processos de socialização complementares ao sistema educativo;
- Articular a componente pedagógica do jardim – de – infância com a componente de Apoio à Família com vista à formação e desenvolvimento harmonioso das crianças.
- Partilhar sentimentos de alegria e diversão através de situações lúdicas.

Em congruência com este objectivos, podemos sintetizar algumas características das duas Componentes do Pré – Escolar, no quadro seguinte:

	Características Componente de Apoio à Família	Componente Educativa
Espaço e Materiais	- Espaço “aberto” ou distribuído por ateliês de livre escolha. - Materiais versáteis	- Espaço organizado por áreas com uma estrutura definida. - Materiais diversificados que favorecem o desenvolvimento e aprendizagem das crianças
Grupo	- Grupo diferente – pode reagrupar crianças de diferentes turmas e idades, a cargo de um ou mais adultos com funções de animador.	- Grupo da sala a cargo de um Educador de Infância, com a colaboração de uma Assistente Operacional.
T e m p o e Actividades	- Variável, muito flexível. - Ofertas diversificadas, no interior ou no exterior, que a criança escolhe livremente ou ateliês alternativos de escolha da criança. - Actividades planeadas e avaliadas em função do bem-estar, do prazer das crianças e também em resposta às necessidades dos pais	- Cinco horas com uma sucessão relativamente bem estabelecida. - Actividades da iniciativa do Educador e das crianças. - Actividades planeadas no sentido de promover o progresso de cada criança.

Quadro n.º1 Características da Componente Educativa e da Componente de Apoio à Família das crianças do Pré-Escolar

Organização e Gestão das actividades de Animação CAF

De acordo com o estipulado na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, em articulação com o Decreto de Lei nº 147/97, de 11 de Junho, a planificação das actividades de animação e de apoio à família, na Rede Pública, é da responsabilidade dos órgãos competentes do agrupamento/instituição, em articulação com os Municípios, envolvendo obrigatoriamente os educadores responsáveis pelo grupo (Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular).

Perfil e competências do animador

O alargamento do horário em período não lectivo não assume a forma de intencionalidade pedagógica. A organização dos espaços e das actividades em prolongamento de horários deverá revestir-se essencialmente de uma componente lúdica, de tempo livre e informal. Contudo, toda a relação com as crianças tem uma função educativa, para o que será necessário um perfil de animador detentor de competências educativas.

Acções a desenvolver/ Planificação

Realização de jogos como ferramentas pedagógicas, conjugando o prazer e a diversão com o desafio de proporcionar situações de aprendizagem. A acção de poder brincar em grupo, inventar novos jogos, estimular a imaginação das crianças e origina grandes momentos de diversão.

Sendo assim traçamos os seguintes Planos mensais:

Setembro de 2010

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
<i>Início do ano lectivo.</i> <i>“ Um amigo especial”</i>	- Desenvolver hábitos de colaboração e articulação entre família/criança/jardim. - Incentivar a actividade lúdica e o jogo de “ faz de conta”	- Jogos de interacção e de movimento; - Decoração das salas de actividades com ajuda das crianças e das famílias. - Exploração de diversas canções. - Danças de roda - Construir em grupo uma personagem: “ O amigo especial” - Exploração do espaço e das salas.	- 2ª Quinzena de Setembro
<i>Feira Franca</i>	- Participar em festas e costumes da comunidade.	- Realização de trabalhos para expor na feira; - Participar em actividades lúdicas no espaço da feira.	- 3º fim de semana do mês

Outubro de 2010

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
“Cheira a Outono”	- Observar as modificações da Natureza com a chegada do Outono	- Passeios e visitas ao meio local. - Recolhas de matérias da Natureza e realização de trabalhos.	1ª Semana de Outubro
“Alegre sopa de Vitamina A”	- Sensibilizar as crianças para uma alimentação equilibrada e saudável; - Promover hábitos de higiene alimentares; - Proporcionar vivências e experiências diversificadas e aproveitar saberes e recursos do meio	- Jogos sensoriais com frutos de Outono; - Participação na Feira da Sopa; - Recolha de diversas receitas de sopas; - Seleccionar a receita que promova produtos hortícolas regionais;	2ª Semana
Doçura ou Travessura	- Explorar tradições culturais; - Promover a criatividade e a imaginação; - Explorar situações de insegurança; - Promover a convivência social	- Organização da festa das bruxas com todas as criaturas do inferno: <i>Fantasma, vampiros, bruxas, monstros, gatos negros, dráculas e fadas más.</i> - Exibição de um filme; - Danças macabras; - Exposição de trabalhos alusivos à temática; - Desfile “Doçura ou travessura”. - Amostra de vestuário, música, mini – estúdio fotográfico, maquilhagem temática e aluguer de fatos	2ª Quinzena de Outubro

NOVEMBRO DE 2010

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
O Magusto a “Aproximar Gerações”	- Reviver a tradição de S. Martinho de forma lúdica e criativa; - Fomentar o convívio com a comunidade em geral; - Promover atitudes de partilha e de socialização das crianças com outros públicos; - Conhecer costumes e tradições da nossa gente.	- Preparação e organização da Festa de S. Martinho. - Jogos Tradicionais no S. Martinho; - Elaboração de adereços para a dramatização da Lenda. - Festejar o S. Martinho e a Tibornada (<i>Com pão e azeite da região</i>); - Recriar um vendedor ambulante de castanhas; - Cantar, dançar canções alusivas ao tema e comer castanhas quentinhas; - Realização de um lanche convívio, num espaço público com frutos e produtos característicos do Outono e do local.	- 1ª e 2ª semana de Novembro
“Se eu fosse uma folha de papel”	- Estimular o desenvolvimento da imaginação e da fantasia;	- Pinturas faciais; - Recreação de várias personagens; - Pequenas representações e jogos de expressão dramática.	- 2ª Quinzena de Novembro

Dezembro 2010

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
<i>A Minha Terra no Natal a” Aproximar Gerações”</i>	Fomentar um espírito natalício e o verdadeiro significado do natal; - Proporcionar um espaço de convívio entre crianças, pais, familiares e comunidade; - Desenvolver a criatividade e o sentido estético; - Reconhecer a família como unidade essencial da nossa vida; - Desenvolver nas crianças o sentido de cooperação e de responsabilidade	Exploração da magia das tradições natalícias; Proporcionar a participação de familiares nas actividades; Construção de um presépio com vários tipos de materiais para a decoração de um espaço público; Elaboração e Distribuição de cartas/mensagens de Natal pelas várias ruas de cada freguesia Preparar actividades recreativas (canções, danças, dramatização) para apresentar na festa de Natal.	Durante o mês de Dezembro

Janeiro de 2011

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
<i>“Vamos cantar as Janeiras “</i>	- Promover a tradição dos Reis Magos de uma forma lúdica e criativa; - Estimular a criatividade e a imaginação; - Fomentar o convívio. - Conhecer e participar em festas, tradições e costumes da comunidade;	- Recolha e apresentação de cantares e de canções alusivas às “Janeiras”; - Cantar de porta em porta, as Boas Festas, as Janeiras e os Reis.	- 1ª Semana de Janeiro
<i>“Um amigo chamado Agasalho”</i>	- Adquirir hábitos de observação visual. - Comunicar aos outros as próprias vivências. - Desenvolver o espírito crítico. - Desenvolver criativamente as possibilidades que os materiais de reciclagem oferecem.	- Dialogar sobre as diferentes estações do ano e das mudanças na paisagem, vestuário e hábitos. - Pintar com os dedos, colar, sentir os tecidos quentes, picotar, desenhar, conhecer o círculo.	- Durante o Mês

Fevereiro de 2011

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
<i>A Caixinha das expressões</i>	- Explorar características etintas, aguarelas, guaches..., tal como a possibilidades da expressão plástica e dramática - Promover emoções pintadas, escritas e faladas	- Utilizar vários tipos de materiais como tintas, aguarelas, guaches..., tal como a exploração de alguns utensílios que permitam a distribuição de cor.	1ª Semana de Fevereiro
<i>“O amor e amizade andam no ar”</i>	- Comemorar o dia de S. Valentim	- Preparar uma surpresa para o melhor amigo; - Organização da “Festa da Amizade”, com apresentação de várias actividades.	14 de Fevereiro
<i>Preparação dos desfiles de Carnaval</i>	- Proporcionar um clima de alegria e diversão; - Desenvolver a capacidade criadora; - Conhecer e contactar com materiais diferentes.	- Realização de disfarces para participar nos tradicionais desfiles das freguesias do Município de Avis.	2ª quinzena de Fevereiro

Março de 2011

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
<i>Realização de desfiles de carnaval e bailes de máscaras</i>	- Promover a tradicional arruada do Entrudo em Avis - Interagir com a comunidade e valorizar usos e costumes;	- Vivência do Carnaval Decoração; - Actividades de expressão plástica; - Canções alusivas ao Carnaval; - Preparação de disfarces para o desfile de acordo com o tema escolhido	1ª semana de Março
<i>Estações do ano “Primavera</i>	- Sensibilizar as crianças para a preservação da Natureza; - Potenciar a imaginação e a criatividade individual e do grupo.	- Improvisar jogos dramáticos a partir de diversos elementos.	Mês de Março

Abril de 2011

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
<p>“ Ovos ... e mais ovos” A Páscoa nas Ludotecas</p>	<p>- Conhecer as tradições locais associadas à Páscoa. - Criar objectos simbólicos e originais, representativos da época festiva.</p>	<p>- Realizar trabalhos explorando técnicas diversas de expressão plástica e utilizando diversos materiais como: Elementos naturais, lãs, tecidos, objectos recuperados, jornal, papel, colorido, ilustrações... - Contar e dramatizar histórias relacionadas</p>	<p>- De 18 a 21 de Abril</p>
<p>25 Abril “ Revolução dos Cravos”</p>	<p>- Abordar de uma forma simples, criativa e divertida a Revolução do 25 Abril, de modo que as crianças percebam a importância desta data.</p>	<p>Organizar uma exposição de trabalhos sobre Liberdade e poesia.</p>	<p>- Durante o mês de Abril</p>
<p>Espectáculo com a Ludoteca Municipais, no âmbito do Dia Mundial da Dança.</p>	<p>- Desenvolver a criatividade e a imaginação; - Promover o gosto pelas expressões dramáticas.</p>	<p>- Participar no espectáculo</p>	<p>- 29 de Abril Auditório Municipal</p>

Nota: - A calendarização do espectáculo de dia Mundial da Dança está sujeito a alterações. Tema do espectáculo e programa a definir

Maio de 2011

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
<i>Feira Medieval</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a participação na Feira Medieval, através do uso de trajes típicos do período Medieval; - Proporcionar aos que visitam a Feira, um conjunto de recriações históricas e de animações ao vivo alusivas à época medieval. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de trajes relacionados com as profissões medievais: <i>Padeira; Costureira; (Fiar) Músicos (Viola, tambores...); Trovadores; Contadores de histórias; Cavaleiros; malabaristas;</i> - Danças medievais 	- 1ª e 2ª semana de Maio
Preparativos da <i>Festa da Criança</i>	- Participar nas comemorações do Dia Mundial da Criança.	- Colaborar nos preparativos para as comemorações do Dia Mundial da Criança.	Última semana de Maio

Junho de 2011

TEMÁTICAS	OBJECTIVOS	ACTIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO
<i>Festa Da Criança</i>	- Reforçar a importância das actividades lúdicas no desenvolvimento da criança;	- Comemoração do dia Mundial da criança	- 1 de Junho
<i>Marchas Populares</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Comemoração dos Santos Populares. - Fazer um levantamento de versos alusivos aos Santos Populares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender canções de Marchas populares. - Confeccionar flores e balões de papel para a decoração dos arcos e do arraial. - Organização do arraial no Jardim Público. 	- 10 Durante o Mês

Anexo E - Protocolo de cooperação entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Solidariedade e da Associação Nacional de Municípios, de 28/7/98.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 12 590/2006 (2.ª série). — 1 — Considerando a necessidade de modificar as políticas a prosseguir e de imprimir novas orientações à gestão da Direcção Regional de Educação do Algarve, do Ministério da Educação, redireccionando a sua missão essencial no sentido de uma actuação mais eficaz e atendendo ao desajustamento do perfil profissional detido face às exigências de especialização requeridas para a prossecução dos objectivos fixados, dou por finda a comissão de serviço da licenciada Maria Isabel Marreiros Pinheiro e Rosa Bispo do cargo de directora regional-adjunta de Educação da Direcção Regional de Educação do Algarve, do Ministério da Educação, ao abrigo e nos termos da subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e considerando as disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 9/2004, de 28 de Abril, cargo para o qual havia sido nomeada nos termos do despacho n.º 22 628/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro.

2 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir de 1 de Junho de 2006.

22 de Maio de 2006. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Retis Rodrigues*.

Despacho n.º 12 591/2006 (2.ª série). — Considerando a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e conseqüentemente para o sucesso escolar futuro, previstas, respectivamente, em 1997 no regime geral da educação pré-escolar, criado pela Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, e em 2001 no diploma que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico — o Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro;

Considerando o sucesso alcançado, no presente ano lectivo, com a implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico, que assume claramente o papel de primeira medida efectiva de concretização de projectos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro;

Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico e a necessidade de consolidar e reforçar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino;

Considerando o papel fundamental que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de actividades de enriquecimento curricular através da organização de respostas diversificadas, em função das realidades locais, que permitem que actualmente muitas escolas do 1.º ciclo proporcionem este tipo de actividades aos alunos;

Considerando, por último, a urgência de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e a necessidade de garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;

Em face do que antecede, e tendo presente os princípios consignados nos artigos 3.º e 4.º do regime jurídico da autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, bem como o disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que atribui às autarquias locais responsabilidades em matéria de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico, determina-se:

1 — O presente despacho aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e define as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos bem como na oferta das actividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular.

2 — Sem prejuízo do disposto na lei quadro da educação pré-escolar e diplomas complementares, bem como da autonomia conferida aos estabelecimentos de ensino na gestão do horário das actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, são obrigatoriamente organizadas em regime normal as actividades educativas na educação pré-escolar e as actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico.

3 — Para os efeitos do presente despacho, entende-se por regime normal a distribuição da actividade educativa na educação pré-escolar e curricular no 1.º ciclo do ensino básico pelo período da manhã e da tarde, interrompida para almoço.

4 — A título excepcional, dependente da autorização da respectiva direcção regional de educação e unicamente desde que as instalações não o permitam em razão do número de turmas constituídas no estabelecimento de ensino por reporte às salas disponíveis, poderá a actividade curricular no 1.º ciclo do ensino básico ser organizada em regime duplo, com a ocupação da mesma sala por duas turmas, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde.

5 — Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, os respectivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17 horas 30 minutos e no mínimo oito horas diárias.

6 — O período de funcionamento de cada estabelecimento deve ser comunicado aos encarregados de educação no início do ano lectivo.

7 — As actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar devem ser objecto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas tendo em conta as necessidades das famílias, articulando com os municípios da respectiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação de 28 de Julho de 1998 celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

8 — As actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no projecto educativo do agrupamento de escolas e devem constar do respectivo plano anual de actividades.

9 — Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

- a) Actividades de apoio ao estudo;
- b) Ensino do inglês;
- c) Ensino de outras línguas estrangeiras;
- d) Actividade física e desportiva;
- e) Ensino da música;
- f) Outras expressões artísticas;
- g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados.

10 — Os planos de actividades dos agrupamentos de escolas incluem obrigatoriamente como actividades de enriquecimento curricular as seguintes:

- a) Apoio ao estudo;
- b) Ensino do inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade.

11 — A actividade de apoio ao estudo terá uma duração semanal não inferior a noventa minutos, destinando-se nomeadamente à realização de trabalhos de casa e de consolidação das aprendizagens, devendo os alunos beneficiar do acesso a recursos escolares e educativos existentes na escola como livros, computadores e outros instrumentos de ensino bem como do apoio e acompanhamento por parte dos professores do agrupamento.

12 — A actividade de ensino do inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade tem a duração semanal definida no regulamento anexo ao presente despacho.

13 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular deve ser salvaguardado o tempo diário de interrupção das actividades e de recreio e as mesmas não podem ser realizadas para além das 18 horas.

14 — Podem ser promotoras das actividades de enriquecimento curricular as seguintes entidades:

- a) Autarquias locais;
- b) Associações de pais e de encarregados de educação;
- c) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS);
- d) Agrupamentos de escolas.

15 — Os agrupamentos de escolas devem planificar as actividades de enriquecimento curricular em parceria obrigatória com uma das entidades referidas no número anterior, mediante a celebração de um acordo de colaboração. Preferencialmente essa planificação deve ser feita com as autarquias locais, que se constituem como entidades promotoras.

16 — Os agrupamentos de escolas podem ainda planificar as actividades de enriquecimento curricular com associações de pais e de encarregados de educação ou IPSS, quando estas sejam entidades promotoras.

17 — Quando se demonstre a não viabilidade de celebração do acordo de colaboração referido no n.º 15 devem os agrupamentos de escolas planificar e realizar as actividades de enriquecimento curricular de forma isolada, assumindo-se como entidade promotora.

18 — Os termos dos acordos de colaboração referidos nos números anteriores entre as entidades em causa devem identificar:

- a) As actividades de enriquecimento curricular;
- b) Horário semanal de cada actividade;
- c) Local de funcionamento de cada actividade;
- d) As responsabilidades/competências de cada uma das partes;
- e) Número de alunos em cada actividade.

19 — A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores titulares de turma.

20 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta e obrigatoriamente mobilizados os recursos humanos, técnico-pedagógicos e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento.

21 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta os recursos existentes na comunidade, nomeadamente escolas de música, de teatro, de dança, clubes recreativos, associações culturais e IPSS.

22 — As actividades de enriquecimento curricular são de frequência gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

23 — Os órgãos competentes dos agrupamentos de escolas podem, desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adaptá-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular, tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica.

24 — Podem ser utilizados para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular os espaços das escolas como salas de aulas, centros de recursos, bibliotecas, salas TIC, ou outros, os quais devem ser disponibilizados pelos órgãos de gestão dos agrupamentos.

25 — Além dos espaços escolares referidos no número anterior, podem ainda ser utilizados outros espaços não escolares para a realização das actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente quando tal disponibilização resulte de situações de parceria.

26 — Quando as necessidades das famílias o justificarem, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, a assegurar por entidades que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas.

27 — A componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico destina-se a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e ou depois das actividades curriculares e de enriquecimento e ou durante os períodos de interrupções lectivas.

28 — Na ausência de instalações que estejam exclusivamente destinadas à componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, os espaços escolares referidos no n.º 24 devem igualmente ser disponibilizados para este efeito.

29 — Nas situações de parceria, os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros.

30 — Excepciona-se do disposto no número anterior a actividade de apoio ao estudo em que os recursos humanos necessários à realização da actividade são obrigatoriamente disponibilizados pelos agrupamentos de escolas.

31 — Aos educadores titulares de grupo e aos professores titulares de turma compete zelar pela supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

32 — Por actividade de supervisão pedagógica deve entender-se a que é realizada no âmbito da componente não lectiva de estabelecimento do docente para o desenvolvimento dos seguintes aspectos:

- a) Programação das actividades;
- b) Acompanhamento das actividades através de reuniões com os respectivos dinamizadores;
- c) Avaliação da sua realização;
- d) Realização das actividades de apoio ao estudo;
- e) Reuniões com os encarregados de educação, nos termos legais.

33 — A planificação das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico deve ser comunicada aos encarregados de educação no início do ano lectivo.

34 — É aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico, em anexo ao presente despacho, de que faz parte integrante.

35 — São revogados:

- a) ● despacho n.º 14 753/2005, de 5 de Julho;
- b) ● despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto;
- c) ● despacho n.º 21 440/2005, de 12 de Outubro.

36 — ● presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura.

26 de Maio de 2006. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

ANEXO ●

Regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação

Artigo 1.º

●bjecto

1 — ● presente regulamento define orientações quanto aos requisitos de habilitação dos profissionais a afectar às actividades de enriquecimento curricular e quanto ao modelo de organização e funcionamento das actividades de enriquecimento curricular.

2 — ● presente regulamento define ainda o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

- a) «Direcção regional de educação competente» a direcção regional de educação competente em razão do território;
- b) «Programa» o programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
- c) «Entidades promotoras» as entidades que se podem candidatar ao apoio financeiro e que são as autarquias locais, as associações de pais e de encarregados de educação, as IPSS e os agrupamentos de escolas;
- d) «Regulamento» o presente regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização das actividades de enriquecimento curricular.

CAPÍTULO II

Acesso ao financiamento

Artigo 3.º

Apoio financeiro

1 — ● apoio previsto no presente regulamento consiste numa comparticipação financeira a conceder pelo Ministério da Educação às entidades promotoras.

2 — ● cálculo da comparticipação financeira é efectuado de acordo com o critério do custo anual por aluno.

3 — A comparticipação financeira será concedida de acordo com uma das seguintes hipóteses e montantes:

- a) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, ensino da música e actividade física e desportiva — € 250;
- b) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, ensino da música e outra actividade de enriquecimento curricular — € 180;
- c) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, actividade física e desportiva e outra actividade de enriquecimento curricular — € 180;
- d) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e duas actividades de enriquecimento curricular que não sejam o ensino da música e a actividade física e desportiva — € 160;
- e) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e ensino da música — € 130;
- f) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e actividade física e desportiva — € 130;
- g) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade — € 100.

4 — Para os alunos dos 1.º e 2.º anos de escolaridade, a actividade de ensino de inglês prevista para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade no número anterior pode ser substituída por qualquer

outra actividade de enriquecimento curricular, desde que não constitua duplicação de outra já proposta.

5 — Sempre que das propostas apresentadas não resulte uma ocupação educativa dos alunos durante todos os dias da semana e pelo menos até às 17 horas e 30 minutos, cabe aos agrupamentos de escola garantir essa ocupação.

6 — A actividade de apoio ao estudo é obrigatoriamente dinamizada pelo agrupamento e não é objecto de comparticipação financeira.

7 — Quando o agrupamento de escolas, não sendo entidade promotora, disponibiliza recursos humanos para a realização de uma ou mais actividades de enriquecimento curricular, tem direito a receber, por parte da entidade promotora, e em termos a constar do acordo de colaboração, o montante correspondente à disponibilização dos referidos recursos humanos.

Artigo 4.º

Pedido de financiamento

1 — A planificação das actividades de enriquecimento curricular e respectivos pedidos de financiamento são apresentados pelas entidades promotoras junto da respectiva direcção regional de educação, a quem compete proceder à instrução dos processos e à posterior remissão à comissão a que se refere o artigo 5.º do presente regulamento.

2 — A apresentação das planificações e respectivo financiamento formaliza-se através do envio de *dossier* composto pelos seguintes elementos e documentação:

- a) Identificação da entidade promotora e respectivo parceiro, caso aplicável;
- b) Planificação das actividades de enriquecimento curricular;
- c) Número de identificação de pessoa colectiva (NIPC) de todas as entidades envolvidas;
- d) Acordos de colaboração fixados entre as entidades em causa.

3 — São liminarmente rejeitados os pedidos de financiamento que não preencham os requisitos exigidos no presente regulamento ou cuja instrução deficiente não seja suprida após recepção de notificação a emitir, para o efeito, pela direcção regional de educação competente.

Artigo 5.º

Comissão de acompanhamento do programa

1 — É criada a comissão de acompanhamento do programa (CAP), que reveste a forma e a natureza de um grupo de trabalho, com a seguinte composição:

- a) Director-geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular;
- b) Directores regionais de educação.

2 — No âmbito das actividades da CAP deve esta reunir para monitorização e acompanhamento dos projectos com as seguintes entidades:

- a) Associação Portuguesa de Professores de Inglês;
- b) Associação Portuguesa de Educação Musical;
- c) Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- d) Confederação Nacional das Associações de Pais (C●NFAP);
- e) Outras entidades que a CAP entenda convidar.

3 — Compete à CAP:

- a) Analisar, avaliar e aprovar as planificações e respectivas propostas de financiamento;
- b) Tornar público, através de lista divulgada no endereço da página electrónica do Ministério da Educação (<http://www.min-edu.pt>), o resultado da aprovação do financiamento por entidade e por tipo de actividade;
- c) Acompanhar a execução do programa;
- d) Apresentar relatórios periódicos e propostas de medidas que verifique necessário para a execução do programa;
- e) Produzir um relatório de avaliação do programa, contendo recomendações para a sua melhoria nos anos subsequentes.

4 — No exercício das competências previstas na alínea a) do número anterior, a CAP terá em conta:

- a) Os termos dos acordos de colaboração celebrados entre as entidades promotoras e os agrupamentos de escolas;
- b) A capacidade, qualidade e adequação das instalações e equipamentos educativos que são disponibilizados;
- c) A qualidade dos recursos humanos afectos;
- d) A adequação das propostas aos objectivos e critérios definidos no regulamento e no despacho que o aprovou.

5 — Apoio à CAP será assegurado pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Artigo 6.º

Contrato-programa

1 — O montante da comparticipação concedida, o objectivo a que se destina e as obrigações específicas a que a entidade promotora fica sujeita constam de contrato-programa a celebrar entre o Ministério da Educação, através da direcção regional de educação competente e a referida entidade, a publicar na 2.ª série do *Diário da República*, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- a) Enquadrar os apoios financeiros públicos na execução do programa;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios financeiros por uma avaliação completa dos custos de cada planificação, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- c) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros foram concedidos.

2 — O processamento da comparticipação financeira será efectuado por *tranches*, em percentagem a definir no contrato-programa e a libertar de acordo com a avaliação da execução do programa.

3 — O contrato poderá ser objecto de renegociação no caso de alteração fundamentada das condições que justifiquem uma mudança de calendário da sua realização.

Artigo 7.º

Pagamento da comparticipação

O processamento do pagamento, da responsabilidade da direcção regional de educação competente, é originado pela aprovação do acesso ao financiamento, nos termos do contrato-programa referido no artigo anterior.

Artigo 8.º

Acompanhamento e controlo financeiro

O acompanhamento da execução e o controlo financeiro ficam a cargo da direcção regional de educação competente, que informará periodicamente o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

CAPÍTULO III

Orientações relativas às actividades de enriquecimento curricular

SECÇÃO I

Ensino de inglês aos 3.º e 4.º anos de escolaridade

Artigo 9.º

Perfil dos professores de inglês

1 — Os professores de inglês, no âmbito do presente programa, devem possuir uma das seguintes habilitações:

- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de inglês no ensino básico;
- b) Cursos de formação especializada na área do ensino do inglês no 1.º ciclo do ensino básico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 95/97;
- c) Cursos de estudos superiores especializados (CESE) na área do ensino do inglês no 1.º ciclo do ensino básico.

2 — Os professores de inglês podem ainda deter os cursos/graus de Bachelor of Arts/Bachelor in Education/Bachelor of Science ou Masters Degree (Master of Arts/Master in Education/Master of Science) acrescidos de um dos seguintes diplomas/certificados:

- a) Certificado PGCE (Postgraduate Certificate in Education) para o ensino básico;
- b) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL CELTYL (Certificate in English Language Teaching to Young Learners);
- c) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL CELTA (Certificate in English Language Teaching to Adults) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- d) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL DELTA (diploma in English Language Teaching to Adults) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- e) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL TKT (Teaching Knowledge Test) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- f) Diploma emitido pelo Trinity College;

- g) Certificado IHCTYL (The International House Certificate in Teaching Young Learners);
- h) Certificado CTEYL (Certificate in Teaching English to Young Learners) emitido por NILE, Pilgrims ou VIA LINGUA;
- i) Certificado CTEFL (Certificate in Teaching English as a Foreign Language), emitido por VIA LINGUA, mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- j) Certificado/diploma de pós-graduação — Certificate/Postgraduate diploma in Teaching English to Young Learners, emitido por universidades, Colleges of Further Education (equivalente a escolas superiores de educação do ensino superior politécnico) no Reino Unido e escolas acreditadas pelo British Council.

3 — Os professores de inglês podem deter habilitações reconhecidas a nível internacional, nomeadamente o CPE (Certificate of Proficiency in English) e o CAE (Certificate in Advanced English) de Cambridge/ALTE (Association of Language Testers in Europe).

4 — Os professores de inglês que possuam as habilitações e cursos/graus identificados nos números anteriores devem, preferencialmente, deter conhecimentos da língua portuguesa.

5 — Tendo em vista a progressiva melhoria do ensino do inglês, será ainda definido um perfil de competências, que será associado a um programa de formação de professores.

Artigo 10.º

Constituição de turmas

As turmas da actividade ensino de inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 3.º e 4.º anos.

Artigo 11.º

Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal das actividades de ensino de inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas cento e vinte minutos e uma duração diária de sessenta minutos.

SECÇÃO II

Actividade física e desportiva

Artigo 12.º

Perfil dos professores da actividade física e desportiva

Os professores de actividade física e desportiva, no âmbito do presente programa, devem possuir uma das seguintes habilitações:

- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de educação física no ensino básico;
- b) Licenciados em desporto ou áreas afins.

Artigo 13.º

Constituição de turmas

1 — As turmas da actividade física e desportiva são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 1.º e 2.º anos e alunos dos 3.º e 4.º anos.

2 — As turmas são constituídas em função das áreas de actividade, nos seguintes termos:

- a) Na área da actividade física, as turmas integram alunos dos 1.º e 2.º anos;
- b) Na área da actividade desportiva, as turmas integram alunos dos 3.º e 4.º anos.

3 — Excepcionalmente, sempre que se verifique a impossibilidade do cumprimento do referido no número anterior, e desde que devidamente justificado, poderão os grupos integrar em simultâneo alunos do 1.º ao 4.º ano.

Artigo 14.º

Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal da actividade física e desportiva é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, poderão ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos e uma duração diária de quarenta e cinco minutos.

SECÇÃO III

Ensino da música

Artigo 15.º

Acordos de colaboração

1 — Para a execução da actividade ensino da música, as entidades promotoras devem preferencialmente celebrar acordos de colaboração com estabelecimentos de ensino vocacional ou profissional da música em contrato com o Estado (contrato de patrocínio ou de formação profissional), de forma a assegurar a leccionação, a coordenação pedagógica das actividades e a possibilitar o acesso, por parte dos alunos, à utilização dos equipamentos necessários.

2 — Onde não for possível celebrar os acordos de colaboração referidos no número anterior, as entidades promotoras podem celebrar acordos com outras instituições vocacionadas para o ensino da música, após análise e parecer pela CAP dos projectos apresentados.

Artigo 16.º

Perfil dos professores de ensino da música

1 — Os professores de ensino da música no âmbito do presente programa devem possuir habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de educação musical ou música no ensino básico ou secundário.

2 — Os professores de ensino da música podem ainda deter as seguintes habilitações:

- a) Diplomados com um curso profissional na área da música com equivalência ao 12.º ano;
- b) Detentores do 8.º grau do curso complementar de Música, frequentado nos regimes supletivo, articulado ou integrado;
- c) Outros profissionais com currículo relevante.

3 — Sempre que os profissionais a afectar sejam os referidos na alínea c), o currículo dos mesmos será objecto de análise por parte da CAP.

Artigo 17.º

Constituição de turmas

As turmas da actividade de ensino da música são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 1.º e 2.º anos ou dos 3.º e 4.º anos.

Artigo 18.º

Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal das actividades de ensino da música é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos e uma duração diária de quarenta e cinco minutos.

SECÇÃO IV

Outras actividades de enriquecimento curricular

Artigo 19.º

Perfil dos professores

Os profissionais que desenvolvam actividades nas restantes actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas das expressões, deverão possuir formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das actividades programadas.

Artigo 20.º

Constituição de turmas

● número de alunos por turma e por actividade deverá ser equacionado conforme o tipo de actividade e o espaço em que esta se realiza, não devendo no entanto ser superior a 25 alunos.

Artigo 21.º

Duração semanal das actividades

A duração semanal das actividades das outras actividades de enriquecimento curricular não deve ser superior a noventa minutos semanais.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 22.º

Orientações programáticas e material didáctico

As orientações programáticas ou referentes a material didáctico ou outras que a CAP entenda serão divulgadas no *site* do Ministério da Educação, acessível a partir de <http://www.min-edu.pt>.

Artigo 23.º

Contagem de tempo

Sempre que os profissionais a afectar a cada actividade de enriquecimento curricular disponham das qualificações profissionais para a docência dessa actividade, o tempo de serviço assim prestado conta para efeitos de concurso.

Artigo 24.º

Acidentes envolvendo alunos

Os acidentes ocorridos no local e tempo de actividade de enriquecimento curricular, bem como em trajecto para e de volta dessas actividades, ainda que realizadas fora do espaço escolar, nomeadamente no âmbito de parcerias, serão cobertas por seguro escolar, nos termos legais.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

Despacho (extracto) n.º 12 592/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 12 de Maio de 2006, proferido no uso de competência subdelegada:

José Manuel Gonçalves Ribeiro Pontes, técnico profissional de 1.ª classe da acção social escolar do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito do Porto — autorizado, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 12 593/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 12 de Maio de 2006, proferido no uso de competência subdelegada:

Pedro Baltarejo Ferreira, assistente de administração escolar principal do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito de Lisboa — autorizado, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves*.

Direcção Regional de Educação do Centro**Agrupamento de Escolas de Estarreja**

Despacho n.º 12 594/2006 (2.ª série). — Considerando a extinção do Agrupamento Horizontal de Escolas de Estarreja e do Agrupamento Vertical de Escolas de Estarreja, por despacho do Secretário de Estado da Administração Educativa de 5 de Julho de 2003;

Considerando a criação, pelo mesmo despacho, do Agrupamento de Escolas de Estarreja;

Considerando a não afectação, em ambos os agrupamentos de escolas extintos, de um chefe de serviços de Administração Escolar;

Considerando a não afectação ao Agrupamento de Escolas de Estarreja de um chefe de serviços de Administração Escolar;

Nos termos do disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, designo para o exercício de funções de chefia dos Serviços de Administração Escolar do Agrupamento de Escolas de

Estarreja, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, a assistente de administração escolar especialista Maria da Conceição Valente de Sousa Pereira de Almeida.

● presente despacho de nomeação produz efeitos imediatos. Raticam-se todos os actos administrativos entretanto produzidos desde o início do efectivo exercício de tais funções, em 16 de Outubro de 2003.

29 de Maio de 2006. — ● Presidente do Conselho Executivo, *Oscar Lopes Ferreira*.

Direcção Regional de Educação de Lisboa**Agrupamento de Escolas da Trafaria**

Louvor n.º 500/2006. — Paulino Adriano Sousa Vaz Almeida cessa funções como guarda-nocturno na Escola Básica 2/3 da Trafaria, por ter atingido o limite de idade.

Pelas suas elevadas qualidades humanas e profissionais, pela sua disponibilidade e pela dignidade como desempenhou as suas funções, o conselho executivo desta Escola formula público louvor e evidencia a incondicional dedicação pessoal e lealdade que sempre manifestou.

20 de Fevereiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Margarida de Almeida Goes*.

Louvor n.º 501/2006. — Maria Ivone Lopes de Oliveira cessa funções como encarregada de coordenação dos funcionários de acção educativa na Escola Básica 2/3 da Trafaria, por ter atingido o limite de idade.

Pelas suas excelentes qualidades humanas e profissionais e a muita dignidade como desempenhou as suas funções, o conselho executivo desta Escola formula público louvor e evidencia a incondicional dedicação pessoal e lealdade que sempre manifestou.

20 de Fevereiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Margarida de Almeida Goes*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**Direcção-Geral do Ensino Superior**

Despacho n.º 12 595/2006 (2.ª série). — ● Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, prevê que os estabelecimentos de ensino superior promovam, até ao final do ano lectivo de 2008-2009, a adequação dos cursos que se encontram a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha.

Considerando que a entrada em funcionamento de tais adequações está sujeita a registo efectuado pelo director-geral do Ensino Superior; Instruídos e analisados os pedidos nos termos dos artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º daquele diploma:

Determino o seguinte:

1 — São registadas as adequações dos cursos e dos graus identificados na coluna «Curso objecto de adequação», do anexo a este despacho, ministrados pelo estabelecimento indicado, aos ciclos de estudos caracterizados na coluna «Ciclo de estudos».

2 — Na coluna «Curso objecto de adequação», os graus são identificados com as letras B (bacharel), L (licenciado) B+L (bacharel e licenciado), M (mestre) e D (doutor).

3 — Na coluna «Ciclo de estudos», os graus são identificados com as letras L (para o 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado), M (para o 2.º ciclo de estudos conducente ao grau de mestre) e D (para o 3.º ciclo de estudos conducente ao grau de doutor).

4 — Na coluna «Duração», é indicada a duração em semestres dos ciclos de estudos adequados.

5 — Os ciclos de estudos cuja adequação tenha sido registada nos termos do n.º 1 podem iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2006-2007.

6 — ● órgão legal e estatutariamente competente deve promover a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos dos ciclos de estudos adequados.

22 de Maio de 2006. — ● Director-Geral, *António Morão Dias*.

Anexo F - Proposta de Regulamento das Ludotecas do Município de Avis.

Regulamento das Ludotecas Municipais do Concelho De Avis

Preâmbulo

As Ludotecas são instituições recreativas, especialmente pensadas para as crianças e jovens, tendo como primeira função o desenvolvimento da personalidade da criança, através do jogo e do brinquedo.

O Brincar é uma das formas mais comuns do comportamento humano, principalmente durante a infância. As crianças têm brincado e jogado em todos os tempos, ao longo da História e em todas as culturas. Brincar é instintivo, voluntário e espontâneo, é natural e exploratório. A limitação deste comportamento na infância, poderá comprometer níveis de desenvolvimento, intelectual, interactivo e motor.

Capitulo I

Âmbito e Estrutura

Definição

As Ludotecas Municipais do Concelho de Avis são um serviço público de natureza recreativa e cultural do Município de Avis, regendo-se o seu funcionamento pelas normas definidas no presente regulamento.

Objectivos, conteúdos funcionais

Constituem objectivos gerais das ludotecas do Concelho de Avis:

- a) Garantir a todas as crianças o direito de brincar e de jogar;
- b) Fazer reconhecer o papel pedagógico, educativo e sociocultural que a actividade lúdica desempenha na vida de cada indivíduo e de cada grupo;
- c) Preservar a identidade, a conservação e a renovação do jogo e do brinquedo enquanto património cultural;
- d) Colaborar e desenvolver actividades de natureza lúdica com as instituições educativas existentes no Concelho.

Capitulo II

Utilizadores

Condições de Acesso

a) A utilização do espaço e respectivo equipamento da Ludoteca Municipal destina-se à população infanto-juvenil (3 aos 14 anos), residente e não residente no Concelho;

b) A admissão como utilizador faz-se mediante o preenchimento de uma ficha de inscrição, apresentação do cartão de cidadão ou Bilhete de Identidade ou outro documento oficial;

c) A inscrição de utilizador implica obrigatoriamente a assinatura por parte dos pais ou encarregados de educação;

Direitos

O Utilizador tem direito a:

- a) Circular livremente por todo o espaço público da Ludoteca;
- b) Utilizar todo o equipamento de livre acesso colocado à sua disposição;
- c) Brincar e jogar livremente.

Deveres

O Utilizador tem como deveres:

- a) Cumprir as normas estabelecidas no presente regulamento;
- b) Manter em bom estado de conservação os jogos e brinquedos que lhe forem facultados, bem como fazer bom uso das instalações e dos equipamentos;
- c) Acatar as indicações que lhe forem transmitidas pelo funcionário de serviço;

Capítulo III

Serviços Prestados

Disposições Gerais

- a) Os serviços da Ludoteca Municipal são gratuitos;
- b) Os Utilizadores da Ludoteca poderão usufruir de um serviço de informação quanto aos jogos/brinquedos mais apropriados à sua idade;

c) A Ludoteca procurará estabelecer parcerias com instituições locais de modo a promover a utilização dos seus recursos por parte dos agentes culturais, sociais e económicos da região;

d) As actividades desenvolvidas na Ludoteca terão sempre em vista os objectivos que esta pretende alcançar e de acordo com a convenção sobre os direitos da Criança, no seu Artigo 31º;

e) Qualquer cedência do espaço ou equipamento da Ludoteca passa por uma informação dirigida à Unidade Orgânica de Educação e Infância do Município de Avis, autorizada pelo Senhor Presidente ou do Vereador da Educação do Município, e terá de se enquadrar quer nos objectivos gerais, quer na calendarização de actividades da própria Ludoteca.

Capítulo IV

Funcionamento interno

a) O funcionamento interno das Ludotecas do Concelho de Avis rege – se em torno do Plano anual de Actividades das Ludotecas Municipais, divulgado no final de cada ano civil, pela unidade Orgânica de Educação e Infância da Câmara Municipal de Avis.

Anexo G - Guião das entrevistas

Anexo G- Guião das entrevistas

Para Todas as entrevistas	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
	Vereador da Divisão Sócio Cultural do Município de Avis	Chefe de Divisão	Animador Sócio Cultural do Município de Avis	Directora do Agrupamento EB1 de Avis.	Dois dirigentes de associações sócio culturais do Município
<i>Legitimação da entrevista e incentivo dos entrevistados.</i> <i>Identificação do entrevistado</i>	<i>Implementação das Ludotecas</i> <i>Princípios Orientadores das Ludotecas</i> <i>Normas e regulamentação</i> <i>Formação dos profissionais</i>	<i>Planificação e organização</i> <i>Actividades e projectos</i> <i>Parecerias</i>	<i>Articulação das Ludotecas com o projecto de animação sócio cultural do Município</i> <i>Actividades intergeracionais do Município</i>	<i>Opinião sobre o projecto das Ludotecas no Município</i> <i>Articulação das Ludotecas com o projecto Educativo da Escola</i> <i>Educação Intergeracional</i>	<i>Ludotecas como recurso à animação comunitária</i> <i>Actividades e projectos</i> <i>Parecerias</i>

Entrevista 1 / vereador

- 1 - Como surgiram as Ludotecas Municipais?
- 2 - Qual é a sua missão e principais objectivos?
- 3 - As Ludotecas permitem que todas as crianças tenham iguais oportunidades para brincar independentemente das suas capacidades e condição social?
- 4 - O trabalho desenvolvido pelas Ludotecas contribui para o desenvolvimento do território local? De que modo?

Entrevista 2 / Chefe de Divisão

- 1 - As Ludotecas promovem a participação da comunidade nas iniciativas que organizam? Justifique
- 2 - Quais as principais actividades que as ludoteca municipais organizam?
- 3 - Ao longo dos seus anos de existência, que momentos aponta como sendo os principais no desenvolvimento das suas actividades?

Entrevista 3/ Animador Sócio Cultural do Município de Avis

1 - De entre todas as actividades que as Ludotecas desenvolvem/desenvolveram, quais lhe parecem ser aquelas que maior importância e impacto têm em matéria de Animação sócio cultural? Porquê?

2 - Tendo como base a perspectiva de Animação sócio cultural, as Ludotecas Municipais podem despoletar acções mobilizadoras de vontades, partir da realidade social e facilitar canais de comunicação com as pessoas?

Entrevista 4/ Directora do Agrupamento EB1 de Avis

1 - Conhece os objectivos das Ludotecas? Está a par das actividades desenvolvidas com as crianças, que outras actividades seriam importantes desenvolver?

2 - Na sua opinião quais as actividades lúdicas e culturais que são do interesse dos alunos e que as ludotecas deveriam desenvolver?

3 - Defende que as ludotecas sejam espaços frequentados apenas por crianças?

Entrevista 5/ Dirigentes de associações sócio culturais do Município

1 - Opinião e conhecimento relativamente ao trabalho desenvolvido pelas Ludotecas municipais do município de Avis

2 - A ludoteca é um espaço onde a criança “encontra e faz amigos”, que ajuda a criança a “ultrapassar a solidão” e permite “o convívio entre pais e filhos”.

3 - Opinião sobre as iniciativas desenvolvidas pelas ludotecas municipais

4 - Considera que as Ludotecas têm correspondido às expectativas e que as actividades que realizam são as mais adequadas aos interesses e necessidades das crianças e da população em geral?

5 - Fazer uma reflexão, transmitindo o seu ponto de vista sobre a relação das ludotecas municipais e as associações do âmbito sociocultural do concelho, fazendo referência aos apoios e parecerias.

Anexo H - Inquéritos por questionário

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Com este questionário pretende-se recolher informações acerca do grau de satisfação, as opiniões e sugestões de melhoria dos Pais ou Encarregados de Educação das crianças que frequentam as Ludotecas do Município de Avis. Este instrumento metodológico enquadra-se numa investigação no âmbito do Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, ministrado pela Escola Superior de Educação de Portalegre.

A sua opinião é importante, pelo que, desde já, agradecemos que responda com objectividade e sinceridade às questões colocadas garantindo-lhe que as mesmas serão anónimas.

Obrigado pela colaboração.

Preencha, sempre que possível, com um X

Identificação do Encarregado de Educação:

Concelho: _____

Freguesia: _____

Idade: _____

Profissão _____

Sexo: Feminino: Masculino:

Identificação do Educando

Idade: _____

Sexo: Feminino: Masculino:

Indique com um X todas as suas respostas

1. Principais motivos que o (a) levaram à escolha do seu educando, frequentar a Ludoteca Municipal.

Vontade própria Necessidades dos pais Por ser importante para o seu desenvolvimento Horários Isenção de mensalidade Convívio Outros

(indique qual) _____

2. O seu educando frequenta a Ludoteca

Menos de 3 meses ... Entre 3 e 6 meses Mais de 6 meses Mais de 1ano

3. Quantos dias por semana frequentam o espaço

Todos os dias Entre 3 a 4 dias Às vezes

4. Gostaríamos de conhecer a sua opinião em relação aos seguintes itens:

	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
A Ludoteca proporciona á criança os recursos adequados para desenvolver os interesses individuais e de grupo				
Desenvolve actividades de Animação Infantil relacionadas com o jogo e com os brinquedos, em função do grupo de crianças e jovens, das suas características, do estado de motivação e interesse.				
A Ludoteca educa e desenvolve a imaginação e o espírito lúdico.				
Diversidade das actividades desenvolvidas.				
O atendimento revela responsabilidade e compromisso com as funções do serviço				
Gestão/ serviços: Horário				

Indique as suas opiniões e sugestões de melhoria:

O espaço a baixo destina-se a formular sugestões que visem melhorar o funcionamento das Ludotecas Municipais.

Terminou o preenchimento deste inquérito
Obrigado pela colaboração

Anexo I - Notas de imprensa.



cultura

Dia Mundial da Criança

Muita animação e entusiasmo, muita alegria e divertimento marcaram este dia que, por ser o 1º de Junho, foi vivamente comemorado por todas as crianças do nosso Concelho para assinalar o Dia Mundial da Criança.

Dez horas da manhã, chegaram. O barulho que invadiu o espaço entre muralhas, indicava que a miudagem estava já toda reunida no local escolhido para este evento, pronta para participar nas diversas actividades desportivas, lúdicas e recreativas organizadas pela Câmara Municipal de Avis, com o apoio do Agrupamento de Escolas Básicas 2,3 e Jardins de Infância Mestre de Avis e da Associação de Pais e Encarregados de Educação. E assim, tendo como cenário o Centro Histórico da Vila de Avis, os alunos do 4º ano, 2º e 3º Ciclos, empreenderam uma “Viagem ao Centro” através de um Peddy-Paper, partilhando saberes e muita alegria.

Paralelamente, outras acções se desenrolaram no Largo do Convento, palco de atelier's com pintura facial, modelagem e expressões artísticas, onde os mais novos tiveram oportunidade de brincar.

Aos palhaços e malabaristas, que permaneceram no recinto durante todo o dia, coube o papel de desenvolver a imaginação e a capacidade de comunicar sentimentos e emoções, deixando no ar a fantasia.

Os Jogos Tradicionais e os Insufláveis foram também apostas fortes do programa festivo já que, como sabemos, o Jogo encerra em si mesmo aspectos de grande valor educativo, humano e cultural aos quais a Câmara Municipal atribui uma especial atenção.

Doze horas, hora de continuar a diversão que se prolongou pelo almoço oferecido pela Câmara Municipal aos meninos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, nos Claustros do Convento e aos 2º e 3º Ciclos, no Refeitório da Escola Básica 2,3 Mestre de Avis.

Duas horas da tarde, hora de nova reentrada no Largo do Convento, para uma Tarde Recreativa realizada pelas crianças da Ludoteca Municipal, onde não faltou o Karaoke e um espectáculo de música e canções.

Hora e meia depois, toca a reunir para a distribuição de lanches.

Este trabalho conjunto, promovido pela Câmara Municipal que conta desde o início com a participação das escolas, nasceu a partir de uma manifesta vontade de orientar as crianças no sentido da afirmação de uma identidade social, educativa e cultural à escala do concelho, garantindo o seu bem estar e desenvolvimento integral.



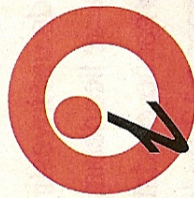
Festa de Natal nas Ludotecas

Dia ou época em que se comemora o nascimento de Jesus Cristo. É assim que o Dicionário define “Natal”, a matéria de que foram feitas as diversas iniciativas organizadas pela Câmara Municipal de Avis, ao longo de todo o mês de Dezembro, com o objectivo de animar as Ludotecas Municipais. Definição que se traduziu nas mais variadas formas interpretadas pelas crianças que frequentam aqueles centros lúdicos. Com todo o entusiasmo e expectativa, as Festas de Natal nas Ludotecas Municipais, contaram com as temáticas de “O Natal Encantado !!!”, “Uma Festa de Natal”, “Natal Encantado na Ludoteca”, “Presépio Vivo”, “Auto de Natal” e “Natal na Ludoteca”, que foram verdadeiros sucessos.

A animação e a boa disposição estiveram sempre presentes nas Festas de Natal nas Ludotecas que não deixaram de ser mais uma excelente oportunidade para aprofundar as relações de amizade, cumprindo o objectivo da Autarquia de dinamizar aqueles espaços de uma forma didáctica.



Venha trabalhar connosco!
colaboradores.
Empresa em franca expansão, admite
Gosta da Actividade Imobiliária?



IMPRIPONTE
ARTES GRÁFICAS, LIMITADA

DESPORTO

Entrevista a
Edgar

>>> página 18/19

GABRIELA CANAVILHAS

Directora da
Orquestra
Metropolitana
de Lisboa

aponte

mensário concelhos de Avis e Ponte de Sor

Director Adelino Sérgio | Ano X | Nº 118 | 03 a 31 de Julho 08 | Preço (IVA incluído) 0,75 | Assinatura Anual | 8,00

Ludotecas do Concelho de Avis

O segredo do sucesso

Trabalham diariamente com mais de 3 centenas de crianças e acompanham o seu desenvolvimento intelectual até aos 12 anos. As Ludotecas do Concelho de Avis organizam e participam em diversos eventos ao longo de todo o ano, e têm a capacidade de serem, talvez, a única entidade que consegue esgotar o Auditório Municipal Ary dos Santos com capacidade para mais de 350 pessoas.

>>> página 10

**POR TODO O CONCELHO ECOAM VOZES
FAZENDO VOTOS DE FELIZ ANO NOVO COM AS**

Janeiros

Crianças de Avis de garganta afinada

■ Dando vida à tradição do *Dia de Reis*, que hoje se comemora pelas 14h30, as crianças que frequentam as Ludotecas Municipais vão cantar as Janeiras em diversos locais do Concelho de Avis





Ludotecas do Concelho de Avis

O segredo do sucesso

am diariamente com mais
ntenas de crianças e
enham o seu desenvolvi-
ntellectual até aos 12 anos.
otecas do Concelho de Avis
am e participam em
s eventos ao longo de todo
e têm a capacidade de
talvez, a única entidade
nsegue esgotar o Auditório
pal Ary dos Santos com
ade para mais de 350

rogramar um espectáculo para
Auditório Ary dos Santos em
avis é sinónimo de casa cheia.
e assim todas as vezes que
otecas do Concelho de Avis
m uma peça de teatro, um
culo musical ou uma festa de
Célia Gil, Coordenadora das
as Municipais afirma que o
está «em envolver todas as
e o maior número possível

de familiares». Desfia recordações de sala cheia e assistência sentada em corredores. «A Menina do Mar», que envolveu 70 pessoas e a «Canção de Lisboa» com 80, para falar das peças mais recentes e que tiveram mais de 400 espectadores a assistir a cada um dos espectáculos, onde imperam os pormenores com os cenários e os guarda-roupas, sempre com a máxima preocupação no detalhe e na minuciosidade. «Temos a sorte da senhora Joaquina Rita - que trabalhou muitos anos na fábrica das confecções - estar a colaborar connosco e de outras pessoas hábeis, que sabem trabalhar em diferentes áreas e de contar com o apoio de várias instituições», adianta.

A funcionar em todas as freguesias do concelho, com excepção do Maranhão que leva as crianças para o Alcórrego, as Ludotecas trabalham com mais de três centenas de crianças dos 3 aos 12 anos, «um projecto

do presidente da Câmara que é possível sobreviver com muito apoio da autarquia», refere.

«Aturar» tantas crianças que irradiam energia por todos os poros, só é possível «gostando muito do que se faz» e ser bafejada com uma boa dose de «paciência». Mas há um lado também interessante, que Célia pretende destacar, «a possibilidade de participar e acompanhar o desenvolvimento intelectual das crianças, proporcionas-lhes experiências e actividades que os vão marcar para o resto da vida».

Apesar da introdução das aulas de enriquecimento extracurricular prestado nas escolas, Célia Gil afirma que «não houve quebra do número de frequentadores nas Ludotecas», porque as actividades se acabam por complementar, mas não esconde que os espaços, por que é responsável, ainda serem vistos «como um parente pobre no trabalho conjunto com as

crianças». A talhe de foice diz que, tendo participado no Conselho de Docentes do 1º Ciclo - por causa das expressões - nunca foi a um Conselho Pedagógico, mas que «talvez devesse estar presente». Um desabafo que entronca numa mentalidade de alguns pais que «viam a Ludoteca como um depósito de crianças, uma realidade que felizmente está a mudar».

Segundo Célia Gil, que está a trabalhar em Avis desde Janeiro de 2001, todos «os espaços estão munidos com material informático e todo o outro equipamento necessário ao seu bom funcionamento», sendo a Ludoteca em Avis, aquela que menores condições apresenta ao nível do próprio edifício, «apesar das melhoras já verificadas», na persecução do «desenvolvimento da pessoa humana numa dinâmica de inter-actuação lúdica», como se pode ler entre os principais objetivos das Ludotecas. JR